



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

CRISTIANE BADE

RITUAIS, LAZER E TRABALHO:

**ações governamentais e mudanças na paisagem do Centro Histórico de Boa Vista,
RR**

Recife
2020

CRISTIANE BADE

RITUAIS, LAZER E TRABALHO:

ações governamentais e mudanças na paisagem do Centro Histórico de Boa Vista,
RR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia

Orientador: Profa. Dr^a. Lady Selma Ferreira Albernaz.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

B133p Bade, Cristiane
Rituais, lazer e trabalho: ações governamentais e mudanças na paisagem do Centro Histórico de Boa Vista, RR / Cristiane Bade – 2020. 193f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lady Selma Ferreira Albernaz.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2020.
Inclui referências anexos e apêndices.

1. Antropologia. 2. Monumento histórico - Patrimônio. 3. Importância do antigo espaço. 4. Tradições. 5. Modernização da área urbana. 6. Ambiente. I. Albernaz, Lady Selma Ferreira (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-153)

CRISTIANE BADE

RITUAIS, LAZER E TRABALHO:

ações governamentais e mudanças na paisagem do Centro Histórico de Boa Vista,
RR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Aprovada em: 02/03/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lady Selma Ferreira Albernaz. (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Carlos Sandroni (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^o. Dr. Hugo Menezes Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^o. Dr. Leonardo Leal Esteves (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dedico este trabalho a minha família, amigos, a todos que colaboraram com a pesquisa de campo, a minha orientadora e aos professores do PPGA/UFPE.

AGRADECIMENTOS

A produção de uma pesquisa científica perpassa por diversos caminhos até a sua conclusão, nos quais muitas pessoas contribuem de forma significativa, sejam colaborando com as fontes, com a logística, nas discussões de textos, ou com palavras de apoio. Desse modo, queria registrar a minha eterna gratidão a todas as pessoas que colaboraram de forma direta ou indireta com esse trabalho.

A dedicada orientadora Lady Selma Ferreira Albernaz, que pacientemente entendeu os momentos difíceis da minha vida. Agradeço, também, por acreditar no potencial da minha pesquisa e, mesmo à distância, se dedicou com tanto carinho e atenção inexplicáveis. A você estendo a minha eterna gratidão e admiração, enquanto pessoa e profissional.

As minhas amigas Laurinete, Elionete e Rosijane, pela acolhida em seus lares em Boa Vista, no período do campo. Além do abrigo, sou profundamente grata pela força que me deram no período no qual adoeci, graças ao alento de vocês pude continuar nessa jornada até a conclusão dessa tese.

Ao Márcio Bahia por contribuir significativamente para essa pesquisa. Além de um amigo, é uma pessoa que tem um amor admirável pela história da cidade de Boa Vista.

Agradeço, também, a todos os entrevistados e pessoas que conversei no campo, que tiveram paciência e dedicaram seu tempo para contribuir com essa pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo custeio de bolsas de estudo durante a minha estadia em Recife.

Aos meus pais e irmãos, que tiveram muita paciência devido as minhas ausências ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Sei que essas faltas eram em momentos importantes de suas vidas, por isso sou grata pela força constante.

A Eliane de Oliveira, Roberto Santos e Roberta Cantarela. Os meus amigos de ontem e de sempre, que compartilham comigo os momentos bons, as angústias e as incertezas da jornada dessa vida.

A Eli Macuxi, Adriano Medeiros, Anderson Paiva e Dayana Soares A. Paes, ex-colegas de trabalho da Universidade Federal de Roraima, no qual partilhamos muitos diálogos profícuos, que certamente me fizeram uma pessoa, professora e pesquisadora melhor.

Aos amigos Roberto, Janete, Thaís, France, Andréia, Lisete, Joice e Claudia. Parceiros para todas as horas.

Aos colegas do doutorado, Elizene, Eduardo, Francisco, Marcio, Adnan, Rosijane, Welinton. A colaboração e a troca com vocês foi excepcional.

Aos professores do PPGA-UFPE e da UFRR, que através do programa do doutorado interinstitucional conseguiram ofertar uma pós-graduação em antropologia de qualidade.

RESUMO

O estudo aqui apresentado trata-se de uma análise de narrativas referente aos impactos causados pelos projetos de revitalizações ocorridos desde a década de 1990, no centro histórico da cidade de Boa Vista, Roraima. Nesse período diversos monumentos históricos foram modificados ou demolidos, fossem eles reconhecidos pelas instituições de patrimônio ou pelos moradores. Uma das grandes alterações que fez parte desses projetos foi a construção em 2004 da Orla Taumanan, formada por um píer suspenso ligada a duas plataformas, localizada na margem direita do rio Branco. Esta obra destruiu o antigo porto da cidade e deslocou rituais que existiam nesse local, como a procissão de São Pedro. Essas questões foram evidenciadas a partir da observação de campo, análise de documentos e entrevistas com pessoas envolvidas nesses processos, em especial moradores e trabalhadores das imediações da Orla Taumanan, pescadores e fieis mais assíduos da procissão de São Pedro. Nesse percurso, buscou-se compreender a importância do antigo espaço; e os novos usos e sentidos que lhes foram atribuídos. Assim, constatou-se dois sentidos para estas mudanças, um que enfatizou o que essas alterações provocaram, o apagamento de lugares de memória. Outro que considerou essas modificações, como um fator de embelezamento urbano e de ampliação do turismo.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Ritual. Transformações na Paisagem. Espaço.

ABSTRACT

The study presented here is an analysis of narratives regarding the impacts caused by the revitalization projects that have occurred since the 1990s, in the historic center of the city of Boa Vista, Roraima. During this period, several historical monuments were modified or demolished, whether recognized by heritage institutions or by residents. One of the major changes that was part of these projects was the construction in 2004 of Orla Taumanan, formed by a suspended pier connected to two platforms, located on the right bank of the Branco river. This work destroyed the old port of the city and displaced rituals that existed there, such as the procession of São Pedro. These issues were evidenced from field observation, document analysis and interviews with people involved in these processes, especially residents and workers in the vicinity of Orla Taumanan; fishermen and more frequent believers of the procession of São Pedro. Along this path, we sought to understand the importance of the old space, and the new uses and meanings attributed to them. Thus, there were two meanings for these changes, one that emphasized what these changes caused, the erasure of places of memory. Another that considered these changes, as a factor of urban beautification and expansion of tourism.

Keywords: Patrimony. Memory. Ritual. Transformations in the Landscape. Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Mapa da cidade de Boa Vista/2017.....	20
Figura 2	–	Delimitação espacial do campo de estudo.....	21
Figura 3	–	Aldeamentos na bacia do rio Branco, século XVIII.....	41
Figura 4	–	Mapa dos períodos Geo-históricos que marcaram os caminhos da formação do estado de Roraima.....	55
Figura 5	–	Charge de Flávio.....	91
Figura 6	–	Prévia do projeto de revitalização.....	112
Figura 7	–	Trajeto da procissão terrestre (2014 a 2019)	149
Figura 8	–	Procissão de São Pedro/1957.....	152
Figura 9	–	Imagem de São Pedro em frente ao prédio Colônia de Pescadores.....	158
Figura 10	–	Encontro de São Pedro e São Paulo na procissão. S.d.....	160
Figura 11	–	Trajeto da procissão térrea (2004 a 2013).....	161

LISTA DE FOTOS

Foto 1	–	Orla Taumanan/2019.....	16
Foto 2	–	Orla Taumanan/2011.....	18
Foto 3	–	Fazenda Boa Vista/1906.....	43
Foto 4	–	Prédio da antiga Fazenda Boa Vista e Igreja Nossa Senhora do Carmo/2019.....	44
Foto 5	–	Porto da cidade e Intendência/1906.....	47
Foto 6	–	Primeira foto aérea de Boa Vista do rio Branco/1925.....	51
Foto 7	–	Monumento aos Pioneiros/2014.....	58
Foto 8	–	Mercado Municipal de Boa Vista/s.d.....	67
Foto 9	–	Mirante Adolpho Brasil/2019.....	67
Foto 10	–	Área interna do Restaurante Sesc Orla.....	68
Foto 11	–	Prédio antes da instalação do Sesc Orla.....	69
Foto 12	–	Prédio do Sesc Orla.....	69
Foto 13	–	Gelo Taumanan.....	70
Foto 14	–	Restaurante Ykax.....	71
Foto 15	–	Junta Médica.....	71
Foto 16	–	Centro de Artesanato Adolpho Brasil Filho.....	71
Foto 17	–	Secretaria Municipal da Educação.....	72
Foto 18	–	Centro Multicultural.....	72
Foto 19	–	Centro de Artesanato.....	73
Foto 20	–	Intendência/1924.....	74
Foto 21	–	Réplica da Intendência/2019.....	74
Foto 22	–	Estacionamento que dá acesso a Orla.....	74
Foto 23	–	Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira/1951.....	75
Foto 24	–	Restaurante e Peixada Ver o Rio.....	76
Foto 25	–	Riu Restaurante.....	76
Foto 26	–	Anfiteatro da Orla Taumanan.....	76
Foto 27	–	Portal de entrada da Orla Taumanan/2013.....	77
Foto 28	–	Portal de entrada da Orla Taumanan/2017.....	77
Foto 29	–	Porto de Cimento. s/d.....	78
Foto 30	–	Plataforma da Orla Taumanan.....	78
Foto 31	–	Residência de Hildete Carneiro Gomes.....	79

Foto 32 – Casa da família Brasil/1909.....	79
Foto 33 – Casa da Petita Brasil/2019.....	79
Foto 34 – Residência número 99 da Rua Barreto Leite.....	80
Foto 35 – Residência número 109 A e B da Rua Barreto Leite.....	80
Foto 36 – Prédio comercial e residencial.....	81
Foto 37 – Prédio comercial número 96, Hospital Lotty Iris e Clínica Neuroscan..	82
Foto 38 – Parte mais baixa da Orla/2004.....	99
Foto 39 – Parte mais baixa da Orla/2015.....	99
Foto 40 – Entrada do Riu Restaurante.....	102
Foto 41 – Janelas do Riu Restaurante.....	102
Foto 42 – Restaurante e Peixada Ver o Rio.....	122
Foto 43 – A ocupação dos bares antes da última revitalização da Orla/2011....	127
Foto 44 – Caminho para a plataforma Meremê.....	128
Foto 45 – Caminho para a plataformas Weiquepá.....	128
Foto 46 – Manutenção da Orla Taumanan.....	129
Foto 47 – Foto da região ao fundo da Orla Taumanan.....	130
Foto 48 – O entardecer na Orla (Foto A).....	130
Foto 49 – O entardecer na Orla (Foto B).....	130
Foto 50 – Tocadores de berimbau e pandeiro.....	131
Foto 51 – Feirinha de Artesanato e Gastronomia.....	133
Foto 52 – Visão panorâmica do evento.....	133
Foto 53 – Placa de identificação da Sumaúma.....	140
Foto 54 – Início da procissão fluvial/2019.....	174
Foto 55 – Embarcação da procissão fluvial/2019.....	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bens tombados no ano de 1990.....	59
Quadro 2 – Bens tombados pelo decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993.....	60
Quadro 3 – Distribuição da população por confissões religiosas.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CER	Companhia Energética de Roraima
EMHUR	Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
FEMACT	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima
FETEC	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPE	Ministério Público Estadual
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PRAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura
SEMED	Secretaria Municipal da Educação
Sesc	Serviço Social do Comércio
Tis	Terras Indígenas
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A FORMAÇÃO DE RORAIMA E DA CIDADE DE BOA VISTA: notas sobre a paisagem	33
2.1	Rio Branco e a ambição estrangeira, século XVII.....	34
2.2	A formação de Roraima e da rede urbana em Boa Vista, séculos XVIII e XIX.....	39
2.3	O desenvolvimento do núcleo urbano: de 1900 a 1989.....	46
2.4	Transformações na paisagem e no espaço em Boa Vista na década de 1990.....	56
2.5	Depois dos tombamentos.....	61
3	MEMÓRIAS E ESPAÇO: a dinâmica do patrimônio em Boa Vista	64
3.1	O campo de estudo e suas questões.....	66
3.2	Memórias urbanas, casas, porto e rio.....	83
3.3	Projeto Raízes: a nova dinâmica do patrimônio.....	87
3.3.1	Tensões e disputas políticas.....	90
3.4	Construção da Orla Taumanan: novas disputas políticas pelo patrimônio...93	
3.5	Memória social e conflito.....	108
4	A ORLA TAUMANAN E AS NOVAS DINÂMICAS DE SOCIABILIDADE	111
4.1	Reconfigurações da paisagem urbana em Centros Históricos.....	114
4.2	Espaço público e sociabilidade: as relações observadas no campo.....	121
4.3	O cotidiano na Orla Taumanan do ponto de vista dos comerciantes e trabalhadores.....	135
4.4	A nova paisagem segundo os antigos moradores.....	138
4.5	Os novos contornos que o turismo vem ocupando.....	139
5	A PROCISSÃO DE SÃO PEDRO: sentidos e significados da festa	142
5.1	A procissão e sua simbologia.....	144
5.2	A formação do Bairro São Pedro e a procissão em Boa Vista.....	145
5.3	O processo ritual a São Pedro ontem e hoje.....	151
5.3.1	A Orla Taumanan e as alterações na procissão de São Pedro.....	160
5.4	Espaços simbólicos destruídos.....	166
5.5	A procissão de São Pedro: o ritual e seu futuro indefinido.....	170

5.5.1	A resistência dos devotos continua.....	173
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182

1 INTRODUÇÃO

O estudo da dinâmica de um centro histórico e a representação que as pessoas fazem dele, na contemporaneidade envolve diferentes compreensões. Se por um lado, esses locais comumente são restaurados, e a consequência disso é a ausência de vestígios de seu passado, como ressaltou Henri-Pierre Jeudy:

Nos centros históricos, os bairros restaurados e as fachadas rebocadas com suas velhas insígnias evocam a cidade perdida, uma cidade mítica da qual não mais encontraremos, olhando ao acaso, os poucos vestígios ainda escondidos, pois foram todos recuperados (JEUDY, 2005, p. 81).

Por outro lado, a construção de signos continua nesses espaços. Os signos se multiplicam e fazem signos (JEUDY, 2005, p. 81). Diante desse contexto é preciso considerar que, para estudar a cidade e as relações sociais que permeiam nela, estaremos lidando com pessoas e suas diversas interações e opções cotidianas, que envolvem um conjunto de símbolos que sofrem transformações com o decorrer do tempo.

Diante dessa concepção, pretende-se compreender como o conjunto de pessoas (moradores, comerciantes e trabalhadores) atingidos pelos projetos de revitalizações¹ da Orla Taumanan (Foto 1) – centro de Boa Vista-RR – significou a demolição de patrimônios culturais e a modificação na paisagem, tendo em conta o convívio e o uso desses espaços. Espaços que empiricamente contribuem para sociabilidade, como encontros mais prolongados, realização de eventos culturais, ou simplesmente passagem ou visita.

¹Adoto o termo “Revitalização” para fazer referência aos projetos desenvolvidos pelo poder público municipal, os quais foram chamados de revitalizações. Em Boa Vista, como em muitos outros casos no Brasil, esses projetos buscam uma nova ocupação das áreas centrais, e procuram suprir as demandas do mercado.

Assim, mantenho esse termo no texto, pois nele está explícito a estratégia do poder público de dar novos usos e “vida” a essas áreas. Meu interesse é compreender como são alterados os sentidos simbólicos das áreas revitalizadas, bem como as mudanças sociais e seus prejuízos para os moradores dessas regiões.

Foto 1 – Orla Taumanan²/2019.

Fonte: PREFEITURA DE BOA VISTA. Foto: 21/11/2019. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2019/11/comunicado-trecho-da-orka-taumanan-sera-temporariamente-interditado-para-reparos> Acesso em: 10 de jan. 2020.

Assim, para pensar esse problema, tomei como base uma reflexão sobre as mudanças no espaço urbano, que envolvem sua produção e reprodução no presente, abrangendo uma análise do seu passado, de modo que possamos compreender a realidade urbana em permanente processo de transformação.

Para compreender os sentidos atribuídos sobre essas modificações, procura-se com essa tese analisar as ações de revitalização promovidos pelo poder público municipal, e fazer uma etnografia que busca entender o uso anterior e após as intervenções nas paisagens urbanas no centro de Boa Vista. A partir dessas análises de campo obteve-se, através do contato com os interlocutores, informações importantes sobre o espaço pensado e as práticas culturais vivenciadas nesse ambiente.

Um aspecto importante a ser ressaltado nesse estudo é o papel da cultura local. Para as pessoas entrevistadas, como veremos ao longo dessa tese, a cultura local não pode ser mantida, quando, nesses espaços outros signos são criados

² A estrutura da Orla tem um desnível, desse modo, ao longo da tese usarei as palavras alta e baixa para reportar sobre estes espaços mais extremos da Orla compostos por estabelecimentos alimentícios.

mediante a destruição de lugares de memória. Assim, a noção de cultura da qual elas partilham é muito semelhante as análises de Marshall Sahlins, o qual a entendia enquanto vivência. “Por muito e muito tempo os seres humanos falaram cultura sem falar em cultura — não era preciso sabê-lo, pois bastava vivê-la. E eis que de repente a cultura se tornou um valor objetivado, e também o objeto de uma guerra de vida ou morte” (SAHLINS, 1997, p. 127).

A categoria cultura, também é entendida nessa tese, pautada sobre a perspectiva de Manuela Carneiro da Cunha (2009), como aquilo que construímos como capacidade de tornar significativo em cada época. Trata-se, assim, de refletirmos a respeito dos significados e simbologias que estruturam esse termo para os sujeitos envolvidos nessa pesquisa.

Assim, o enfoque teórico sobre cultura é extremamente importante para esse estudo, que trata das interpretações e as novas dinâmicas de sociabilidade nesses espaços, pois são as “Interpretações e representações [que] formam a matéria palpável da cultura cidadina” (AGIER, 2011, p. 167, grifo da autora).

O envolvimento e interesse por esta temática surgiu a partir da minha saída da cidade de Toledo, localizada no estado do Paraná, para Boa Vista em Roraima, no ano de 2011 (por razões de trabalho de meus familiares). Na época fiquei maravilhada com a expectativa de viver em uma capital tranquila e a possibilidade de vivenciar os seus locais públicos com segurança. Na ocasião procurei conhecer os espaços e a história dessa cidade que elegi para ser meu novo lar. Assim, em um final de semana de novembro do primeiro ano nessa localidade, umas das coisas iniciais que fiz naquele novo ambiente, na qual estava tentando me adaptar, foi um passeio no centro histórico. Nesse momento tive um impacto com este local, pois como um ambiente formado com uma bela paisagem de uma orla de rio e praça estava praticamente vazia (Foto 2). Aquele vazio causou inquietação, e mais tarde me fez buscar compreender aquela situação.

Foto 2 – Orla Taumanan/2011.



Fonte: BADE, Cristiane. Novembro/2011.

No ano seguinte, em 2012, surgiu um edital para um concurso público para atuar nas disciplinas de História da Arte I, História da Arte II e Arte, Memória e Patrimônio Cultural, no curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima (UFRR), a vaga era destinada para licenciados e mestres em História ou Artes Visuais, como na época era graduada e mestre em História, realizei o concurso e fui aprovada. Assim, a partir da minha atuação no curso de Artes Visuais, aquele impacto inicial com o centro histórico ganhou maiores significados, em especial, quando passei a ministrar em 2013 a disciplina de Arte, Memória e Patrimônio Cultural. Um dos focos da disciplina era tratar sobre o campo do patrimônio em âmbito local, assim procurei ampliar o meu conhecimento sobre a história dessa cidade e entender um pouco as transformações daquela paisagem urbana e o seu uso.

Mais tarde, em 2014, ao ministrar novamente a disciplina de Arte, Memória e Patrimônio Cultural, me senti motivada pela temática e escrevi um projeto de extensão nessa área intitulado “Valorizando a arte, a memória e o patrimônio cultural em Roraima: ações de educação e valorização patrimonial”, o qual coordenei entre os anos 2014-2015, vinculado ao curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE). O programa tinha por finalidade, por meio da oferta de minicursos, palestras, cursos e oficinas nas comunidades e na rede de ensino, a problematização e valorização da arte,

memória e patrimônio do estado. Com essa experiência, ao conhecer de modo mais profícuo a história e os patrimônios de Boa Vista, percebi que grande parte dos bens tombados e do centro histórico, tinham passado por modificações ou demolições.

Para ampliar minhas pesquisas nesse campo escrevi o projeto de pesquisa, executado entre os anos de 2015-2016 sob a minha coordenação, intitulado “Os lugares de memória versus interesse político: uma análise sobre o descaso com o patrimônio cultural em Roraima”, vinculado ao curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Neste projeto, buscava-se entender as especificidades que a categoria identidade está sujeita, considerando o desinteresse e descaso por parte dos gestores públicos com a manutenção e ocupação dos bens patrimoniais.

Este conjunto de experiências, desse modo, inspirou a questão de pesquisa dessa tese de doutorado. A minha vontade de tentar compreender os usos dos espaços públicos de Boa Vista, portanto, surgiu com a primeira experiência ao vivenciar a cidade e estimulada com as inquietações que tive ao longo do meu trabalho na UFRR.

Desde outubro de 2016, por motivos de saúde, não resido mais no estado de Roraima, retornando a esta localidade apenas para fazer as pesquisas de campo, das quais falarei mais adiante. A partir dessa mudança compreendi que o olhar é um ato relacional, e isso produz sua própria experiência ou a refaz. Nesse caso refiz o meu olhar de pesquisadora, no qual estava anteriormente julgando as ações do governo municipal, e esse processo me fez voltar a pesquisar o ponto de vista do qual estava partindo inicialmente, o de compreender as narrativas relativas ao processo de modificação das paisagens do centro histórico. Assim, percebi a importância do “distanciamento urbano e sua reconstrução [...] para sua compreensão – contanto que tal processo tenha sido acompanhado por uma total imersão nas compulsões urbanas” (CANEVACCI, 2004, p. 21).

Apresentado o meu interesse por esta pesquisa, cabe destacar que a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, está situada na região norte do estado, tem uma área territorial de 5.687,037 km² e possuía uma população estimada de 375.374 pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018. A cidade faz divisa com Pacaraima a norte, Normandia a nordeste, Amajari a noroeste, Bonfim a leste, Cantá a sudeste, Mucajaí a sudoeste e Alto Alegre a oeste. Boa Vista é a capital de um dos estados mais novos da federação, tornando-se um

componente federativo autônomo em 1988, pela Constituição Federal. Roraima atualmente conta com uma população aproximada de 576.568 pessoas (IBGE, 2018) e tem como limites: os países da Venezuela e Guiana Inglesa, e os estados brasileiros do Pará e o do Amazonas.

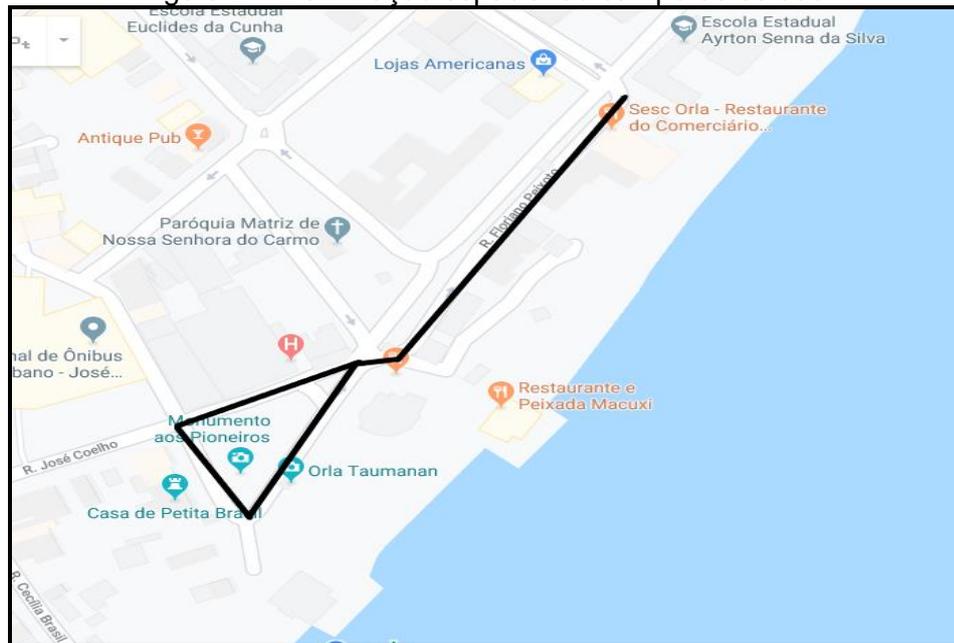
Figura 1 – Mapa da cidade de Boa Vista/2017.



Fonte: Google Maps. 10/02/2017.

O recorte temporal dessa tese inicia em 1993 e termina em 2019. A escolha do ano de 1993 deve-se por coincidir com diversas transformações na paisagem do centro histórico, que afetaram os processos socioculturais dessa região. A pesquisa encerrou no início de 2019, quando concluí o estudo de campo. A delimitação espacial envolve parte da Rua Floriano Peixoto, seguindo a Rua Barreto Leite, continuando até a Rua José Coelho, conforme o mapa a seguir.

Figura 2 – Delimitação espacial do campo de estudo.



Fonte: Google Maps. 06/01/2019.

Desse modo, para o desenvolvimento dessa tese realizou-se a pesquisa de campo em três momentos. Durante os dias 5 a 25 do mês de janeiro de 2018, fiz observações nas três regiões que eram no período o foco desse estudo³. Também recorri aos órgãos municipais para ter acesso aos projetos de revitalização, os quais não foram concedidos⁴. Realizei uma entrevista com uma fiel da Igreja de São Pedro, que participa há muitos anos da procissão de São Pedro, ritual que era realizado na Orla Taumanan. Pesquisei nos jornais disponíveis no Palácio da Cultura e procurei referências bibliográficas sobre o estado de Roraima e a cidade de Boa Vista. A segunda etapa aconteceu durante os dias 17 a 24 de julho de 2018, no qual fiz observações na região da Orla Taumanan e suas imediações. Nessa ocasião, também conversei com diversos pescadores que participaram da procissão de São Pedro e fui até a colônia de pescadores. Durante essa fase entrei em contato com algumas pessoas que participaram do festejo a este santo ao longo dos anos

³ Na ocasião observei a região da Orla Taumanan, Praça das Águas e o local do Antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima. No entanto, após as observações nesse período, conversei com a minha orientadora e, concluímos que seria mais viável e frutífero estudar apenas a localidade da Orla Taumanan e suas imediações.

⁴ Durante essa fase fui a diversas secretárias do município e, em todas elas, sucessivamente, me encaminhavam para outras. A última tentativa foi via ofício para a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), essa apenas enviou 7 fotos do centro histórico para o meu e-mail.

para agendar uma entrevista no mês de janeiro de 2019. A última fase da pesquisa foi realizada durante o período de 8 a 21 de janeiro de 2019, nesse momento realizei algumas observações, conversas informais, diversas entrevistas e pesquisei a existência de documentos relativos à procissão e aos projetos de revitalização.

Durante o período do campo consultei os jornais “Diário de Roraima” e “Folha de Boa Vista”⁵, para compreender como o processo de patrimonialização e as manifestações culturais no espaço estudado eram abordadas nesses veículos de comunicação. A fonte jornalística consultada foi um meio para mostrar as disputas por poder, legitimidade e memória. Além disso, reportou alguns momentos dos processos que envolveram a demolição de bens patrimoniais na região Orla Taumanan e noticiou algumas edições da procissão de São Pedro. Todavia, tenho a noção dos cuidados que esse material requer, pois elementos como a autoria das matérias e interesses dos grupos políticos do(s) proprietário(s), influenciam significativamente na sua produção. Desse modo, realizei uma leitura e análise contextualizada desse material.⁶

Para entender a realidade das pessoas que têm um maior nível de inserção e de pertencimento com os espaços, fiz observações no local e entrevistas com algumas delas que habitam há mais tempo nessa região, para perceber como significam essas alterações, e tentar compreender as mudanças da urbanização que reconfiguram a paisagem do ponto de vista social deste termo. Jornal

Durante as observações no campo conversei com pescadores, fieis que participam/participaram da procissão de São Pedro, diferentes pessoas que estavam na Orla Taumanan em momentos de lazer e trabalhadores. Um instrumento utilizado nesses momentos foi o diário de campo, nele registrei casos pontuais, diálogos informais e reflexões. O uso desse recurso forneceu parte significativa dos dados apresentados nesta pesquisa, a partir da vivência cotidiana sobre o local analisado.

⁵ A Folha de Boa Vista” é um jornal da cidade de Boa Vista. Foi criado em 21 de outubro de 1983, por Getúlio Cruz, governador do território de Roraima entre os anos de 1985 e 1987. Atualmente circula de segunda-feira a sábado e possui uma versão on-line chamada “FolhaWeb”. O periódico é um dos jornais de maior circulação no estado. Não localizei documentos que indicassem quando o Diário de Roraima foi fundado. Em algumas conversas me informaram que o proprietário seria o ex-governador Ottomar Pinto - porém não consegui confirmar.

⁶ As autoras Tânia Regina de Luca (2008) e Isabel Siqueira Travancas (2008), foram fundamentais para o tratamento das fontes jornalísticas usadas nessa tese. A primeira pesquisadora contribuiu na reflexão das relações externas que envolvem o relacionamento do(s) proprietário(s) com grupos políticos. A segunda mostrou que a construção de uma notícia pode ser pensada enquanto representação: “A representação pode ser entendida como ponto de confluência do social com o individual, resultado de um saber que os integrantes de um grupo social constroem sobre sua vivência” (2008, p. 119).

Ao longo dos capítulos busquei apresentar como era a vivência, circulação, e o uso da Orla Taumanan e de suas imediações. Para apresentar essas observações adotei um procedimento descritivo seguido das análises dos dados.

Durante o trabalho de campo entrevistei sete pessoas com o recurso da gravação de áudio e duas de modo informal, realizando anotações: duas moradoras⁷ da região do entorno da Orla Taumanan, cinco pessoas ligadas a procissão de São Pedro (coordenadores e padre responsável pela coordenação da procissão; e fieis assíduos), um empresário e uma artesã da região estudada. Para efetivar as entrevistas, marquei, anteriormente, alguns encontros para nos conhecermos e estabelecermos relações de confiança. As entrevistas foram gravadas, em quase todos os casos, e geridas pela pesquisadora por meio de conversas mais amplas que buscavam entender a história do entrevistado e sua relação/envolvimento com o espaço ou práticas culturais ali realizadas. As questões levantadas foram anteriormente elaboradas.

Os entrevistados foram selecionados pelo critério de morar e/ou trabalhar na área investigada há tempo suficiente para perceber as transformações provocadas pelos projetos de revitalização no local. Nessa seleção não houve escolha por gênero ou idade. A aproximação com eles, inicialmente, se deu por tentativas próprias de abordagem no espaço analisado e em suas casas, e posteriormente foi através de uma rede de indicações, ou seja, uma pessoa indicando a outra. Nessa busca existia uma idosa que estava debilitada para participar de uma entrevista ou conversa, assim, seria inconveniente abordá-la⁸. Desse modo, usei uma entrevista dessa moradora que foi publicada na tese de Maria Goretti de Lima (2011).

Escrever sobre a história e a respeito das mudanças nas paisagens dessa região não foi uma tarefa fácil, pois o acesso a documentação histórica e a projetos urbanísticos é limitado por conta de diversos fatores, como a desorganização dos acervos e a indisponibilidade de documentos nas secretárias do serviço público. As dificuldades que, pesquisadores e instituições enfrentam para acessar a documentação histórica em Roraima, não é novidade, Moraes e Ramalho, em seu artigo “Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização”, discutiram essa questão:

⁷ Na região estudada existem apenas cinco residências. Durante o campo só foram localizadas duas moradoras.

⁸ Essa senhora faleceu no dia 5 de fevereiro desse ano.

Os principais acervos documentais sobre Roraima não se encontram organizados, gerando dificuldades de acesso ao público externo, que se depara com uma grande diversidade de documentos (livros, revistas, jornais, relatórios, fotografias etc.) sem prévia catalogação. Como encontrar, em meio a caixas, estantes e armários repletos de papéis, o documento que nos interessa de fato? (MORAES; RAMALHO, 2009, p. 79).

Em vista disso, o trabalho de campo teve uma grande importância, pois permitiu “ir além das “aparências” e identificar “códigos” nem sempre explicitados” (VELHO, 2013, p. 32). Além disso, ele nos possibilitou conhecer mais a fundo os rituais que eram realizados no espaço investigado.

O fato importante é que estamos lidando com conjuntos de símbolos que vão ser utilizados pelas pessoas nas suas interações e opções cotidianas, num processo ininterrupto, havendo alguns mais eficazes e duradores do que outros. A relação entre o desempenho de papéis e esses conjuntos de símbolos constitui uma questão estratégica para a antropologia social (VELHO, 2013, p. 89).

Durante a minha pesquisa de campo fui orientada por vários autores que me forneceram instrumentos teóricos e metodológicos que permitiram, por meio do trabalho desenvolvido, a compreensão do meu objeto de estudo. Desse modo, daqui em diante apresentarei os autores que me ajudaram no processo de construção e desenvolvimento dessa tese.

A dissertação intitulada “Mais além da rua do Bom Jesus: a revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do local”, de Júlia Morim de Melo (2003), me ajudou na elaboração do problema dessa tese. Nessa pesquisa, ela se deteve ao estudo do processo de revitalização no bairro do Recife, conhecido como Recife Antigo (o local fica na cidade de Recife-PE), considerando os discursos sobre esse processo dos atores envolvidos no plano, a prefeitura e governo. Assim, buscou definir os fatores que objetivou tais alterações, e considerou a percepção dos sujeitos de três grupos locais, a dos moradores da Comunidade do Pilar, os habitantes de pensões e dos trabalhadores do porto. Os significados e visões atribuídos a essas modificações no espaço analisado foram divergentes e variavam conforme as suas experiências com o local. Desse modo, ela constatou que essas transformações aconteceram com o objetivo de inserir a cidade na rede do turismo e

da tecnologia da informação e comunicação, no cenário nacional e internacional, para a promoção do desenvolvimento econômico.

Em se tratando das investigações sobre a temática ou semelhantes⁹, feitas em Boa Vista, cabe destacar que a pesquisa mais próxima desse tema é de Lima (2011), que em sua tese na área de Geografia Cultural, buscou reconstruir através da apreciação e análise de fotografias antigas e atuais a memória da paisagem ausente no sítio histórico da cidade de Boa Vista. Sua fundamentação foi apoiada em três (3) entrevistas projetivas (gravadas em recursos audiovisuais) com antigos moradores do centro histórico da cidade, uma (1) entrevista informal com Iradilson Sampaio (Vice-prefeito na gestão de Teresa Surita¹⁰ no período de 2004 a 2006¹¹) e um (1) questionário com a ex-prefeita Teresa Surita. Ou seja, Lima (2011) analisou as transformações na paisagem urbana provocadas pelo poder público municipal entre os anos de 2000 a 2010.

Os resultados da pesquisa de Lima (2011), mostraram que as intervenções provocadas pelo poder público nas paisagens, foram feitas sem planejamento e alteraram a mobilidade urbana. Para exemplificar essa questão ela destacou que a transformação feita na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, como a construção de uma calçada na frente, redefiniu o tráfego de veículos.

⁹ Sobre o levantamento de pesquisas voltadas a memória e o patrimônio no município de Boa Vista. No primeiro momento, encontrei trabalhos que discutiam sobre conflitos por memória e invenção de identidades.

Na dissertação defendida por Elisangela Martins (2010), por exemplo, foram analisadas disputas por história e memória, que envolviam a versão histórica que seria a correta, referentes às políticas empregadas pelos governos militares no estado. A partir desse trabalho, observei que muitos monumentos foram produzidos no regime militar para a representação do passado que agregava apenas as famílias conhecidas como “pioneiras”, ligadas ao comércio e ao funcionalismo público. O trabalho de Raimundo Nonato Gomes dos Santos (2015), que tratou da invenção de identidades em Boa Vista nas décadas de 1970 e 1980, também foi importante para entender a identidade local. Outra dissertação que deu destaque à memória foi a de Paulina Onofre Ramalho (2012), que analisou o plano urbanístico de Boa Vista como lugar de memória.

Posteriormente, foram levantadas pesquisas sobre o patrimônio. Assim, encontrou-se o trabalho monográfico de Eurinedes Oliveira Gonçalves (2013), que tratou uma abordagem sobre o patrimônio histórico de Boa Vista-RR, com ênfase na apresentação e descrição dos prédios construídos nos séculos XIX e XX, que foram tombados. Outro estudo identificado sobre essa temática é um artigo, das pesquisadoras Georgia Patrícia da Silva, Márcia Teixeira Falcão e Maria Aparecida Ferreira Barbosa (2011), que discutiu de forma sintética a problemática da descaracterização dos imóveis tombados em Boa Vista.

¹⁰ Teresa Surita é a atual prefeita de Boa Vista (2017-2020) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anteriormente Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi Deputada Federal nos anos de 1991-1992 (Partido Democrático Social/PDS) e de 2011-2012 (PMDB). Prefeita de Boa Vista nos anos de 1993 a 1996 (PDS); de 2001 a 2004 (Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB); em 2005 a 2006 (Partido Popular Socialista (PPS), atualmente Cidadania23) e de 2013-2016 (MDB).

¹¹ A partir de março de 2006, Iradilson assumiu a prefeitura, após Teresa ter deixado o pleito para candidatar-se a senadora. Desse modo, ele exerceu o cargo de prefeito de 2006 a 2007.

A leitura do trabalho de Lima (2011) foi significativa para a composição da problemática dessa pesquisa. Sua pesquisa instigou pensar e analisar os grupos mais afetados com essas modificações. Considerando essa questão, o trabalho dessa autora, em parte, mencionou algumas dessas modificações que vou explorar na minha tese. Sobre o que ela discutiu em relação as revitalizações feitas na Orla Taumanan, concordo em parte com sua afirmação, que os mais afetados com essas revitalizações foram os idosos e comerciantes que moram nas imediações desse local. O campo, que veremos mais adiante, nos mostrou que realmente os moradores foram os mais atingidos com a construção da Orla, no entanto, os comerciantes em momento algum julgaram que foram prejudicados por tal edificação.

O trabalho de Lima (2011) destacou as mudanças na paisagem do sítio histórico da cidade de Boa Vista, mas deixou lacunas. Esta autora não fez a relação entre os espaços modificados e a sociabilidade alterada. Portanto, essa questão que ela não explorou me inspirou a formar a problemática dessa pesquisa em um recorte específico desse local, na região da Orla Taumanan. Assim, o meu trabalho tem como finalidade compreender as alterações, os significados e as principais modificações no uso social desses lugares.

Deve-se ressaltar que por um lado, as pessoas nesse estudo são compreendidas como agentes, e por meio das ações dessas que será entendido a questão do pertencimento, e por outro como elas entendem as mudanças e como usam os novos equipamentos. Nesse sentido, a antropologia urbana tem uma grande importância, pois ela aceita a cidade como tema de estudo, permitindo a reflexão sobre o que nos parece familiar.

Face um objeto a priori “não identificável”, o antropólogo pode reconstruir uma representação, necessariamente “construída” de um modo indutivo – da observação a interpretação, da etnografia a análise. Assim, por método, o antropólogo tem necessidade de se emancipar de qualquer definição normativa e a priori de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda parte, trabalhando para descrever o processo. É essa posição que dá ao saber antropológico um lugar à parte e reconhecível no conjunto dos conhecimentos da e sobre a cidade, disponibilizando-os para todos. Cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo... Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e a sua experiência de cidades. A cidade já não é considerada “uma coisa” que eu possa ver nem “um objeto” que eu possa aprender como totalidade. Ela transforma-se num todo

decomposto, um holograma perceptível, “apreensível” e vivido em situação (AGIER, 2011, p. 37-38).

O diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História no desenvolvimento desse estudo, foi fundamental para a compreensão dos projetos políticos de revitalização executados e sobre seus impactos relativos ao uso dos espaços. Nesse sentido, busquei através da revisão bibliográfica articular teóricos dessas duas disciplinas, bem como autores que trabalham pela perspectiva da antropologia histórica.

A interdisciplinaridade entre Antropologia e História, também foi importante para essa pesquisa para sua dimensão epistemológica. Ou seja, ela contribuiu com a estratégia do uso de documentos históricos, agregando na forma de análise dos mesmos.

Sobre a perspectiva do campo da antropologia urbana o francês Michel Agier foi uma das referências dessa tese. O autor tem trabalhado ultimamente com deslocamentos forçados em campos de refugiados, buscando problematizar também as novas territorialidades advindas dessas situações. Um dos seus livros mais conhecidos é “Antropologia da cidade. Lugares, situações, movimentos” (2011). Este livro é composto por um compêndio de artigos, capítulos de livros e revistas publicadas originalmente entre os anos de 1997 e 2008, todos revisados para a composição da obra. As discussões nesses textos transitam entre cidade e princípio de política, cultura das cidades, deslocamentos forçados, a cidade na pesquisa antropológica. Esta obra foi importante para o processo de amadurecimento dessa tese, orientando no enfoque conceitual e metodológico.

Compreender as situações e os significados do cotidiano da vida na cidade implica compreender o conceito de cidade. Assim, essa pesquisa é orientada pela categorização de Agier (2011), que a entende como um dispositivo cultural, na qual podemos observar dois domínios, o primeiro envolve às relações entre os habitantes de uma cidade, que, por sua vez, abrange as representações de identidade e de alteridade; o segundo refere-se ao campo simbólico, ou seja, o sentido que as pessoas dão ao espaço material da cidade (AGIER, 2011, p. 143).

Para entender questões sobre o espaço urbano, tais como as relações de conflito e poder inscritas no espaço, as obras “A Cidade do capital” (1999) e “La production de l’espace” (1974), de Henri Lefebvre, foram essenciais. Na primeira

obra ele discutiu sobre os mecanismos de democratização da cidade. No segundo livro o autor analisou o conceito de espaço. Até pouco tempo antes do desenvolvimento desse livro, década de 1970, o conceito de espaço estava sendo compreendido de forma generalizada pelo seu viés material. Assim, o autor começa a discutir esse conceito considerando o intelectual, o histórico, o social e o cultural. Ou seja, passa a compreender esse conceito enquanto um produto social.

A discussão sobre patrimônio e as modificações nas paisagens urbanas, presentes nos trabalhos do antropólogo Antônio Augusto Arantes, também foram importantes para a realização dessa pesquisa. Ao longo de sua carreira acadêmica suas pesquisas estão transitando nas áreas de patrimônio material e imaterial, cultura popular, políticas culturais, espaço urbano e poder. Nesse sentido, seu trabalho “Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural” (1984) foi uma das primeiras referências brasileiras no campo antropológico que abordou a temática patrimônio. Um dos livros de Arantes (2000) que contribuiu para a construção do problema dessa pesquisa foi o “Paisagens Paulistanas – transformações do espaço público”. Nessa obra ele reflete sobre as mudanças nos espaços públicos da cidade de São Paulo dos anos 1950, identificando o processo histórico que marcou esse período. Arantes, desse modo, nos ajuda a pensar a importância da análise da dinâmica do espaço ao longo dos anos e a entender os processos que reconfiguraram o espaço urbano de Boa Vista.

Os espaços são lugares de encontros e desencontros que desempenham apropriações plurais, provocando diferentes significados para cada grupo que os ocupa. Nesse sentido, a referência do campo da memória auxiliou no entendimento das apropriações culturais que cada grupo fez nesses ambientes, antes e depois das revitalizações desses locais:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. (...) Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2003, p. 159-160).

No tratamento dos dados da pesquisa, para analisar as memórias referentes ao processo de modificações no espaço urbano investigado, procurei analisar as redes e sistema de valores que envolvem os conflitos nos espaços e ressignificações do contexto urbano estudado. Nesse sentido, o conceito de memória, compreendido aqui não envolve um fenômeno puramente coletivo ou individual, mas ele se entrelaça no âmbito das lembranças e são mantidas pelas relações entre os indivíduos e grupos (HALBWACHS, 2003).

Como esse estudo transita na investigação das novas dinâmicas em um espaço em que seus patrimônios¹², seja ele material, imaterial ou natural, foram afetados, cabe pontuar que se compreende, o quanto o patrimônio está ligado a tudo aquilo que forma a cultura, podendo ser objetos, lugares, saberes, celebrações. Mas é preciso considerar que ele precisa ter relação de identificação com a comunidade. Conforme Canclini:

O patrimônio cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p. 99).

No entanto, quando tocamos no processo de patrimonialização que envolve o reconhecimento pelas instituições governamentais no âmbito local, estadual, nacional ou internacional, o patrimônio cultural envolve um processo simbólico de seleção e apropriação de determinados elementos representativos da memória social, que embora pareçam ser de todos, eles se mostram desiguais em sua formação e apropriação. No caso analisado, como veremos mais adiante, a questão do patrimônio se tornou um campo de disputa material e simbólica. Nesse processo legitimam-se como superiores bairros, objetos e saberes gerados pelos grupos hegemônicos (CANCLINI, 2012), porém, as memórias de outros grupos, como a de povos indígenas, são silenciadas.

Essa pesquisa também relaciona a abordagem do patrimônio cultural às reflexões produzidas por José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), o qual

¹² Adoto a categoria "Patrimônio" para se referir aos bens que tenham identificação com a comunidade, sejam eles reconhecidos ou não pelas instituições governamentais. O rio Branco e a procissão de São Pedro, por exemplo, são casos de apropriações de patrimônio natural e imaterial respectivamente.

compreende essa categoria em termos etnográficos, entendendo-os como “fatos sociais totais”, e analisando-os pelos seus diversos aspectos sociais e simbólicos, e a dimensão que esse termo assume no contexto mais amplo.

Outros autores que pesquisam o patrimônio, e que contribuíram para essa discussão foram: Pedro Paulo Abreu Funari (2001, 2003, 2009), que desenvolveu trabalhos nas áreas de patrimônio e diversidade, trajetória do patrimônio no contexto mundial, desafios da preservação, turismo e patrimônio cultural, entre outros que dialogam com o patrimônio histórico e cultural. Sandra Cássia Araújo Pelegrini (2007, 2009), por sua vez, produziu artigos com enfoque nas articulações entre memórias e identidades, memórias e patrimônio cultural, artes e museus. Outra referência nas investigações de patrimônio é a professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Márcia Sant’Anna (2003, 2005, 2009). Em sua carreira acadêmica, essa última pesquisadora, tem se dedicado às áreas de restauração, conservação, patrimônio imaterial e gestão do patrimônio cultural.

Considero importante para a discussão proposta, que envolve os processos de patrimonialização¹³, a compreensão sobre tombamento abordada por Santos (1992), na qual considera essa ação “um rito social”. No entanto, sabemos que nesse processo nem todos fazem parte do rito que “deveria” envolver uma participação mais ampla do social.

Ao tocar na questão do tombamento, é preciso destacar que o processo de patrimonialização da cidade remete uma ideia de patrimônio de pedra e cal, na qual a escolha do que foi preservado enquanto memória para o futuro, refere-se somente a memória de alguns grupos de famílias. Na década de 1990, como veremos no segundo capítulo, existiu um volumoso processo de patrimonialização que envolvia as famílias consideradas “pioneiras”¹⁴. Diante desse cenário, cabe questionar, se essa seleção também corre o risco de não fazer sentido para a coletividade?

¹³ No estado de Roraima o processo de patrimonialização iniciou em meados da década de 1980, com a instituição do tombamento estadual de seis bens: o Edifício da Casa da Cultura (rua Jaime Brasil com Sebastião Diniz), Sítio Arqueológico - Pedra Pintada, Samaúma (localizada na área interna da Escola e Jardim de Infância Princesa Isabel), Edifício-sede da administração da Fazenda São Marcos, Prédio da Capela da Fazenda São Marcos e Forte São Joaquim do Rio Branco. Todos eles inscritos no Livro do Tombo Estadual no ano de 1984. Nesse período, não existiu ações de preservação nesses locais, foram apenas reconhecidos legalmente.

¹⁴ Um dos meios que fortaleceu a construção e consolidação dessa categorização foi a produção, a partir da década de 1980, de uma historiografia memorialista, entre eles destaco as obras “Geografia e História de Roraima” (2000), de Aimerê Freitas e “Roraima, Informações Históricas” (1986), de Dorval de Magalhães. Esses trabalhos associaram a figura do pioneiro as famílias que tiveram

Nesse processo a história das populações indígenas também não teve visibilidade. A ausência dos grupos indígenas pode ser percebida nos instrumentos de preservação e salvaguarda do patrimônio no estado, no qual não existe um tombamento ou registro sobre as memórias e conhecimentos orais transmitidos ao longo do tempo por esses.

A partir das análises de Appadurai (2008), comecei a ter outro olhar sobre o mundo social. Ou seja, mediante a contribuição desse autor foi possível compreender que a cultura material estava ativamente atrelada as relações interpessoais, e, como sugere Appadurai, possui uma vida social.

A procissão de São Pedro foi analisada como um processo ritual (TURNER, 1974), na medida em que se revelou uma celebração povoada de simbologias e representações. Sobre esse fenômeno, Turner (1974) nos lembra que um exclusivo símbolo representa muitas coisas, envolvendo diferentes significados de um campo de experiência variado:

Cada um dos episódios é carregado de simbolismo. Os símbolos possuem as propriedades de condensação, unificação de referentes dispares, e polarização de significado. Um único símbolo, de fato, representa muitas coisas ao mesmo tempo, é multívoco e não unívoco. Seus referentes não são todos da mesma ordem lógica, e sim tirados de muitos campos da experiência social e de avaliação ética (TURNER, 1974, p. 70-71).

Outra contribuição importante para este trabalho, acerca do termo ritual, vem de Arnold Van Gennep (2011) quando afirma que o ritual é um fenômeno social dotado de autonomia e de significados, possuindo outros domínios para além da religião. Ele torna o ritual objeto de estudo, em uma época que esta categoria não era vista enquanto fenômeno independente. Esse autor me ajudou a perceber que o momento culminante do rito, tal como expressou Roberto DaMatta na apresentação da obra de Arnold Van Gennep “Os ritos de passagem”, “nada mais é do que uma fase de uma sequência que sistematicamente comporta outros momentos e movimentos” (VAN GENNEP, 2011, p. 17).

Sendo assim, para o desenvolvimento desta tese, busco no capítulo “A formação de Roraima e da cidade de Boa Vista: notas sobre a paisagem” revisitar a historiografia que trata sobre a formação do estado, para na sequência analisar o

ligação com a pecuária no século XIX, especialmente porque formaram famílias no local e terem sido figuras significativas na formação do poder local (MARTINS, 2010).

processo de ocupação do centro histórico até a execução dos projetos de revitalização que provocaram a demolição e/ou a reforma dos patrimônios culturais. Ou seja, primeiramente será apresentada, a formação da rede urbana a partir da colonização de não indígenas, e posteriormente analiso as transformações nas paisagens do centro.

No capítulo “Memórias e espaço: a dinâmica do patrimônio em Boa Vista”, realizo uma análise das narrativas das pessoas que convivem ou conviveram nas imediações do local, onde hoje é a Orla Taumanan, e sobre fontes que tratam das transformações ocorridas na paisagem dessa região. Nesse momento também analisarei mais a fundo o Projeto Raízes, que foi criado pelo Decreto nº 2.176, de 16 de abril de 1993. Esse almejava a preservação do patrimônio cultural e ambiental de Boa Vista. Ou seja, nesse momento da tese busco compreender os mecanismos que provocaram as alterações paisagísticas no centro histórico.

Na sequência, o capítulo “A Orla Taumanan e as novas dinâmicas de sociabilidade”, descreve como as alterações nos patrimônios da região da Orla Taumanan foram significadas pela população e quais foram as novas dinâmicas de sociabilidade nos espaços analisados. Ou seja, objetivo destacar como a Orla está hoje e seus significados, focando no cotidiano dos moradores, comerciantes e trabalhadores dessa área e suas imediações, e na organização dos espaços e da convivência da população local.

Por fim, no capítulo intitulado “A procissão de São Pedro: sentidos e significados da festa”, analiso o impacto que a construção da Orla Taumanan teve na performance da procissão fluvial e terrestre em homenagem a São Pedro. Assim, igualmente, discutirei sobre esse ritual na experiência urbana e como suas formas de expressão simbólica foram afetadas ao longo desses anos. Nesse viés, analiso como as pessoas lidaram com a mudança dos trajetos ao longo dos anos.

2 A FORMAÇÃO DE RORAIMA E DA CIDADE DE BOA VISTA: notas sobre a paisagem

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino, 1998.

Este capítulo tem por objetivo apresentar as mudanças ocorridas ao longo dos anos na cidade de Boa Vista a partir da chegada de não índios no local que atualmente é o estado de Roraima. Neste trabalho, por razões do seu objetivo, a presença indígena em Boa Vista será aludida apenas eventualmente, conforme exposto abaixo.

A região que compreende este estudo é composta por uma rica tradição indígena e outras não-indígenas. Desse modo, ao transitar sobre a gênese do núcleo urbano do estado, mais especificamente da cidade de Boa Vista é preciso lembrar que a região era ocupada por povos indígenas com seus sistemas culturais organizados.

Entender a presença dos indígenas, povos que viviam nessa região disputada e partilhada no período da colônia por povos europeus, e a sua história com o lugar é muito importante para entendermos a formação do estado, uma vez que a cultura deles permanece através da influência culinária e práticas culturais.

Como destaquei até aqui, a história dos povos indígenas tem muita importância na cultura local, pois influenciou práticas culturais e a culinária regional. No entanto, como estamos falando da destruição de monumentos que foram construídos para fins particulares, religiosos ou públicos, que não expressavam interesses desses povos ou homenagem a eles, não vou me aprofundar na literatura que trata dos indígenas, mas sim mostrar que influenciaram mais nas questões da cultura e não na produção de monumentos dos espaços que irei analisar.

Para a análise pretendida, esse capítulo abrangerá o intervalo temporal compreendido, principalmente, entre os séculos XVIII até XX, apresentando a formação do estado e da cidade de Boa Vista. A escolha desse período se justifica

pela incidência de fatores, que causaram modificações na configuração urbana de Boa Vista.

Trata-se de um esforço para ver as nuances que acompanharam a configuração da região ao longo dos anos. A cidade ou mais precisamente o urbano, é um tema extremamente significativo nessa discussão. A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela) (LEFEBVRE, 1999, p. 140).

Mesmo que a discussão sobre a formação da cidade de Boa Vista, não seja o elemento central dessa investigação, se faz necessária para situar historicamente o objeto dessa tese, bem como situá-la como parte de um processo. Assim, a história da cidade é relevante para indicar a constituição do patrimônio, por um lado, e por outro, o valor atribuído a sua conservação.

Assim, na sequência será revisitado o período de reocupação do espaço onde se formou a cidade de Boa Vista, pensando na multiplicidade de fatores que impulsionaram esse processo.

2.1 Rio Branco e a ambição estrangeira, século XVII

Revisitar a formação urbana em Boa Vista, requer discussões que remontam a história do estado de Roraima. Estas duas por vezes se confundem, como já apontou Paulo Rogério de Freitas Silva (2007). Essa confusão se dá também pela cidade ser o local onde foram instaladas as primeiras fazendas nacionais e particulares, aldeamentos indígenas, etc. Autores como Lima, avaliam que:

[...] a área do Município de Boa Vista pode ser considerada a gênese do estado, de vez que, foi nesses campos gerais, ao longo dos rios Branco, Tacutu, Uraricoera, que se instalaram as missões religiosas e militares, de aldeamento indígena, assim como o Forte de São Joaquim e as primeiras fazendas nacionais e particulares. Posteriormente, fundou-se a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, onde se instalou o Município de Boa Vista (LIMA, 2011, p. 56).

Assim, ao longo dessa secção serão apresentadas informações mais amplas do desenvolvimento do estado para situar a formação de Boa Vista, e os fatores que impulsionaram as alterações na sua paisagem¹⁵.

A descrição do primeiro núcleo urbano do estado pode ser identificada nas narrativas sobre as paisagens, realizadas por diversos viajantes que passaram pela localidade. Entre esses pesquisadores destaco: Pedro Teixeira, Ernesto Ube, Theodor Koch-Grünberg e Alexander Hamilton Rice. O material que estes produziram sobre a região forneceu dados plausíveis de análise sobre os fatos históricos que marcaram o vale do rio Branco, atual estado de Roraima, e a sua geografia. Esse material é muito importante desde que seja acompanhado de uma leitura crítica e contextualizada.

Para acompanharmos a penetração de estrangeiros na região do vale do rio Branco é preciso situar as múltiplas tensões políticas, culturais, econômicas e sociais, que se fizeram presentes na região da Amazônia.

Durante o século XV, a Europa passava por uma profunda crise, e esse cenário fez com que as nações europeias fossem explorar em novos territórios, metais preciosos e especiarias para vender no mercado europeu. No entanto, ocorreram muitos conflitos pelo território sul-americano, especialmente entre portugueses e espanhóis, sendo estabelecidos alguns acordos para a divisão da exploração dessas áreas que pertenciam a diferentes etnias indígenas.

Em 07 de junho de 1494, por exemplo, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, onde se demarcou um meridiano localizado a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde. Assim, os territórios antes de serem conhecidos e ocupados foram divididos, as terras do oeste dos espanhóis e as do leste controladas pelos portugueses.

No entanto, esse acordo foi muito questionado por outros países europeus, devido a exploração ser restrita a Portugal e Espanha. Países como a França e Holanda não reconheciam a validade desse tratado, e organizaram expedições para o continente sul-americano. As viagens realizadas tinham interesses científicos e comerciais. Desse modo, os tratados se tornaram simples contratos, pois a posse dessas áreas estava implicada, especialmente, mediante colonização.

¹⁵ Para analisar a paisagem, cabe pontuar que essa noção é compreendida nessa tese, apoiada em Zukin (2000), como algo socialmente construído e que extrapola a materialidade, ela também simboliza convivências sociais e espaciais.

Após a penetração e exploração de diversas regiões do continente sul-americano, em meados do século XVI e no transcorrer do XVII, nações europeias disputavam o poder estatal e o monopólio do comércio do atlântico. Buscavam explorar na Amazônia espécies vegetais e animais, para fornecer estas ao mercado europeu. Estes produtos tinham um significativo valor nos mercados da Europa, o que provocou uma cobiça mercantil ainda maior do homem europeu, de acordo com Arthur César Ferreira Reis (1968).

Nesse processo de exploração da Amazônia, a rota marítima usada pelos europeus foi pelo Rio Amazonas, Oceano Pacífico, Oceano Atlântico e Mar do Caribe, segundo Oliveira (2003):

A europeização do mundo amazônico aconteceu com a descoberta da rota fluvial interligada ao Rio Amazonas (com entradas pelo Oceano Pacífico, Atlântico e Mar do Caribe). Até o início do século XVI, o Rio Amazonas mal figurava na cartografia de expansão do homem europeu. A sistemática navegação fluvial/marítima entre o Rio Amazonas e o Atlântico foi de fundamental importância para as trocas e contatos entre os índios e os europeus (OLIVEIRA, 2003, p. 38)

As primeiras incursões de europeus no rio Amazonas aconteceram entre no início do século XVI (GÓES FILHO, 2001). Foram navegadores, compostos por geólogos, militares, missionários e naturalistas, a mando dos espanhóis que percorrem, onde hoje é a Amazônia, pela primeira vez nessa região, e produziram relatos sobre as riquezas e mistérios desse território.

Desse modo, no século XVI a Amazônia viveu um período de exploração e reconhecimento por parte das nações europeias, marcado pelas grandes expedições e vinda de missionários. Foi no século seguinte, XVII que, existiu uma série de conflitos armados pelas áreas amazônicas. Esses conflitos foram em grande parte provocados pelos ataques de portugueses a entrepostos comerciais de holandeses e ingleses.

Como já mencionado, no transcurso do século XVI, inúmeros viajantes e tropas europeias começaram a explorar esse território, visando os recursos naturais da Amazônia. Alguns autores como Farage (1986) dizem que Portugal não possuía na época um projeto estratégico para a ocupação dessa região amazônica. No entanto, quando este país teve conhecimento de que outras nações europeias

conheciam o espaço geográfico e possuíam estratégias com fins geopolíticos, passou a ocupar esse território.

Após as diversas investidas no rio Negro (Amazonas) no século XVI e meados do XVII, os europeus começaram a explorar o rio Branco, localizado na região que hoje é o estado de Roraima. O estado de Roraima tem uma extensa rede hidrográfica, as quais, em épocas de estiagem, formam várias praias em suas margens. Desse modo, o principal rio da localidade é o rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Negro. O rio Branco inicia a partir da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu até o rio Negro, e sua bacia cobre 80% do estado, abrangendo 187.540 km² (CARVALHO; CARVALHO; MORAIS, 2016). Este é um rio de difícil navegação, devido as inúmeras corredeiras existentes na região. Além disso, na época de estiagem as embarcações não conseguem trafegar devido a formação de bancos de areia.

Assim, antes de apresentar a bibliografia que evoca a exploração do território do vale do rio Branco no que tange as suas investidas de navegação e a busca do monopólio de povos europeus sobre essa região, é preciso destacar que os primeiros relatos sobre esse rio são vagos, alguns sem muitas provas concretas (FARAGE, 1986; VIEIRA, 2003¹⁶).

No entanto, autores como Farage (1986), Vieira (2003) e Oliveira (2003) concordam que essa região foi ocupada com fins comerciais e de posse dessa localidade. Oliveira (2003), por exemplo, destaca que a ocupação da região se deu porque Portugal estava preocupado com o estado do Grão-Pará e Maranhão, local na época almejado por ingleses, holandeses e franceses, que estavam no território. Desse modo, Portugal resolveu construir fortes em pontos estratégicos para que estes países não se fixassem nesse espaço.

Os autores que tratam desse período, mesmo usando abordagens metodológicas diferentes, dão ênfase a exploração do rio Branco por Pedro Teixeira, para apontar o primeiro contato de europeus com essa região. Barbosa (1993), por exemplo, destacou relatos advindos da viagem que o português Pedro Teixeira fez na localidade durante século XVII. Sobre o encontro entre índios e não índios na região do vale do rio Branco, hoje Roraima, o narrador de sua viagem, que era jesuíta, mencionou:

¹⁶ Segundo esses autores os documentos relativos ao rio Branco são mais fartos e concretos a partir do século XVIII.

Cristobal de Acunã, narrador da viagem de Pedro Teixeira pelo Rio Amazonas (1637-39), dá entender como um acidente o primeiro encontro das populações nativa e “civilizada” nesta região (mesmo não mencionando o rio Branco) (BARBOSA¹⁷, 1993, p. 124).

Além disso, não existe, como muito bem lembrou Oliveira (2003), uma documentação sobre os séculos XVII que nos permite conhecer como o índio entendia esse encontro entre população nativa com outros povos na região.

Para tratar desse período Farage (1986) sugere dois cronistas, Ribeiro de Sampaio (1788/1872) e Joaquim Nabuco (1941) para justificar a antiguidade do conhecimento sobre esse rio, com a exploração de Pedro Teixeira.

Assim, pelo observado na bibliografia que trata desse período e região, acredita-se que foi a partir da navegação de Teixeira nas águas do rio Branco que os portugueses tiveram conhecimento das riquezas desse território, bem como dos rios que existiam na localidade.

Alguns teóricos como Farage (1986) e Vieira (2003) creem que o encontro em 1750, entre uma escolta de portugueses e outra de holandeses pelo rio Branco, fez com que os portugueses tomassem a decisão de colocar uma base militar na região, através da construção do Forte São Joaquim. Na ocasião os portugueses adentravam o vale do rio Branco, para capturar índios para vendê-los no Maranhão e Pará.

O Forte São Joaquim foi o “representante do Estado português no rio Branco e o condutor, nos primeiros anos de colonização da região, da geoestratégia portuguesa na consolidação de seu frágil domínio na região” (GOMES FILHO, 2012, p. 23). Nesse processo, desenvolveram-se tentativas de escravizar os índios, o que acabou gerando um deslocamento desses povos para outras áreas, como observou Patrícia Ferri, na sua obra “Achados ou Perdidos? A Migração Indígena em Boa Vista”:

¹⁷ É preciso salientar que mesmo usando esse autor como referência para apresentar o encontro entre índios e não índios narrado por Cristobal de Acunã, discorda-se da titulação do seu artigo. Barbosa ao intitular o seu texto como “Ocupação humana em Roraima. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido”, comete um equívoco, ao se referir a esse período como da ocupação humana, dando a entender que os indígenas não são humanos, pois a abordagem do seu texto envolve a ocupação de não índios na região. Além disso, o autor usa termos como semiaculturada ao tratar dos povos indígenas, que são inadequados do ponto de vista da antropologia.

Não só a penetração das “tropas de resgate”, que tinham a função de capturar os índios para serem escravizados, como também a invasão por parte de holandeses, ingleses e espanhóis e a implantação de missões e prelações deram início a um processo irreversível de contato interétnico. Isso promoveu não apenas o deslocamento de alguns desses grupos para outras áreas, mas também o aliciamento, a dizimação e, finalmente, a tentativa de civilizá-los (FERRI, 1990, p. 13).

A vinda dessas nações gerou muitos conflitos nessa região. No entanto, nesse processo vemos diferentes formas de ocupação, por negociação, apropriação e/ou expulsão de modo violento de povos indígenas da região.

Nesse contexto de vinda e exploração de nações europeias nesse território, é importante destacar que os indígenas não podem ser vistos como meros expectadores, mas sim como agentes ativos no processo. Alguns indígenas participaram de movimentos de resistência, outros negociaram a exploração e ocupação da localidade.

Portanto, é preciso entender que esse espaço da Amazônia, povoado por milhares de anos por diversas etnias com estruturas culturais consolidadas, passou a ser vislumbrada pela coroa portuguesa após outras nações europeias terem conhecimento dessa região.

2.2 A formação de Roraima e da rede urbana em Boa Vista, séculos XVIII e XIX

A região do vale do rio Branco foi pouco explorada até o último quartel do século XVIII. A ocupação estratégica dos portugueses nessa localidade aconteceu, como já foi dito, a partir do momento em que espanhóis, holandeses e ingleses desejavam esse território¹⁸. A construção do Forte São Joaquim entre os anos de 1775 a 1776, pelos portugueses, foi o que deu início à formação da cidade que, futuramente se chamaria Boa Vista, pois ela aglomerou um número de pessoas, que posteriormente se concentrou na localidade.

O povoamento no vale do rio Branco foi disperso e formado por diversos grupos, incorporando-se em aldeamentos indígenas. A construção do forte para a

¹⁸ Segundo Farage (1991), o avanço português sobre o rio Branco no século XVIII aconteceu porque a região forneceria mão-de-obra escrava indígena ao mercado interno da colônia e pela sua posição estratégica, no qual protegeria a Amazônia, de uma possível expansão espanhola ou holandesa.

proteção de áreas foi fundamental para o domínio português contra os estrangeiros, mas insatisfatório em relação à formação de um núcleo populacional amplo.

Além da criação de um forte, os portugueses construíram diversos aldeamentos indígenas (Figura 3), em vários pontos da bacia do rio Branco, para a ocupação efetiva desse rio. Esses locais eram dirigidos por “soldados destacados da guarnição militar, subordinados ao comandante do Forte São Joaquim” (FARAGE, 1986, p. 266). A informação sobre a administração destes lugares, apresentada por Farage, é significativa, pois buscou corrigir um equívoco historiográfico que atribuía aos missionários Carmelitas, a liderança dos aldeamentos. Segundo essa autora existiam apenas dois missionários nessas localidades, mas esses não os comandavam.

Essas revoltas davam-se em função dos danos que os portugueses estavam causando as condições de vida dos indígenas, e as tentativas de interferência nas práticas culturais ali realizadas.

Autores como Farage (1986) acreditam que os movimentos de revoltas dos indígenas contra os aldeamentos tiveram início em abril de 1780, no aldeamento de São Felipe, quando o Frei José de Santo Antonio pressionou o índio Roque a separar-se da companheira com quem vivia, já que era casado em outro povoado, no rio Negro. Essa coação, acumulada com as péssimas condições de vida que tinham, impulsionou a fuga dos índios desses locais.

Nesse contexto, Farage e Santilli (1992) alertaram que no mesmo período os povos indígenas, em sua vasta concentração regional, foram afetados pelas diversas migrações forçadas (fugindo dos aldeamentos) e um declínio demográfico da população (provocados em alguns casos por epidemias).

No entanto, após o fracasso da tentativa de ocupação da região com os aldeamentos; no final do século XVIII o governo português implantou três fazendas de gado na localidade: São Bento (1789), São José (1799) e São Marcos (1794). A criação dessas buscava criar uma atividade comercial para atrair não-índios, fixando assim núcleos populacionais, com a estratégia de ter o domínio da região. Essas fazendas foram fundadas por comandantes do Forte São Joaquim.

Com a criação do Forte São Joaquim e das fazendas de gado fixou-se na região um pequeno grupo de origem europeia. A partir dessa fixação os militares mais antigos traziam suas famílias, e os mais jovens que vinham para região foram se casando com as índias, formando novas famílias. Posteriormente, essas famílias traziam parentes e amigos, compondo um fluxo migratório que fez surgir um novo tipo de formação social. “Nessa reformulação, expandiram-se os laços de parentescos que se aglomeravam ao redor da casa principal da fazenda. Nessa perspectiva, a sede da fazenda se transformou em vila” (OLIVEIRA, 2003, p. 106).

As fazendas de gado foram uma forma que os portugueses encontraram para colonizar a região, e assim ter mais posse e controle sobre ela. A mão de obra usada nessas fazendas era dos indígenas, desse modo, é importante destacar que nesse período a economia na região da Amazônia, de modo geral, não contou com um número expressivo de escravos negros durante os séculos XVIII e XIX. No entanto, a estratégia de uso da mão-de-obra indígena não foi como era esperado pelos portugueses, pois os índios não aceitavam a autoridade imposta.

Em 1830 Inácio Lopes Magalhães, comandante do Forte São Joaquim, funda a Fazenda Boa Vista, produtora de gado (Foto 3). A vila de Boa Vista, nesse período, cresce entorno desse local, formando o primeiro núcleo urbano da cidade, região que atualmente é conhecida como berço histórico de Boa Vista. Nas narrativas dos trabalhadores e moradores, o nome da cidade está ligado a fazenda Boa Vista, cujo fundador deu o nome exatamente pela boa vista que se tinha da fazenda para o rio Branco.

Foto 3 – Fazenda Boa Vista/1906.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima.

Os prédios apresentados na foto 3 ainda se mantêm de pé, mesmo que modificados. No primeiro plano está a casa sede da fazenda Boa Vista, que atualmente funciona como um restaurante (Meu Cantinho, foto 4), e no segundo plano observa-se a Igreja Nossa Senhora do Carmo (Foto 4).

Foto 4: Prédio da antiga Fazenda Boa Vista e Igreja Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 10/01/2019.

Refletindo sobre a ocupação da Fazenda Boa Vista nesse local, Veras (2009), baseado em Antônio Teixeira Guerra (1957), crê que o desígnio do sítio urbano ter sido escolhido nesse ponto, deve-se a região ser mais baixa na proximidade do rio, o que auxiliou na construção dos primeiros edifícios.

Desse modo, é importante destacar que as fazendas, que inicialmente eram reais e depois se tornaram nacionais¹⁹, foram um impulso para a formação futura da cidade de Boa Vista, mas no período não conseguiu um grande aglomerado de pessoas.

A extração da borracha, iniciada aproximadamente em fins do século XIX, foi uma atividade econômica que também possibilitou a formação de novas povoações no estado, “a partir dos agrupamentos dos seringueiros” (SILVA, 2007, p. 45). No entanto, essa expansão demográfica, oriunda da nova atividade econômica, fomentou a expulsão da população indígena de suas áreas.

Em 1858 a região, antigo povoado do Carmo, torna-se Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, a partir da lei de terras do Império. A freguesia foi criada pela província do Amazonas para proteger e ter mais domínio da região. Nesse período

¹⁹ Também é importante destacar que boa parte das áreas dessas fazendas recobria territórios indígenas (FARAGE; SANTILLI, 1992).

também é edificada a Igreja Nossa Senhora do Carmo (Foto 4), o que não alterou a organização social e política da época, como destacou Oliveira:

Atendendo as mudanças administrativas do Brasil Imperial, uma lei da Província do Amazonas, em 1858, ampliou a divisão de governo do Rio Branco elevando o aglomerado populacional ao redor da Fazenda Boa Vista para Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, edificando uma paróquia. Mas a presença da Igreja, na condução da vida social e religiosa no Rio Branco, exerceu pouca influência na modificação dessa estrutura social e política do século XIX (OLIVEIRA, 2003, p. 113).

Por volta de 1877 a região começa a receber um fluxo migratório de nordestinos por conta das fazendas, segundo Lúcio Keury Almeida Galdino. “A região das fazendas passa a prosperar e paralelamente passa a ser “alvo” de fluxos migratórios, onde destacam os migrantes provenientes, principalmente do Nordeste Brasileiro (oriundos do Estado do Ceará)” (GALDINO, 2017, p. 40).

A partir da proclamação da república, em 1889, temos uma nova conjuntura política e as províncias passam a ser chamadas de Estados, assim a província do Amazonas, na qual Boa Vista pertencia, passa a ser chamar Estado do Amazonas. Um ano após esse novo cenário, no dia 9 de julho de 1890, o então governador do Amazonas publica o Decreto Estadual n. 49, no qual cria o município de Boa Vista do Rio Branco, o elevando a condição de Vila (VERAS, 2009).

No século XIX a região era constituída por pecuaristas, ordens religiosas e indígenas, segundo Veras (2009). Ou seja, esses eram os principais grupos no espaço da Vila de Boa Vista do Rio Branco. Sobre sua ocupação geográfica o autor ressalta:

A Vila era pequena e com uma reduzida densidade demográfica, revelava, desde então, clara tendência de não ocupação da margem esquerda do rio Branco, diferentemente da margem direita, que foi habitada inicialmente nas áreas não alagáveis. A Vila expandia-se tendo em vista os terrenos de cotas mais altas. Porém, sem nenhum procedimento técnico e de forma desordenada (VERAS, 2009, p. 37).

Em concordância com Moraes e Gomes Filho (2009, p. 142), a constituição do perímetro geográfico de Roraima, “é resultado das incursões dos exploradores portugueses para proteção da fronteira contra invasões estrangeiras e da

determinação do Estado em manter sua ocupação frente aos interesses das nações vizinhas”.

2.3 O desenvolvimento do núcleo urbano: de 1900 a 1989

Vilarejo até 1926, pequenina e triste, possuía na ocasião regular número de habitantes. Muito espalhada, com poucas casas de alvenaria e inúmeras de taipa, cobertas de palha de buriti ou inajá. Sem árvores, sem praças, e sem flores. Prédios velhos e feios. Quintais abertos e abandonados, sem uma horta ou jardimzinho. Só um bangalô, á distância, embelezando a paisagem. Nenhum grupo escolar, sendo raras suas escolas regidas por professores primários. Sem cais, e as margens do rio terríveis para a atracação das embarcações. “Ruas estreitas e barrentas e, no centro da cidade, um coreto coberto de palha”. Nenhuma indústria. “Comércio regular e população igual à população das cidades interioranas: curiosa, maledicente, hospitaleira, alegre e amiga de festas e piqueniques”.

MACAGGI, 1976.

Nos primeiros anos do século XX não houve mudanças significativas na região, seja no aspecto econômico, político ou da sua estrutura urbana. O isolamento da região com a capital brasileira da época, Rio de Janeiro, entre outros fatores, favoreceu essa situação.

A pequena elite local, cuja maioria era descendente dos “pioneiros brancos”, não fazia oposição ao poder federal, pois era fiel e passiva aos seus objetivos pessoais, como sempre acontecera antes dos períodos sucessórios. Isolada, tanto geograficamente quanto do jogo das forças de poder na capital, Rio de Janeiro, essa elite atrelava-se ao mercado internacional, comercializando com os ingleses (habitantes da Guiana) e com os espanhóis (habitantes da Venezuela) (OLIVEIRA, 2003, p. 118).

Devido a sua localização geográfica e os poucos acessos de ligação de Roraima às outras regiões do Brasil, essa localidade, por muito tempo se manteve com um número reduzido de habitantes. Um dos meios de transporte mais importantes e utilizados em Roraima, por exemplo, eram as embarcações. Esse

meio de locomoção tinha como ponto de referência o porto da Cidade, o qual foi batizado inicialmente de Porto de Intendência e posteriormente de Porto de Cimento. Sobre essa forma de deslocamento, Oliveira (2003) destacou que:

No trecho entre Manaus e Boa Vista eram utilizadas as balsas e pequenas embarcações por causa das cachoeiras e corredeiras que dificultavam a navegação. Esse traçado acidentado da rede hídrica roraimense não permite navegação de embarcações de grande porte e, em consequência (sic.), o único porto fluvial existente na região está localizado em Caracarái e está em más condições. Durante o período das cheias, pequenas embarcações chegam até Boa Vista, no “Porto de Cimento” (OLIVEIRA, 2003, p. 172).

Esse universo apresentado pelos viajantes e pesquisadores, sobre a estrutura e povoação da cidade de Boa Vista no início do século XX, pode ser observada na imagem a seguir:

Foto 5 – Porto da cidade e Intendência/1906.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima. Foto: OURIQUE, Ernesto Jacques. 1906.

Na imagem exposta pode-se observar do lado direito o antigo prédio da intendência²⁰; nesse local hoje existe a Orla Taumanan. Ao fundo estão as casas que continuam na localidade. Próximos as casas vemos o antigo Porto de Cimento. Um porto simples, mas com uma enorme simbologia para os antigos moradores. Esse espaço era utilizado para o desembarque de embarcações de diferentes lugares, local onde se tinha as informações de outras cidades e para a troca e comercialização de produtos. Seu nome foi dado devido a Clóvis Nova da Costa, então deputado federal pelo Território do Rio Branco, mandar colocar cimento e calçamento no local em fins da década de 1950.

Nessa nova formação do espaço urbano, os “caboclos [...] sob coerção social do Estado e brancos (privilegiados pelo Estado) foram recriando os espaços e a teia social nacional, formando a paisagem urbana e social roraimense” (OLIVEIRA, 2003, p. 120).

As diversas narrativas dos visitantes e exploradores que passaram pela região também nos ajudam a ter uma noção de como era o núcleo urbano que formou Boa Vista. Theodor Koch-Grünberg, por exemplo, um viajante etnólogo, que através de sua viagem de pesquisa pela América do Sul, entre 1911 a 1913, por mando do Instituto Baessler Berlim, mostrou de forma sintética como era a formação urbana e a tensão política da região em 1911, momento em que passou por Boa Vista:

Logo estamos ancorados no porto de Boa Vista, capital do município de Rio Branco, sede das autoridades, uma fileira de casinhas claras e agradáveis na alta e rochosa margem direita. Procuo primeiro pelo chefe Inácio, mas não consigo encontra-lo em parte alguma. Visito algumas famílias com nosso amável comandante. O clima político está muito tenso; percebe-se isso em todas conversas (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 39).

Theodor Koch-Grünberg, em sua narrativa, também evidenciou a carência de uma estrutura na cidade, como a ausência de uma boa iluminação e os matos que encobrem as ruas de Boa Vista.

Um menininho índio vem me buscar com uma lanterna. Coisa, aliás, necessária, pois a iluminação das ruas em Boa Vista é nula. Os

²⁰ No capítulo “Memórias e espaço: a dinâmica do patrimônio em Boa Vista”, serão apresentados dados mais profícuos a respeito da história desse prédio.

caminhos estão cobertos de mato alto, e a rua principal também é área de lazer dos animais, de bois e, especialmente, de porcos, que descansam em buracos fundos na lama e grunhem indignados quando a luz da lanterna os atinge (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 40).

Essa vila também foi retratada, em 1917, por Luciano Pereira, jurista do Amazonas. A sua descrição, feita na ocasião em que visitou o povoado, dá destaque as amplas ruas da cidade e a configuração das casas.

Boa Vista, de longe, parece ser muito maior do que realmente é. Situada à margem direita do Rio Branco, em uma posição dominante, apresentando casas bem construídas de pedra e cal, cobertas de telhas e geralmente pintadas a cores, impressionando o viajante de modo bem favorável [...]. As ruas da vila são largas como boulevards e não obstante a falta de calçamento, são limpas e secas, mesmo na estação invernososa (PEREIRA, 1917, p. 18).

O jurista também mencionou em seu relato, que a população que formava aquele povoado era de aproximadamente 500 pessoas, perfazendo um total de 49 casas. Sobre a infraestrutura este mencionou que não existia água encanada e iluminação pública. Pereira (1917, p. 21), ainda destacou que “a tradicional hospitalidade brasileira é religiosamente cultivada no Rio Branco e tida como um dever. O hóspede é a pessoa sagrada para a qual está sempre reservado o melhor quarto da casa e o lugar de honra na mesa”.

Com a crise da borracha, em 1920, procurou-se uma reconstituição geral na disposição das forças produtivas e das relações de produção, pois a região foi muito afetada economicamente nessa época, sendo excluída desse setor no cenário nacional (VIEIRA, 2003). Após esse período o garimpo passa ser estimulado na região. Assim, com a promessa de ouro, diversas pessoas vieram para a localidade. No entanto, essa atividade econômica impulsionou uma maior explosão demográfica entre as décadas de 1960 a 1980, com a vinda de migrantes de diferentes regiões do Brasil.

Mas, é com a crise da borracha que se inicia em 1920 na Amazônia, que a pecuária no rio Branco perde importância e o garimpo se torna à atividade impulsionadora da economia local. Alguns grupos, que se ocupavam da coleta da borracha, passaram a se dedicarem à atividade garimpeira, atraídos pela possibilidade de mineração de ouro e de diamante, na região montanhosa da fronteira entre o Brasil e a Guiana (SILVA, 2007, p. 110).

Em 1924, a cidade de Boa Vista era composta por 164 casas e população estimada de 1200 pessoas. A paisagem urbana era formada por raros edifícios de tijolos e algumas casas de reboco e pau-a-pique, como descreveu Alexander Hamilton Rice, um cientista norte-americano que esteve na região durante os anos de 1924 a 1925, para realizar um estudo cartográfico, geológico, sanitário, antropológico e etnológico:

Boa Vista é o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamado “vila”. Esse aglomerado compreende 164 casas que abrigam uma população de 1.200 almas. Alguns desses edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia o armazém; a maioria, porém, é de reboco e pau-a-pique²¹. A população se compõe de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás em número muito reduzido (RICE, 1978, p. 25).

Na sequência vemos a primeira imagem aérea (1925) da cidade de Boa Vista. A parte da margem do rio Branco, que tem um grande um espaço sem vegetação, é o local no qual chegaram diferentes frentes de reocupação da região, Porto de Cimento.

²¹ Pau a pique é um método construtivo que envolve o entrelaçamento de madeiras fixadas no chão, com vigas horizontais, enlaçadas por cipós. Para que as paredes fiquem firmes e resistentes, o acabamento dos vãos é coberto com barro misturado com água.

Foto 6 – Primeira foto aérea de Boa Vista do rio Branco/1925.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima. Foto: RICE, Alexander Hamilton.1925.

Em 27 de agosto de 1926, embora sobre a jurisdição do Amazonas, a vila passou a ser cidade de Boa Vista (VERAS, 2009). No entanto, a mesma paisagem evidenciada por Rice em 1924-25 não teve grandes alterações até 1944, segundo Veras (2009). Ela permaneceu com poucas casas e uma limitada condição estrutural, possuindo três ruas paralelas ao rio Branco.

Na década de 1940 a paisagem começa a mudar, impulsionada pela autonomia política que o estado passa a ter. Esse cenário governamental foi consequência de um discurso da necessidade de Segurança Nacional, através de uma integração da ocupação dos espaços “vazios”. Com base nessas justificativas, em 1943 os territórios são instituídos através da Lei n.º 5.812. Nesse contexto, foi criado “o Território do Rio Branco, com a superfície de 230 660 km² (2,7% do território nacional) [...], abrangendo áreas dos municípios amazonenses de Boa Vista, Moura e Barcelos” (CAPES²², 1959, p. 61).

²² A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foi criada em 1951, com o nome de “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”. Esta primeira denominação permaneceu até o ano de 1981, período no qual assumiu a missão de coordenar a avaliação da pós-graduação no Brasil. Desse modo, essas informações levantadas por

Desse modo, com a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, Boa Vista se desvincula do Amazonas e começa a receber mais investimentos em sua infraestrutura. A ideia era dotar o único núcleo urbano – no caso, Boa Vista – de infra-estrutura (sic.). Dessa maneira as funções urbanas criadas no Vale do rio Branco iriam se estabelecendo nesta cidade (VERAS, 2009, p. 83).

A partir da criação do território foi que Boa Vista passou a ter mais investimentos na sua área urbana, pois o local fazia parte de uma região alvo de uma política governamental de desenvolvimento que incluía os territórios federais recém-criados, como podemos ver na discussão de Veras (2009):

Após a criação do Território Federal do Rio Branco, o Governo Federal, passou a definir políticas de desenvolvimento urbano voltadas para o controle político, econômico e estratégico da fronteira setentrional. Como exemplo, destaca-se a elaboração do Plano Urbanístico da cidade no período de 1944 a 1950 pela firma carioca Riobras do Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson. A proposta era que a cidade tivesse um traçado de integração urbana, isto é, radial concêntrico, em que, na praça circular, reuniam-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partiam as radiais, extremamente largas, para o norte, sul e Oeste [...]. O referido traçado foi idéia do então Governador do Território Capitão Éne Garcez dos Reis, que se inspirou no traçado urbano de Belo Horizonte (VERAS, 2009, p. 95).

Olavo Viana Braga (2002), também retratou o crescimento da malha urbana da cidade de Boa Vista após a criação do Território em 1943, apontando igualmente o plano de urbanização que esta localidade recebeu:

Depois da criação do Território, Boa Vista cresceu, espalhou-se de todos os lados. Nos arrabaldes brotavam barracos construídos a título de emergência, desordenadamente, sem resquício de alinhamento. Um plano de urbanização foi traçado, novas ruas foram abertas e margearam-se de dezenas de casinhas típicas de alvenaria, algumas geminadas, outras isoladas, iguais umas as outras, como saídas do mesmo molde; se destinavam para residência dos funcionários do Governo (BRAGA, 2002, p. 19).

Existiam em média 8 habitantes por 100 km², no território durante a década de 1950. O único núcleo urbano existente na época era Boa Vista e a maioria da população do território, 95%, concentrava-se em Boa Vista (CAPES, 1959).

esta fundação fazem parte de uma série intitulada “Levantamentos e análises”, que buscou na época informações sobre os Territórios Federais, e estão disponíveis na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Segundo dados do censo realizado pela CAPES na década de 1950, houve aumento da população apenas na capital e uma estagnação na área rural devido à crise na pecuária:

É interessante assinalar que o aumento de população notado no decênio intercensitário foi devido, praticamente, ao crescimento da população da Capital. Nos campos, o número de habitantes manteve-se quase estável em razão da crise prolongada que a pecuária vem experimentando (CAPES, 1959, p. 65).

A partir da década de 1960, os ciclos migratórios começaram a avançar na cidade em função das promessas de riquezas do garimpo, como já foi destacado nesse texto. O número da população residente na cidade é de 10.002 (VERAS 2009), ainda é baixo, mas já é expressivo se comparado com a década anterior (5.132 pessoas). Desse modo, vários garimpeiros se fixaram em Boa Vista:

A questão é que grande parte dos garimpeiros se estabeleceu principalmente na cidade de Boa Vista, antes e depois de irem para os garimpos ou tinham como residência oficial essa cidade. Acrescido a isso, em virtude das difíceis condições de permanência dos colonos assentados no campo, esses se transferiam para os centros urbanos, contribuindo em conjunto com os garimpeiros para esse aumento (SILVA, 2007, p. 156).

Neste período, marcado pela ditadura civil e militar, houve todo um discurso por parte do governo de Hélio da Costa Campos que, apontava para a exploração dos minerais, como o novo símbolo do desenvolvimento local. Assim, no final da década de 1960 o governo colocou em um ponto central da cidade, na Praça do Centro Cívico²³, uma estátua de um garimpeiro para simbolizar o símbolo do progresso²⁴.

No ano de 1962, devido as confusões que o nome do Território do Rio Branco gerou por ser igual à da capital do Acre, o local tem o nome alterado para Território de Roraima:

²³ A praça está localizada em uma região central da cidade, e no espaço circundante se encontra diversas esferas do poder público, como o Fórum, Assembleia Legislativa, Palácio do Governo, entre outros.

²⁴ Para maiores esclarecimentos sobre a motivação da construção dessa estátua e de todo contexto político da época, c.f. MARTINS, 2010.

A denominação Roraima para esse espaço surgiu em 1962, substituindo a antiga denominação Território Federal do Rio Branco, em razão da coincidência toponímica com a capital do Território Federal do Acre. A importância e imponência do Monte Roraima, localizado na trijunção do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, portanto, um nome comum em espanhol, inglês e português, a única fronteira trilingue da América do Sul, motivou a escolha desse designativo (SILVA, 2007, p. 55).

O estado, até a década de 1970, não possuía uma estrada que o ligasse ao Amazonas, assim, outro fator que estimulou o crescimento populacional, em fins da década de 1970, foi a construção entre os anos de 1968 a 1977, da BR 174 que liga Manaus/AM a Caracarái/RR. A partir dessa estrada intensificou-se a entrada de migrantes na região por permitir outro acesso a localidade.

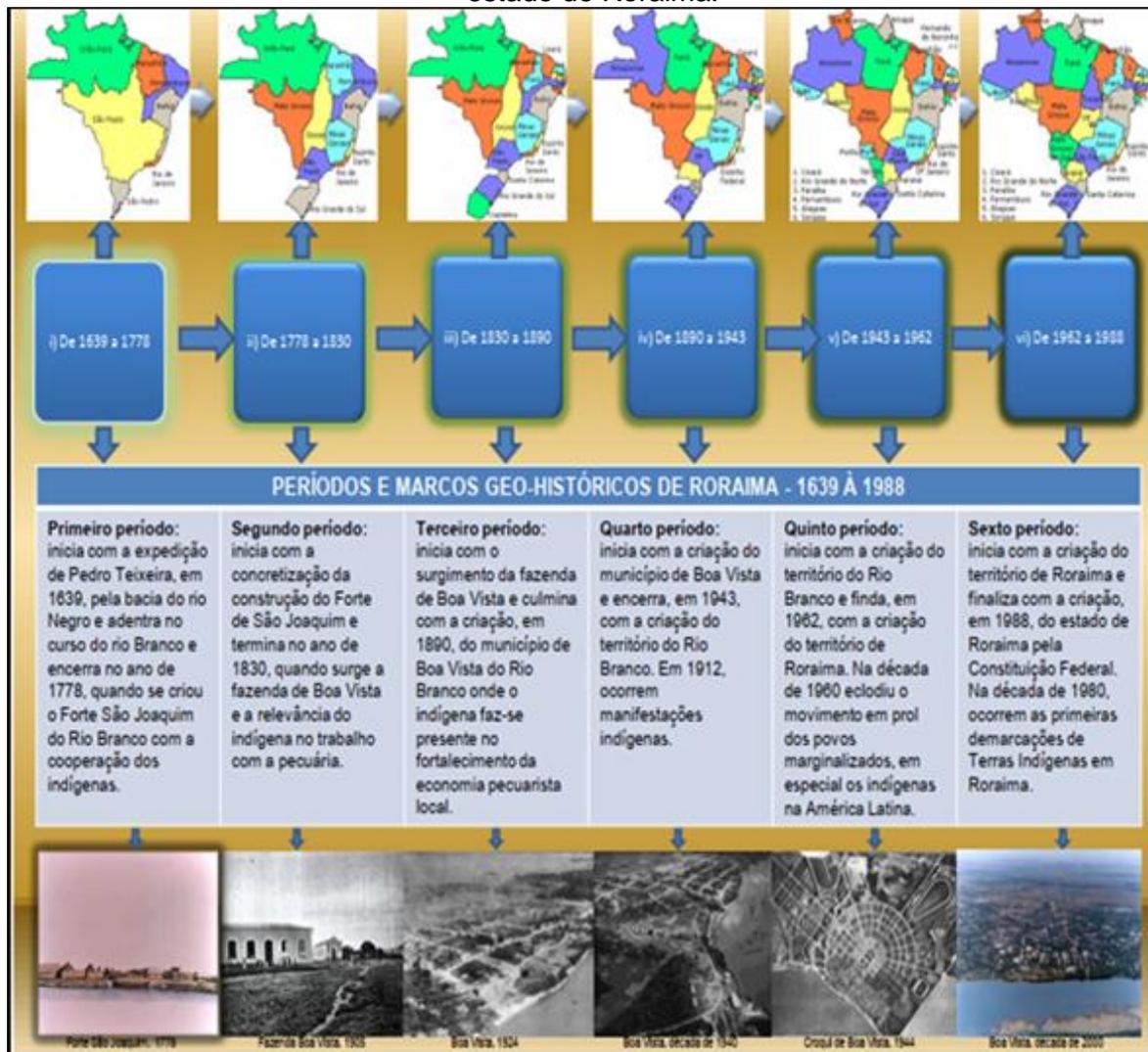
Vemos, desse modo, que nas décadas de 1960 e 1970 a região vivenciou um período de fortes ondas migratórias, atraídas por renovações na infraestrutura da localidade, garimpo, incentivo de atividades na agricultura e para o povoamento, construções militares, núcleos de assentamento, entre outros.

Na década seguinte, com a Constituição Federal de 1988, Roraima é elevado à categoria de estado, passando a ser um ente federativo do Brasil. A sua emancipação impulsionou o crescimento dessa região e permitiu a sua participação nas disposições políticas do país.

Atualmente, em concordância com a análise de Lima (2011), percebe-se que, a cidade de Boa Vista é formada por três lugares citadinos distintos. O primeiro, no qual envolve o espaço onde surgiu o primeiro núcleo urbano do estado, a partir da primeira fazenda de gado particular (Fazenda Boa Vista). O segundo, é entre as avenidas Terêncio Lima e Major Wilians e o Rio Branco, formado pela área do projeto urbanístico que construiu um traçado urbano de radial concêntrico (elaborado no período de 1944 a 1950). O terceiro compreende o espaço que surge, após o projeto urbanístico de meados de 1940 (LIMA, 2011).

Para complementar as discussões apresentadas até o momento, que enfatizam a formação do estado de Roraima, que por sua vez derivaram a gênese do espaço urbano de Boa Vista, apresento a seguir, o mapa produzido por Galdino (2017), que aponta alguns dos marcos da História e Geografia de Roraima.

Figura 4 – Mapa dos períodos Geo-históricos que marcaram os caminhos da formação do estado de Roraima.



Fonte: GALDINO, Lúcio Keury Almeida. Roraima: da colonização ao estado. (Tomo I). Boa Vista: Editora da UERR, 2017.

Nesse mapa Lúcio delimitou seis períodos que simbolizaram os marcos geo-históricos do estado de Roraima, que vão desde a expedição de Pedro Teixeira, em meados do século XVI, pela bacia do rio Negro, na qual este penetrou o rio Branco; se estendendo até a década de 1980 com a criação do estado e a demarcação de terras indígenas. O mapa visualmente é interessante, pois nos mostra as modificações espaciais da região do centro da cidade de Boa Vista.

Assim, para que seja possível compreender as alterações urbanísticas na cidade de Boa Vista é preciso avançar mais na contextualização da década de 1990, período no qual se ampliou os projetos de revitalização da sua área urbana.

2.4 Transformações na paisagem e no espaço em Boa Vista na década de 1990

O crescimento espacial de Boa Vista, bem como de seu núcleo populacional teve um processo de desenvolvimento gradativo. E como acompanhamos até aqui, sua expansão teve maiores impactos a partir da década de 1980. Assim, vemos que ao longo dos anos as paisagens se modificaram, algumas com alterações significativas e outras, buscaram manter a estrutura com pequenas alterações.

Desse modo, para compreender, a partir de agora, as transformações nas paisagens do centro histórico, tendo a década de 1990 como o marco inicial, será abordado uma rede de relações de práticas coletivas que envolvem o uso desse espaço em relação as exigências cotidianas e as modificações desse em função de interesses políticos e econômicos. Nesse viés, é preciso lembrar que na década de 1990, as obras urbanísticas, como nos advertiu Veras (2009), foram voltadas para o centro da cidade e seu entorno, área que na época tinha um significativo valor imobiliário.

Tocar nas transformações da paisagem envolve diferentes redes de relações, que abrangem o contexto político, social, cultural e econômico da cidade onde o local analisado está inserido. Assim, esses aspectos foram significativos para a transformação desse espaço que margeia o rio Branco.

Na década de 1990, por exemplo, o estado de Roraima, recém-criado, passava por políticas voltadas para atrair migrantes, com a oferta de terras públicas e benefícios sociais. Esse fator foi significativo, pois ampliou o número de habitantes na cidade de Boa Vista, e conseqüentemente interferiu nas modificações da paisagem e no crescimento desordenado da cidade, uma vez que, o lugar não tinha estrutura suficiente e adequada para acolher uma maior demanda de moradores.

Outro fator que motivou o aumento populacional nesse período na cidade de Boa Vista foi o fechamento de garimpos em terras indígenas, como destacou Ana Lia Farias Vale:

Em 1991, os garimpos em áreas indígenas foram fechados por intervenção federal, e com eles, a expectativa do estado de uma base econômica assentada na atividade garimpeira, uma vez que todo o comércio local havia se voltado a atendê-los. Assim, uma

parcela da população pode ter voltado para sua área de origem ou para mais um fluxo em busca de riqueza na Amazônia, mas grande parte dessa população, completamente descapitalizado e sem condições de voltar a terra natal, permaneceu em Roraima [...] (VALE, 2007, p. 101).

Nesse momento, mais especificamente, entre os anos de 1993 a 1996, a prefeitura de Boa Vista, realizou na cidade vinte e oito (28) obras de reforma e construiu dezoito (18) novos prédios e/ou ampliações, segundo Veras (2009). Essas envolveram a construção de complexos de lazer, monumento aos pioneiros e “restauração” de prédios históricos, na região do centro histórico ou muito próximo de suas imediações. Ou seja, áreas de maior valor comercial receberam investimentos enquanto outras localidades da cidade ficaram abandonadas.

Ainda que o problema desse estudo foque em uma área do centro histórico de Boa Vista, não podemos deixar de evidenciar que os espaços dessa cidade foram tratados de formas distintas. Nesse sentido, observamos que outras áreas urbanas, que não fazem parte de uma área elegida no processo de patrimonialização como “histórica”, foi relegada a segundo plano, seja nos processos de conservação ou intervenções urbanísticas.

As intervenções urbanísticas realizadas nesse período além de terem sido seletivas, elas secundarizaram a importância de diversos grupos de pessoas para a constituição da cidade de Boa Vista, como é o caso dos povos indígenas. Um exemplo claro dessa questão foi a construção em 1995 do “Monumentos aos pioneiros”, obra essa que secundarizou a presença indígena na região, como já destaquei em um artigo em 2015 intitulado “Construções discursivas e visuais em torno da identidade roraimense”. Nesse texto destaquei que a representação deles na produção artística está mais limitada à pintura e ao artesanato. Desse modo, um monumento que evidencia a pouca importância dada aos indígenas é o “Monumento aos Pioneiros” (Foto 7), obra de concreto produzida na década de 1990 por Luiz Canará.

Foto 7 – Monumento aos Pioneiros/2014.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 15/07/2014.

Essa arte representa a relação de superioridade da elite local em relação aos povos que aqui viviam. Sobre os elementos visuais desse monumento observa-se:

Do lado esquerdo [da obra temos os] seguintes elementos: a chegada de algumas famílias, uma canoa carregando uma família, algumas pessoas transportando seus pertences. No plano de fundo, o artista esculpiu elementos dos campos roraimenses e o Buriti, para representar a chegada dos colonizadores na região. O homem montado a cavalo sugere o predomínio do colonizador sobre o povo indígena, um símbolo que indica essa interpretação é a pata do cavalo sobre o ombro do Makunaima (personagem [da mitologia indígena] esculpido em alto relevo). Atrás do Makunaima, o artista esculpiu um grupo de indígenas. Se observarmos bem a cena, notamos que o espaço destinado ao colonizador na obra é muito maior que o do indígena, elemento simbólico que sugere a dominação do colonizador na região (FAVRETO, 2015, 92, grifo da autora em 2019).

Em 1996, uma nova intervenção urbanística foi realizada nessa região, a edificação do mirante Adolpho Brasil (Foto 9). Para a edificação dessa obra foi demolido o primeiro mercado municipal (Foto 8). Esse mercado foi construído por

Jaime Brasil, antigo prefeito de Boa Vista, e com base nos relatos de antigos moradores²⁵, foi demolido repentinamente.

Em meio as diversas alterações paisagísticas realizadas na cidade de Boa Vista, observou-se ações ligadas a promoção da identidade, a instituição de diversos tombamentos na década de 1990 (Quadro 1 e 2), mediante leis e decretos municipais;²⁶ e a construção de monumentos, como o apresentado na foto 7. O curioso é que a maioria desses bens são de famílias que tem uma grande influência econômica e política na cidade. Para termos uma ideia da expressividade desses bens, no decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993, foram tombados 21 prédios.

Desse modo, podemos observar, de forma particular, uma cultura no processo de patrimonialização na cidade de Boa Vista, que priorizou espaços distintos da cidade, localizados na região considerada “Centro Histórico” e próxima a ela. O fato é que “se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo” (ARGAN, 1989, p. 79).

Todo esse processo de patrimonialização não considerou “o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural de distintos grupos, [o que] constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade” (PELEGRINI, 2007, 89, grifo da autora).

Quadro 1 – Bens tombados no ano de 1990.

Bem tombado	Localização	Número do Decreto ou Lei
Escola Estadual Euclides da Cunha	Confluência das Ruas Inácio Magalhães e Bento Brasil.	Lei n.º 229, de 10 de setembro de 1990.
Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo	Rua Floriano Peixoto, s/nº – Centro	Lei n.º 230, de 10 de setembro de 1990
Prelazia	Rua Bento Brasil, s/n – Centro	Lei n.º 231, de 10 de setembro de 1990.
Escola São José	Rua Floriano Peixoto, nº 251 – Centro	Lei n.º 232, de 10 de setembro de 1990.

Fonte: Leis n.º 229, 230, 231 e 232/1990– Diário Oficial do Município de Boa Vista, 10 de setembro de 1990.

²⁵ Essa informação surgiu em conversas informais com antigos moradores, e na entrevista realizada com Luiza Carmem Brasil (12/01/2019).

²⁶ Lei n.º 229, de 10 de setembro de 1990; Lei n.º 230, de 10 de setembro de 1990; Lei n.º 231, de 10 de setembro de 1990; Lei n.º 232, de 10 de setembro de 1990; Decreto n.º 2.558, de 3 de setembro de 1993; Decreto n.º 2.614, de 15 de outubro de 1993.

Quadro 2 – Bens tombados pelo decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993.

Bem tombado	Localização
Prédio residencial e comercial de propriedade de Jorge Fraxe	Avenida Jaime Brasil, nº 142 – Centro
Casa das 12 Portas/Prédio comercial da família Fraxe	Avenida Jaime Brasil, nº 115 – Centro
Prédio residencial da família Fraxe	Avenida Jaime Brasil, nº 89 – Centro
Antiga Bandeirante/Prédio comercial da família Salomão	Avenida Jaime Brasil, nº 71 – Centro
Fábrica de Gelo/Prédio comercial “Gelo Taumanan”	Travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe
Incra/Prédio ocupado pela Junta Médica	Travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe
Secretaria Municipal da Educação/Prédio ocupado pelo Centro Multicultural	Travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe
Centro de Artesanato	Travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe
Muro do Mercado	Rua Floriano Peixoto. No trecho da Avenida Jaime Brasil até o Porto de Cimento
Meu Cantinho. Prédio comercial	Rua José Coelho, nº 22 – Centro
Prédio residencial da família Salomão	Rua Floriano Peixoto, nº 34 – Centro
Prédio residencial da família Tavares	Rua Barreto Leite, nº 101 – Centro
Prédio comercial	Rua Barreto Leite, nº 11 – Centro
Prédio residencial da família Lima	Rua Barreto Leite, nº 95 – Centro
Prédio residencial da família Brasil	Rua Barreto Leite, nº 29 – Centro
Prédio residencial da família Gomes	Rua Barreto Leite, nº 19 – Centro
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Rua Floriano Peixoto, s/nº – Centro
Igreja de São Francisco das Chagas	Avenida Capitão Júlio Bezerra com avenida Major Williams – São Francisco
Bar do Neir/Prédio comercial	Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 697 – São Francisco
Prédio comercial da família Salomão	Rua Bento Brasil, nº 72 – Centro
Hotel Euzébio's	Rua Cecília Brasil, nº 1517 – Centro

Fonte: Decreto n.º 2614/1993 – Diário Oficial do Município de Boa Vista, 15 de outubro de 1993.

No ano de 1993 o imóvel da Associação Comercial de Roraima, localizado na Avenida Jaime Brasil, nº 221 – Centro, também foi tombado pela prefeitura Municipal, mediante o Decreto n.º 2558, de 03 de setembro de 1993.

Mesmo que estivessem em busca de promover a proteção de bens patrimoniais, ligados, de alguma forma, com aspectos e símbolos de identidade, houve um tratamento de bens patrimonializados que curiosamente vai de encontro a promoção de identidade.

É fato que a identidade é construída em diferentes momentos históricos. Com base em Michael Pollak (1992), pode-se entender esse novo ciclo de construção

identitária, como um fenômeno que surgiu em referência aos outros e em consonância com os critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Ainda embasada nesse autor vale dizer que, memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Nesse período, além da busca por uma construção identitária, também se observou uma tentativa de incrementar o turismo na cidade. Para alcançar esse objetivo, o espaço que compreende o centro histórico sofreu inúmeras modificações, como a demolição e a “restauração”²⁷ de alguns prédios históricos, como veremos no próximo capítulo.

2.5 Depois dos tombamentos

Nos anos posteriores a 2000, as esferas públicas implementaram ações de revitalização na região central da cidade. Um dos principais e polêmicos projetos foi a construção da Orla Taumanan²⁸. Segundo, Veras (2009), os valores na região triplicaram de valor após essa edificação.

Outro agravante é que essa ação da prefeitura de produzir espaços de entretenimento não atendeu a uma totalidade sócioespacial da cidade, uma vez que só veio a beneficiar uma parcela da população de maior poder aquisitivo, bem como a parcela mínima de empresários influentes, que foram contemplados com os pontos comerciais localizados na orla. Segregando, dessa forma, o uso e ocupação desse patrimônio “público” pela maioria da população da cidade que é da classe média baixa (VERAS, 2009, p. 180).

Nesse período, edificações que haviam sido tombadas na década de 1990, porque remetiam aos considerados “pioneiros” e aos seus descendentes, que davam uma “profundidade” histórica para memória da cidade, foram demolidos, sem que fosse decretado o cancelamento de seu tombamento. Um desses casos foi a

²⁷ Destacou-se a palavra restauração, pois a partir da década de 1990 viu-se um discurso propagado nos meios de comunicação jornalísticos, no qual o governo municipal estava desenvolvendo projetos que almejavam a restauração de bens do Centro Histórico. No entanto, pela análise que fiz nas fotografias mais antigas contextualizando com as atuais, notou-se que as fachadas e estruturas de diversos prédios históricos foram alteradas.

²⁸ A Orla Taumanan é composta por um píer suspenso por duas plataformas, situada na margem direita do rio Branco, e faz parte do complexo do centro histórico. No próximo capítulo, veremos mais detalhes sobre o processo de construção dessa edificação.

destruição do prédio comercial “Bar do Neir”, bem tombado em 1993 pelo decreto municipal n.º 2614. Nesse caso, o prédio foi demolido para a construção de uma cafeteria, sem que fosse efetuado o cancelamento do seu tombamento.

A destruição do antigo Bar do Neir causou uma reação muito significativa de pertença ao lugar. Desde a demolição do local, por volta de 2014, os seus antigos frequentadores passaram a usar a calçada para a realização de uma atividade de lazer que estavam habituados a praticarem no bar, os jogos de baralho. Mesmo com a demolição do prédio, os laços pessoais de pertencimento com o espaço e com a atividade vivenciada naquele local ainda permaneceram.

Percebeu-se através das fontes jornalísticas e nas pesquisas de autores como Veras (2009), que desde o ano de 1993 a cidade de Boa Vista teve mudanças significativas na paisagem urbana que compreende o espaço investigado nessa tese. As alterações dos espaços e as novas apropriações destes têm provocado novas ressignificações dos espaços públicos, relações de poder, tensões e disputas por memória, como veremos mais adiante.

Assim, vemos que as ações de revitalização alteraram a paisagem urbana do centro de Boa Vista, e que elas provocaram apropriações e ressignificações dos usos dos espaços públicos. Outro exemplo, diz respeito a intervenção paisagística realizada na Praça das Águas, local que até 2013, era um lugar pouco frequentado e a partir de sua revitalização, passou a ser um local de muito consumo e sociabilidades.

Em anos seguintes, ocorreu o cancelamento irregular do antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima. O local foi construído em 1924, por um bispo Beneditino, e pertencia à Diocese de Roraima. Através da Lei n.º 718, de 06 de julho de 2009, o hospital foi tombado, mas, em 2015, esse ato foi cancelado pela prefeitura municipal e o prédio, em vésperas do feriado de carnaval, foi demolido²⁹.

No caso do cancelamento irregular do antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima, por conseguinte, sua demolição denotou reações diversas. A mídia noticiou a demolição do monumento e seu repúdio ao irregular ato administrativo de destruição do bem. Um grupo de professores da Universidade Federal de Roraima e funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), também promoveu uma mesa redonda ao ato de irregularidade. Esse debate foi

²⁹ No local onde existia a edificação do Hospital Nossa Senhora de Fátima não foi construído nenhum prédio. Atualmente, o terreno está vazio e cercado por tapumes.

realizado no dia 20 de fevereiro de 2015, e objetivava a participação da comunidade acadêmica e a população da cidade, no entanto, a maioria do público presente era composta por antigos moradores que frequentavam com assiduidade o hospital e a comunidade acadêmica. Nesse momento, vozes locais narravam os danos afetivos que a demolição provocou. Já os relatos dos membros da universidade iam de encontro com o que a mídia noticiava, a demolição de bens de pedra e cal.

Assim, espero ter conseguido, traçar um panorama sobre a formação do primeiro núcleo urbano e as alterações na paisagem urbana da cidade de Boa Vista ao longo do tempo, ocasionadas por diversos fatores econômicos, políticos e culturais, provocados pela mineração, migração, agropecuária, políticas de assentamento, dentre outras. No próximo capítulo tratarei das alterações paisagísticas na região onde hoje está localizada a Orla Taumanan e os conflitos políticos que existiram sobre eles.

3 MEMÓRIAS E ESPAÇO: a dinâmica do patrimônio em Boa Vista

A nostalgia não é a única maneira, a partir de uma certa idade, de apreender a cidade na qual vivemos, ou à qual voltamos depois de uma longa ausência. Os retornos de memória se parecem mais com circunvoluções, graças às quais as visões do tempo presente se misturam com as imagens do passado. (...) a própria cidade impõe ao olhar a visão incerta de suas transformações, opondo-se à vontade de se reencontrar o que já foi.

Henri-Pierre Jeudy, 2005.

Nesse capítulo, busca-se apresentar as mudanças provocadas no espaço da região da Orla Taumanan a partir das memórias dos sujeitos que convivem na região, seja por habitar próximo a ela ou trabalhar nesse circuito. As narrativas simbolizam, representam, estetizam a realidade, assim como organizam e veiculam os saberes que constituem e são constituidores da cultura a que pertencem (HARTMANN, 2011, p.59).

Esta análise, não evidencia apenas o relato sobre as mudanças do espaço físico e as novas relações que ali se estabeleceram no domínio das práticas culturais, mas trata também do significado de tais comportamentos.

Mas o que importa ao olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e registro da diversidade cultural, nesse e em outros domínios das práticas culturais, e sim a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas - de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade - e que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido. O processo de acercamento e descoberta desse significado pode ser trabalhoso, mas o resultado é enriquecedor: permite conhecer e participar de uma experiência nova, compartilhando-a com aqueles que a vivem como se fosse "natural", posto que se trata de sua cultura (MAGNANI, 1996, p. 18).

Assim, para sistematizar essa discussão apresento inicialmente a disposição dos prédios do circuito que envolve o campo dessa pesquisa, seguida de suas funções originais e descrição das suas alterações. Nesses processos, em muitos casos, houve a passagem de sua função pública para a privada.

Para o momento, cabe pontuar que o espaço aqui é entendido perpassando ao aspecto físico, incorporando-o aos sociais. Assim, relatarei experiências, os deslocamentos, mobilidades, e opções cotidianas significativas para além do patrimônio dispostas no espaço físico.

Posteriormente, evidencio as memórias acerca da região estudada no período anterior a construção da Orla Taumanan. A proposta de usar as narrativas para compreender esse espaço urbano, a partir do ponto de vista dos moradores e trabalhadores, está apoiada em Agier (2011), que focou suas análises nas pessoas que fazem, vivem e sentem a cidade.

Na sequência, apresento um panorama sobre o Projeto Raízes e a implicação dele para a questão do patrimônio. Como já mencionado, o objetivo inicial desse era promover mecanismos para a preservação do acervo histórico e ambiental da cidade de Boa Vista.

Os impactos causados pelas ações chamadas de revitalização, colocam em risco outras categorias culturais. Sobre essa insegurança a qual essas práticas estão sujeitas, Sahlins já havia chamado atenção: “Os homens em seus projetos práticos em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos” (1990, p. 9). Um exemplo bem prático dessas ameaças em Boa Vista, foi a construção da Orla Taumanan em cima do antigo porto da cidade, pois ela acabou interferindo na procissão que acontecia naquele local, questão que será tratada no último capítulo.

Após a apresentação do Projeto Raízes, evidencio o debate político que existiu sobre ele, que envolveu os governos municipal e estadual. A análise é importante para a compreensão da dinâmica do patrimônio em Boa Vista.

Em seguida, analiso o processo de construção da Orla Taumanan. Nessa ocasião, é evidenciado sobre todas as fases da edificação dessa estrutura, destacando os embates que ocorreram entre grupos políticos nesses momentos. Além disso, são apresentadas as narrativas dos moradores dessa localidade, sobre essa alteração na paisagem.

Para finalizar esse capítulo reflito sobre o processo de enquadramento da memória (POLLAK, 1992), por parte de famílias mais antigas da cidade de Boa Vista, e a respeito das apropriações do patrimônio da cidade.

Assim, a partir de agora veremos a delimitação do campo de estudo e as questões que o envolvem, para posteriormente apreciar as memórias sobre as

práticas coletivas realizadas no espaço da orla do rio Branco, antes das mudanças paisagísticas realizadas na década de 1990.

3.1 O campo de estudo e suas questões

A área espacial que envolve o objeto de estudo dessa pesquisa está localizada, em parte no chamado “berço histórico” da cidade de Boa Vista. Trata-se de um trecho de uso comercial e residencial, de valor histórico e cultural, tendo em seu perímetro vários monumentos que foram tombados.

Antes de adentrar os espaços do campo de pesquisa é importante destacar que no estado de Roraima até o momento não existem políticas específicas de salvaguarda e de preservação do patrimônio material e imaterial. Existem apenas as leis no âmbito estadual e municipal. Na esfera municipal temos a Lei n.º 1.427, de 15 de junho de 2012, que “Institui o tombamento e registro de bens e organiza a proteção do patrimônio cultural e museológico do município de boa vista e dá outras providências”. Na esfera estadual a Lei n.º 718 de 06/07/2009, que “Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural do Estado de Roraima”.

No estado, de modo geral, existem apenas oficinas ofertadas pelas universidades e a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional em Roraima (IPHAN), que tem como finalidade explicar como funcionam os instrumentos de preservação do patrimônio, como Inventários Participativos.

Assim, o que se percebe é um descompromisso de todos os gestores públicos com essa área, essencialmente pela falta de políticas públicas voltadas à manutenção, ao fomento e à valorização das diferentes formas de expressão cultural no estado e município.

Desse modo, a partir de agora será evidenciado a função original e atual dos prédios históricos do campo de estudo³⁰, os quais grande parte foram tombados pelo decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993 (Quadro 2).

Esses prédios serão apresentados conforme sua disposição no local, iniciando pelas edificações da Rua Floriano Peixoto. O primeiro nesse trecho é o Mirante Adolpho Brasil, seguido do restaurante Sesc Orla, Gelo Taumanan, Junta

³⁰ O mapa da figura 2, localizado na introdução dessa tese, página 19, apresenta o perímetro aqui descrito.

Médica, Centro de Artesanato Adolpho Brasil Filho, Centro Multicultural, Centro de Artesanato e Intendência. Na sequência situa-se o estacionamento que dá acesso à plataforma alta da Orla Taumanan, Riu Restaurante, Anfiteatro da Orla Taumanan, Portal de entrada da Orla Taumanan, Plataforma mais baixa da Orla Taumanan, Píer que liga as duas plataformas da Orla, Plataforma alta da Orla Taumanan. A seguir temos as residências da Rua Barreto Leite, de Hildete Carneiro Gomes, Luiza Carmem Brasil, Haydée Brasil de Magalhães, residência número 109 A e B; e o prédio comercial e residencial (Hiléia Promotora). Na Rua José Coelho temos o prédio comercial número 96, Hospital Lotty Iris, Clínica Neuroscan e Restaurante Meu Cantinho.

Assim, o primeiro imóvel que faz parte deste campo de estudo é o Mirante Adolpho Brasil. Antes desse ambiente, existiu no local o primeiro mercado municipal de Boa Vista, edificado no ano de 1936, pelo prefeito da época Adolpho Brasil. Contudo, na década de 1940, com a construção de outro mercado municipal, este comércio foi fechado. Nos anos posteriores a edificação foi ocupada pela prefeitura e por empresários locais. No ano de 1996, o prédio foi demolido para a construção do Mirante (SECULT/RR. OF. N.º 003/2015/DPC³¹).

Foto 8 – Mercado Municipal de Boa Vista/s.d.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima.

Foto 9 – Mirante Adolpho Brasil/2019.



Fonte: BAHIA, Márcio. Foto: 12/08/2019.

³¹ Esse ofício foi enviado pela Secretaria de Estado da Cultura de Roraima (SECULT/RR) ao Senador do Estado de Roraima Telmário Mota, no ano de 2015. Esse material foi elaborado para requerer ações contra os crimes que estavam sendo praticados ao patrimônio.

O mirante fica localizado entre a Escola Estadual Ayrton Senna da Silva e o restaurante Sesc Orla. Durante o trabalho de campo, observei que não havia circulação de pessoas nesse local.

O próximo prédio, que foi tombado pelo Decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993, é ocupado desde fevereiro de 2016 pelo restaurante Sesc Orla. Esta instituição alugou o imóvel da família Salomão. Sobre a função original dessa edificação, cabe destacar que foi construído para o funcionamento da Gás Norte Ltda, empreendimento que comercializava gasolina. Posteriormente, abrigou um Show Room de móveis da loja Bandeirantes (SECULT/RR. OF. N.º 003/2015/DPC). As alterações mais significativas nesse espaço, foram na parte que fica em frente ao rio Branco, com a ampliação do prédio e inclusão de grandes janelas (Foto 10).

Foto 10 – Área interna do Restaurante Sesc Orla.



Fonte: BAHIA, Márcio. Foto: 03/12/2019.

Foto 11 – Prédio antes da instalação do Sesc Orla.



Fonte: Google Maps. Acesso em: 28 mar. 2019.

Foto 12 – Prédio do Sesc Orla.



Fonte: PAES, Dayana Soares. Foto: 16/12/2019.

O Sesc Orla é um empreendimento do Serviço Social do Comércio (Sesc), uma instituição privada mantida por empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todos os estados brasileiros, oferecendo uma rede de serviços. Durante o campo, observei que este restaurante é muito frequentado, devido ao ambiente agradável e ao preço acessível do self service. A maioria das pessoas que almoça nesse ambiente possuiu um Cartão Sesc³², o qual lhe garante um desconto considerável na refeição.

Seguindo pela Floriano Peixoto se encontra o prédio “Gelo Taumanan”. Este imóvel foi edificado em 1964 por Walter Bastos de Melo. O empreendimento foi construído originalmente para a fabricação de gelo e continua funcionando na atualidade nesse ramo. O imóvel continua original e administrado pela família que o edificou. O local foi tombado pelo Decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993. Durante o campo esse local estava atendendo normalmente.

³² O Cartão Sesc garante descontos nos diversos serviços oferecidos pelo Sesc aos trabalhadores, do comércio de bens, serviços ou turismo e para aposentados nesses ramos. Os dependentes dos titulares do cartão Sesc também podem ser inclusos. Além disso, pessoas que estão matriculadas nos serviços oferecidos por esta instituição também podem fazer este cartão, desde que paguem uma taxa de R\$20,00 no ato de sua matrícula.

Foto 13 – Gelo Taumanan.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 2019.

Na sequência existe o prédio ocupado, desde 2016, pela Junta Médica municipal (Foto 15). Esse imóvel foi construído pela prefeitura municipal para abrigar o Instituto Nacional de Colonização (INCRA)³³. Em 2006, este instituto mudou-se para outro espaço, e logo em seguida, o Restaurante Ykax passou a funcionar nesse local (Foto14).

³³ Em nenhuma fonte foi evidenciada a data de construção desse prédio que abrigou o INCRA até o ano de 2006. Este imóvel foi tombado pelo Decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993 e sofreu diversas reformas que alteraram sua estrutura original (GONÇALVES, 2013).

Foto 14 – Restaurante Ykax.



Fonte: GONÇALVES, Eurinedes Oliveira.
Foto: 2013

Foto 15 – Junta Médica.



Fonte: BAHIA, Márcio. Foto: 03/12/2019.

Em seguida, existe o Centro de Artesanato Adolpho Brasil Filho, composto por 16 quiosques, que foi inaugurado em 2008. Antes da edificação atual, no local existia a Escola Aquilino Mota Duarte,³⁴ de propriedade da prefeitura, mas esta foi totalmente demolida para a construção da estrutura da Orla Taumanan (SECULT/RR. OF. N.º 003/2015/DPC). Foi possível verificar durante o campo, que apenas um desses boxes estava sendo utilizado para comercialização de produtos artesanais dos artistas locais.

Foto 16 – Centro de Artesanato Adolpho Brasil Filho.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 16/01/2018.

³⁴ Não foi localizado nenhuma fotografia da edificação dessa escola nessa região.

O próximo prédio é o Centro Multicultural de Boa Vista, que abriga as programações culturais do município. Este ambiente foi construído originalmente para ser utilizado como um mercado municipal (o segundo construído na cidade). Após a sua instalação inicial este edifício, permaneceu desocupado por anos, até que no início de 1980 foi usado como depósito. Anos após, em 1985, esse espaço passou a ser ocupado pela Secretaria Municipal da Educação (SEMED)³⁵. No período do campo não foi realizado nenhum evento nesse espaço.

Foto 17 – Secretaria Municipal da Educação.



Fonte: GONÇALVES, Eurinedes Oliveira.
Sem data.

Foto 18 – Centro Multicultural.



Fonte: BADE, Cristiane.
Foto:10/06/2012.

A próxima edificação é o Centro de Artesanato. Este prédio foi construído para abrigar um anexo do segundo mercado municipal, edificado em Boa Vista. Conforme a atual Presidente do Centro de Artesanato, Kátia Luiza Vieira Campos (Entrevista realizada em 18/01/2019) e uma placa existente no centro, o local foi doado em 1991 para o sindicato de artesãos, pelo prefeito da época Barac Bento. Nesse ambiente, só aconteceram pequenas alterações na parte interna do prédio, e elas só aconteceram, segundo Kátia, porque o lugar precisava ser alterado, para se adequar ao novo uso. O imóvel foi tombado pelo Decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993.

³⁵ Imóvel tombado pelo Decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993.

Durante as etapas do campo observei que o número de pessoas que visitava o Centro de Artesanato para adquirir os produtos foi aumentando gradativamente.

Foto 19 – Centro de Artesanato.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 11/01/2018

Na sequência vemos duas imagens da Intendência. A primeira mostra a edificação construída no início do século XX, para sediar a administração municipal. No entanto, devido a um incêndio na década de 1950 o imóvel original foi destruído. A segunda fotografia destaca uma réplica desse prédio, que foi edificado no ano de 1996, através do Projeto Raízes. No entanto, essa cópia foi feita em outro espaço dessa região, em um local mais longe do rio Branco. A réplica passou, ainda, por um processo de restauração e foi inaugurada em dezembro de 2016, atualmente funciona como centro de informações turísticas. Nas observações que fiz no local, notei que raramente as pessoas entram nesse espaço.

Foto 20 – Intendência/1924.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima.

Foto 21 – Réplica da Intendência/2019.



Fonte: FOURSQUARE CITY GUIDE.

Disponível em:

<https://pt.foursquare.com/v/pr%C3%A9dio-da-intend%C3%A2ncia/5194eda1498eac3d604fdac1/photos>. Acesso em: 10 maio 2019.

Em seguida, existe um pequeno estacionamento que dá acesso a plataforma mais alta da Orla Taumanan (Foto 22) e um banheiro. Nesse local foi observado a presença de guardadores de carros. Essas pessoas se ofereciam para ajudar os motoristas a estacionar, a cuidar dos seus veículos e no período diurno para colocar papelão no para-brisa para proteger do sol, em troca de qualquer ajuda monetária.

Foto 22 – Estacionamento que dá acesso a Orla.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 14/01/2018.

Após o estacionamento, temos o Riu Restaurante³⁶, que foi inaugurado em agosto de 2017. O primeiro imóvel que existia nesse local foi um prédio construído em 1948 para abrigar a “Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira”. Anos após a propriedade passou a ser propriedade da Colônia dos Pescadores³⁷. No entanto, para a construção da Orla Taumanan esse imóvel foi demolido em 2004, e em seu lugar foi edificado a peixada “Ver o Rio”, que foi destruída em 2015 para a construção do atual prédio.

Foto 23 – Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira/1951.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima.

³⁶ Este restaurante foi construído pelo poder público municipal, e atualmente está alugado.

³⁷ A colônia de pescadores também edificou mais dois prédios ao lado desse, os quais não foram localizadas fotografias. No entanto, todas essas construções foram demolidas em 2004, com a construção da Orla Taumanan, como veremos no último capítulo.

Foto 24 – Restaurante e Peixada Ver o Rio.



Fonte: LIMA, Ellen. Foto:03.11.2013.

Disponível em:

<https://pt.foursquare.com/v/peixada-ver-o-rio/4df8f8bae4cd2129701bccdd>. Acesso em: 10 out. 2019.

Foto 25 – Riu Restaurante.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 05/01/2018.

Na sequência do trajeto, temos um anfiteatro da Orla Taumanan. Essa obra foi edificada na primeira etapa de construção do complexo, em 2004. Desde que esse ambiente foi construído não sofreu mudanças significativas, apenas pinturas e pequenos reparos de manutenção. Durante o campo não foi realizado nenhum evento nesse espaço e a circulação de pessoas nele também foi pequena.

Foto 26 – Anfiteatro da Orla Taumanan.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 05/01/2018.

Na imagem exposta vemos no primeiro plano o anfiteatro do local, ao fundo o Riu Restaurante, na direita um muro com pedras irregulares e a esquerda o Muro³⁸ do rio Branco. Este último foi construído ao longo de toda a margem do rio em fins da década de 1940, devido a determinação do projeto de urbanização da cidade naquele período.

Na sequência do percurso se encontra o portal de entrada da Orla Taumanan (Foto 28). Esse portal dá acesso à parte mais baixa do local. Como já mencionado, essa obra tem dois níveis (Foto 1), desse modo, no espaço que fica atrás do estacionamento (Foto 22) e do Riu Restaurante (Foto 25) está edificada uma plataforma mais alta³⁹. Já atrás do Anfiteatro (Foto 26) existe um píer que liga as duas plataformas da Orla.

O atual portal de entrada da Orla Taumanan foi construído no ano de 2015, em substituição do antigo (Foto 27), durante a execução de um projeto de revitalização realizado no complexo da Orla, conforme veremos mais adiante.

Foto 27 – Portal de entrada da Orla Taumanan/2013.



Fonte: II SEMIS - UFRR - Pontos Turísticos de Roraima. Foto: Laudinei Sampaio/2013.

Foto 28 – Portal de entrada da Orla Taumanan/2017.



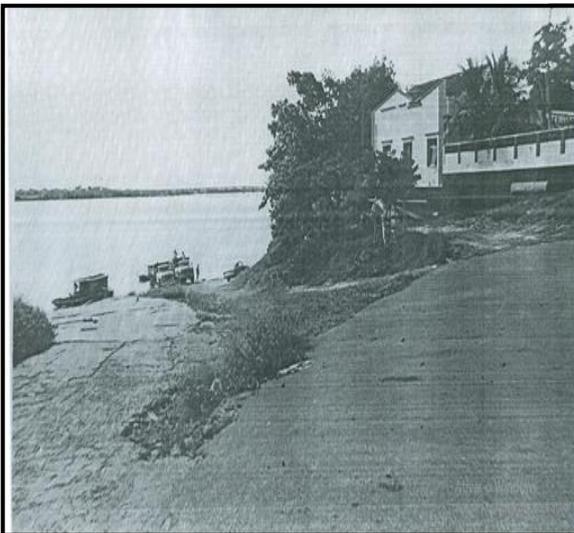
Fonte: Prefeitura de Boa Vista/Divulgação. Foto: 2017.

³⁸ Este muro foi tombado com o nome de “Muro do Mercado”, mediante o Decreto n.º 2614 de 15 de outubro de 1993.

³⁹ Na plataforma alta só existem dois restaurantes. No período da observação os dois estavam funcionando no período diurno e noturno.

Seguindo o percurso existe a plataforma mais baixa da orla, formada por bares e um parque para crianças. Nessa área existia o Porto de Cimento, local muito importante em termos de seus significados simbólicos e para composição da memória dos antigos moradores, pois era a área de chegada e saída dos familiares na localidade, como foi tratado no segundo capítulo dessa tese.

Foto 29 – Porto de Cimento. s/d.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima.

Foto 30 – Plataforma da Orla Taumanan.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 10/01/2019.

Na sequência existe a residência de Hildete Carneiro Gomes, edifício tombado pelo Decreto n.º 2614, de 15 de outubro de 1993. Na fotografia a casa de Hildete é a primeira de baixo para cima, ou seja, a mais próxima da plataforma mais baixa da Orla Taumanan. O imóvel foi adquirido pela família Gomes na década de 1960,⁴⁰ desde então sofreu pequenas alterações, como troca de piso.

⁴⁰ Na entrevista que realizei com Hildete Carneiro Gomes ela mencionou que a sua família foi a terceira proprietária do imóvel, mas não recordou de forma precisa quem eram os anteriores.

Foto 31 – Residência de Hildete Carneiro Gomes.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 10/01/2019.

O próximo imóvel é o de Luiza Carmem Brasil. Ao longo dessa tese ela será chamada pelo seu apelido, ou seja, de *Petita Brasil*. O prédio foi construído em 1892, pelo Coronel Bento Ferreira Marques Brasil, avô da atual proprietária. Quando tombada pela prefeitura pelo Decreto n.º 2.614/1993, de 15 de outubro de 1993, ela passou a se chamar “Casa da *Petita Brasil*”. Essa residência não sofreu alterações ao longo dos anos.

Foto 32 – Casa da família Brasil/1909.



Fonte: Acervo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) em Roraima.

Foto 33 – Casa da *Petita Brasil*/2019.

Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 10/01/2019.

Na sequência, existem duas casas, número 99 e 109 A e B, que não foram tombadas pelas instituições. A primeira na cor branca com detalhes azuis, a atual proprietária é a dona Haydée Brasil de Magalhães (Foto 34), e a outra na cor bege, que não consegui localizar o proprietário durante o campo (Foto 35)⁴¹.

Foto 34 – Residência número 99 da Rua Barreto Leite.



Fonte: BAHIA, Márcio. Foto: 03/12/2019.

Foto 35 – Residência número 109 A e B da Rua Barreto Leite.



Fonte: BAHIA, Márcio. Foto: 03/12/2019.

⁴¹ Durante o campo, essas residências sempre estavam fechadas, o que dificultou o acesso à informação da história dessas edificações. E como as casas não são tombadas, também não encontramos pesquisas ou registros delas. As demais residências que não foram apresentados os nomes de seus proprietários, são pelas mesmas razões

Em seguida, temos um prédio comercial e residencial. Na parte de baixo dessa edificação temos o empreendimento chamado “Hiléia Promotora”, que oferece serviços de empréstimos para funcionários públicos, das forças armadas, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na parte superior existe uma residência. Esta edificação também não foi tombada.

Foto 36 – Prédio comercial e residencial.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 2019.

Em seguida, temos o prédio comercial número 96⁴², Hospital Lotty Iris e a Clínica Neuroscan. No decorrer do campo, observei que esse local era muito frequentado durante o dia. Esses prédios não são tombados.

⁴² Esse prédio atualmente está desocupado e disponível para locação.

Foto 37 – Prédio comercial número 96, Hospital Lotty Iris e Clínica Neuroscan.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 2018.

E por fim temos o Restaurante Meu Cantinho (Foto 4), edifício tombado pelo Decreto n.º 2.614/1993, de 15 de outubro de 1993. O local foi construído para abrigar a antiga Fazenda Boa Vista, a qual pertencia a Inácio Lopes de Magalhães, conforme destacado no segundo capítulo. Com o decorrer dos anos o edifício sofreu algumas alterações, especialmente na sua fachada. O local está sobre a tutela da família de Adriano Jorge Macedo desde 1940, período no qual o seu avô adquiriu a propriedade.

Sobre o funcionamento desse estabelecimento, observou-se que o local não tem uma demanda grande de clientes, e apenas o proprietário do restaurante trabalha nesse ambiente. Desse modo, o espaço fica aberto todos os dias, no período diurno e noturno, sem horários fixos.

Os locais elegidos para o campo de estudo, fazem parte de uma área que sofreu diversas alterações a partir do ano de 2000, a maioria dessas modificações provocadas por ações do “Projeto Raízes”. Diante desse contexto, vou descrever, mais adiante nessa tese, quais foram os principais atos desse projeto, cujo foco foi a criação de mecanismo de preservação do patrimônio da cidade de Boa Vista.

Desse modo, após o conhecimento sobre a paisagem que permeia o campo de estudo, passaremos a destacar as recordações de antigos moradores da região relativas à orla antes da construção da Orla Taumanan.

3.2 Memórias urbanas, casas, porto e rio

Os espaços não são formados apenas pela sua dimensão material, eles também expressam subjetividades, experiências, sociabilidades. Desse modo, nessa seção destaca-se as memórias dos sujeitos que conviveram na região da orla do rio Branco anteriormente e no tempo de construção da Orla Taumanan. Essas recordações evidenciam as práticas sociais realizadas ao longo do tempo nesse local.

O espaço da orla do rio Branco, em especial, a região onde foi construído o antigo Porto de Cimento, é um local de referência que delimita um grupo de frequentadores que pertencem a uma rede de relações, o quadro de colonizadores mais antigos da região e suas famílias.

Quando se trata da memória precisamos compreender os elementos de sua construção, seja individual ou coletiva. Nesse sentido, Michael Pollak observa quais são esses elementos constitutivos. Em suas palavras:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

A memória por ser uma construção social, não pode ser pensada como um fenômeno universal, como tal tem suas particularidades nos diferentes grupos sociais. Diante desse contexto, inicio com a narrativa das irmãs Hildete Carneiro Gomes e Hilderene Carneiro Gomes Seabra (Entrevista realizada em 20/01/2019). As entrevistadas foram morar nas proximidades da orla do rio Branco na década de 1960, período no qual seus pais adquiriam a residência (Foto 30). Atualmente, a senhora Hildete é quem reside na casa, e segundo ela, a sua propriedade está bem

diferente do período que seu pai comprou, hoje em dia, o piso e as portas são outras.

Sobre as memórias da região na década de 1960, Hilderene lembrou sobre a importância do Porto de Cimento, como um dos principais locais de entrada da cidade. As suas lembranças também evocaram a essencialidade do rio para o deslocamento das pessoas e a chegada de diversas mercadorias:

Eu me lembro que quando nós viemos morar nessa casa a Ana, a minha irmã mais nova era recém-nascida, e aqui tinha o Porto de Cimento e isso aqui era lindo demais. As embarcações que vinham de Manaus aportavam aqui, então era bem aqui na nossa frente. O rio enchia muito. Antigamente o maior tráfego era aquático, pelo rio, porque não tinha ainda avião para a gente ficar indo para lá e para cá, não tinha nem estrada que ligasse Manaus, isso veio muito tempo depois. Então, era tudo pela via fluvial, tudo. Aí como aqui era o Porto de Cimento os barcos grandes encostavam tudo aqui. Era muito bonito isso aqui, era lindo (Entrevista realizada com Hilderene Carneiro Gomes Seabra, 20/01/2019).

As entrevistadas também evocaram recordações sobre os impactos causados ao rio Branco ao longo do tempo, e a respeito da importância desse local para o acesso de pessoas e barcos. Dona Hildete, por exemplo, relatou que na década de 1960 existia uma linda praia nessa localidade, que foi sendo aos poucos destruída pelas empresas que retiravam seixo.

Na época do verão isso aqui era uma praia linda, praia mesmo. Na época chamavam o meu pai de China. Então só chamavam assim, a praia do China, o Porto do China, porque atracavam os motores aqui e a praia do China era famosa. Justamente porque era uma praia lindíssima. Sabe aquela praia que fica lá em baixo da Ponte dos Macuxis? Era aqui na frente da minha casa. Então a gente só descia e já estava na praia. Todo mundo vinha para a praia. Aí com as grandes empresas de construções começaram a tirar muito seixo, aquelas pedrinhas. Aí que foi virando canal, acabando com a praia (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019).

Além da atuação dessas empresas na localidade, Hildete comentou na entrevista que a construção da Orla Taumanan foi o outro fator que colaborou para a destruição dessa área de lazer.

Desse modo, foi observado nas narrativas de Hildete e Hilderene que o local antes da construção do Orla Taumanan era um lugar de trabalho e lazer muito importante, que com o decorrer dos anos foi sendo modificado.

Passamos as memórias de outra moradora que viveu próxima dessa região na década de 1960, a senhora Maria Meire Saraiva Lima. Maria nasceu as margens do rio Maú, interior do estado de Roraima, no ano de 1947, e atualmente trabalha na divisão de patrimônio histórico, onde exerce a função de chefe da divisão, segundo a entrevistada ela trabalha nessa divisão há trinta anos, e antes desse trabalho foi professora, diretora de escola e supervisora. Quando sua família se mudou para cidade de Boa Vista, o seu pai comprou uma casa no bairro da Olaria, na região que hoje é chamada de Beiral, que ficava ao lado do Porto de Cimento.

Quando perguntei a ela sobre as características da região, ela imediatamente destacou a existência do Porto de Cimento nessa localidade e como era importante para o município:

Era o Porto de Cimento. Ali ancorava barcos, naquela época o rio não secava tanto, porque você sabe que o meio ambiente também sofre interferência, e hoje em dia o rio não fica tão cheio por muito tempo, mas naquela época vinha embarcações bem grandes. No período da cheia passava no Bem Querer e chegava a Boa Vista, tudo vinha através de barco. Na década de 60 já tinha o avião da empresa Cruzeiro do Sul, era uma vez por semana só, então era difícil as coisas, vinha de barco mesmo, né! E tudo era novidade, aí você vem do interior e ver aqueles barcos, aqueles barcos bonitos, a gente ficava curioso. Então, foi isso daí meu começo de vida, muito bom, eu fui muito feliz nessa época (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

Além do exposto acima, Maria, assim como outros entrevistados que moram na região, descreveram o local como um “ponto de chegada de todas as autoridades e não autoridades, como o primeiro governador e todos que vieram para cá, e ele tem toda uma história” (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

Entre as memórias sobre a região, destaco a de Petita Brasil, moradora da região do entorno da Orla Taumanan. Esta depoente relacionou a região do Porto de Cimento como um importante local de entrada da cidade, onde Boa Vista se tornou oficialmente cidade. E assim, como Hildete, que é sua vizinha, lembrou que ali existia uma praia movimentada:

Ora, eu tenho 72 anos de idade, e me criei dentro das embarcações. Na época de inverno chegavam de Manaus trazendo os mantimentos porque não havia estrada. O único meio de comunicação com o resto do Brasil e o primeiro estado é o do Amazonas, de onde se traziam

as compras para seis meses, porque são seis meses de chuva e seis meses de sol. Que nós temos duas estações, verão e inverno. E o nosso se caracteriza pelo sol causticante e vento, e pelas chuvas. Com as chuvas o rio sobe, sem chuva o rio da vazante. Nós criamos vendo inúmeras embarcações nos rios, porque navio só vem até o Porto de Caracaraí.

Mas sobre esse porto do qual estamos falando agora, onde foi edificado parte da orla, era um porto vivo, onde toda a comunidade aproveitava na época de verão para vir tomar banho, para pegar uma canoa. Quando eu era menina, para você ver que o negócio era bem completo, a praia já era bem aqui na beira (Entrevista realizada com *Petita Brasil*, 12/01/2019).

Esta moradora, além disso, ligou seus sentimentos de tristeza ao da casa, que faz parte da paisagem do período das primeiras ocupações de não indígenas em Boa Vista:

E nós estamos falando de uma casa de 1888, ela está velhinha, está com cento e trinta anos a bichinha, mas ela chora, a casa chora. Ela chora através dos seus descendentes obviamente.

Ela chora porque ela acompanhou todo o desenvolvimento, ela estava aqui neste pedaço vendo chegar todo mundo com a sua bagagem trazendo seus usos e costumes, trazendo esperança, coragem, bravura. E de repente você vê que os prédios vão sendo destruídos para outros serem construídos no lugar, tudo para atender a modernidade. Preserva! Pelo menos o início da história. Então, nós estamos exatamente no berço histórico. Então você vê, está tudo destruído, modificado. Então, eu vejo com muita tristeza. É aquilo que eu falo, adulteração. Você pode viver no moderno, é obvio, eu vivo, confortavelmente, tenho o mínimo necessário para sobreviver, mas a casa continua intacta. Dá trabalho? Dá! Mas todos, de mamando a caducando. Ou seja, do bebe a você, doutora, se admiram da beleza da casa. Olha quem não admira! Quem não quer ver uma casa assim. Nossa! Sério que essa cama é um Dom José? É um Dom José. Nossa! E essa peça aqui! Foi feita na França e é de Carvalho. Uma cristaleira, toda entalhada, uma obra de arte. Então, eu vejo com muita tristeza, tudo isso (Entrevista realizada com *Petita Brasil*, 12/01/2019).

Como pode ser observado pelo exposto na narrativa, esse bem material não é apenas considerado como um local de moradia, mas também é carregado de significado, como se a casa tivesse vida, sentimentos. Assim, vemos que a natureza de um bem extrapola o seu viés utilitário, semelhantes a “extensões morais de seus proprietários”, e são elementos intrínsecos de “totalidades sociais e cósmicas” (GONÇALVES, 2009).

A narrativa de Petita Brasil e de outras pessoas que moram ou moraram próximo a essa localidade, evocavam a vivacidade do antigo porto e da importância desse local para a cidade, seja para o acesso ao rio para práticas de lazer, como encontros e banhos,⁴³ quanto para a chegada de embarcações.

Essa entrevistada ao longo de nossas conversas tocou muito na questão do desrespeito para com a memória dos seus antepassados. E essas sempre apontavam a inexistência de um diálogo dos representantes municipais com as famílias que colonizaram a região.

E tem uma máxima “O povo não tem memória”, não, o povo tem memória. Quem não tem memória e que não respeita são aqueles constituídos por nós mesmos, que não respeitam a história daqueles que fizeram de fato a história com grande dificuldade. Apagaram a história para fazer a sua. Tenho dito isso inúmeras vezes, Cristiane, a todos aqueles que me procuram. Façam a sua história, mas não apaguem a dos nossos antepassados (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).

Desse modo, acompanhou-se que as memórias desses moradores mais antigos da localidade, sobre esse universo urbano, se constituem numa “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996), caracterizada pela narração das demolições dos “lugares de memória” (NORA, 1993).

3.3 Projeto Raízes: a nova dinâmica do patrimônio

O Projeto Raízes foi instituído a partir do decreto n.º 2.176, de 16 de abril de 1993, na gestão 1993-1996, da prefeita Teresa Jucá⁴⁴ (Partido Progressista Reformador - PPR), com o objetivo de estabelecer normativas para a preservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural da cidade de Boa Vista. Nesse mesmo decreto foi instituída uma comissão de estudos que auxiliaria na formulação e implementação de uma política preservacionista municipal.

A esta comissão foi atribuída diferentes atividades, que envolviam um estudo aprofundado da legislação existente no município referente ao patrimônio; revisão

⁴³ Os banhos em rios fazem parte dos hábitos culturais da população boa-vistense.

⁴⁴ Nessa época Teresa Surita tinha o sobrenome do senador Romero Jucá, seu marido na época. Contudo, a partir de 2003, após o divórcio, passou a usar o nome de solteira. Desse modo, cabe pontuar que nessa tese podem aparecer esses dois sobrenomes, dependendo do ano da análise.

das ações preservacionistas executadas até a atualidade; criação de um inventário histórico-cultural e ambiental da cidade e de disposições legais que garantissem uma unidade gestora do que fosse inventariada.

Para o senhor Sálvio Botelho, um dos integrantes da Comissão Especial do Projeto Raízes, na época, a criação desse projeto foi uma forma de preservação do patrimônio, que segundo ele estava sendo ameaçado pela negligência do poder público:

O objetivo principal do projeto foi preservar o acervo histórico, arquitetônico, artístico e cultural que restava naquele momento na cidade de Boa Vista, visto que toda a área delimitada como centro histórico da cidade vinha sofrendo sérias alterações em função de demolições de prédios históricos, novas construções e da própria evolução urbana. A cidade não possuía uma legislação específica que protegesse seu patrimônio. Esse projeto veio despertar na comunidade boa-vistense um sentimento de preservação da sua história e de sua identidade cultural que vinha sendo atacada em função da falta de compromisso do Poder Público com uma política que viesse valorizar a importância desse sítio histórico para cidade, seu povo e suas gerações futuras (Entrevista realizada com Sálvio Botelho publicada em CHAVES, 2016, p. 34).

Poucos meses após a criação do Projeto Raízes, a prefeitura de Boa Vista formalizou uma proposta de colaboração financeira com a Fundação Banco do Brasil, na qual foi aceita no início do mês de outubro de 1993. Esse auxílio financeiro seria para complementar os recursos, para execução de algumas obras de recuperação⁴⁵ física de prédios históricos do Projeto Raízes.

Segundo o jornal Diário de Roraima havia cinco objetos presentes no convênio destinado ao Projeto Raízes. Entre os elementos que faziam parte do contrato estavam: 1. Calçamento, urbanização e iluminação da Avenida Mal. Floriano Peixoto, entre a Rua Brasil e Igreja Nossa Senhora do Carmo; 2. Calçamento da Rua Travessa Mal. Floriano Peixoto (entre a Rua Jaime Brasil e o Mercado do Peixe); 3. Urbanização da praça da Igreja Nossa Senhora do Carmo (calçamento, ajardinamento, iluminação, átrio e altar em concreto armado); 4. Restauração da Igreja de São Francisco das Chagas; 5. Restauração, iluminação e calçamento, esquina do Bar do Neir (MATOS, DIÁRIO DE RORAIMA, edição de 12 de janeiro de 1994).

⁴⁵ O termo recuperação no qual estamos destacando nessa tese envolveu o processo de intervenção em edifícios para que esse voltasse a ter suas características materiais originais.

Nesse convênio o valor da liberação de recursos da Fundação do Banco do Brasil para o projeto raízes foi de CR\$25.801,499,54. Valores de outubro de 1993⁴⁶ (MATOS, DIÁRIO DE RORAIMA, edição de 12 janeiro de 1994).

Dias após esse acordo de colaboração financeira entre Fundação Banco do Brasil e a prefeitura do município de Boa Vista foi publicado o Decreto n.º 2.614, de 15 de outubro de 1993. Nesse documento foi deliberado, uma lista de 21 bens que foram tombados enquanto patrimônio histórico e cultural da cidade de Boa Vista (Quadro 2).

No ano de 1996 o Projeto Raízes realizou mais ações. Nesse período foram feitas restaurações no Bar Meu Cantinho⁴⁷ e na Prelazia⁴⁸. Além disso, como já foi apontado no início desse capítulo, nesse mesmo ano foi construída a réplica da Intendência, que também passou por um processo de recuperação no final do ano de 2016.

Outra fonte usada para obter informações relativas aos recursos angariados para a execução do Projeto Raízes foi o Portal da Transparência do Governo Federal. Nesse local foi encontrado apenas um convênio entre Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira e Prefeitura de Boa Vista, cujo objeto foi a continuação da implantação do Projeto Raízes no centro histórico da cidade de Boa Vista. Nesse acordo, foi disponibilizado a prefeitura o valor de R\$ 296.614,45 e o contrato teve vigência entre o período de 28/06/1996 a 28/01/1997 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 15/11/2019).

Outra ação proposta pelo Projeto Raízes foi executada no ano de 2015, o programa chamado “Caminhos de Memória”. Nesse as atividades constituíram-se na fixação de placas de sinalização histórica, que foram colocadas nos principais pontos turísticos da cidade. As placas continham na frente fotografias antigas e no verso delas, as explicações a respeito de cada espaço.

⁴⁶ Como a prefeitura não disponibilizou informações referentes aos recursos gastos com o Projeto Raízes, recorri a fontes como o jornal “Folha de Boa Vista” e o Portal de Transparência do Governo Federal.

⁴⁷ As últimas alterações nesse prédio foram realizadas pelo proprietário no ano de 2004 e 2007. A última intervenção atingiu “as fachadas, telhado e no piso, o mesmo foi totalmente retirado e substituído” (GONÇALVES, 2013, p.28).

⁴⁸ Esse prédio foi construído no início de 1907. Sua edificação serviu inicialmente para abrigar bispos e padres. No ano de 1944 foi usada como sede de governo. Posteriormente, foi instituída como prelazia, após a região ser desvinculada da Diocese de Manaus. Atualmente, a Diocese de Roraima ocupa o imóvel.

Segundo o site da prefeitura: “Caminhos de Memória faz parte do Projeto Raízes, que tem por objetivo resgatar e valorizar a diversidade cultural de Boa Vista. Com a sinalização histórica, ganhamos mais um produto para o turismo de nossa capital” (BOAVISTA.RR.GOV.BR/NOTICIAS,19/03/2015).

A execução do Projeto Raízes provocou muitas tensões tendo o patrimônio edificado como foco. Por um lado, a gestão do município executando projetos de revitalização, estava ganhando na época notoriedade por parte da população pelo embelezamento urbano, de outro, as representações do governo inconformadas com a situação, pela questão política e por observar os lugares de memória de seus antepassados sendo destruídos, encampando o discurso da perda. Mas, quais fatos evidenciam essas disputas? Isso é o que veremos a partir de agora.

3.3.1 Tensões e disputas políticas

Ao focar no processo de patrimonialização em Boa Vista, invisto no debate político sobre esses eventos. Desse modo, durante as primeiras ações do Projeto Raízes, houve diversos conflitos políticos envolvendo pessoas do governo municipal e estadual, e outras ligadas a esses.

De um lado o grupo representado pela prefeitura municipal⁴⁹ apresentando um plano que visava as modificações na paisagem do centro histórico, buscando fomentar o turismo, de outro, governo estadual e moradores mais antigos, nos quais alguns trabalhavam em secretarias do governo⁵⁰ ou apoiavam o partido que estava no poder, e discordavam desse projeto, por destruir os lugares de memória, na qual seus antepassados faziam parte.

Nos primeiros anos de execução do Projeto Raízes, o Jornal Diário de Roraima publicou muitas críticas⁵¹ relativas a má administração e corrupção da gestão municipal de Teresa Jucá.

⁴⁹ Na época representada por Teresa Jucá do Partido Progressista Reformador (PPR).

⁵⁰ Nos primeiros anos de execução do Projeto Raízes os governadores fizeram oposição a gestão municipal. A começar por Ottomar Pinto e seu vice Airton Dias, que exerceram seu mandato durante 1991 a 1994, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em seguida, de 1995 a 1998, Neudo Campos e seu vice Airton Cascavel pelo mesmo partido.

⁵¹ Nesse momento inicial de execução do Projeto Raízes existiam quatro jornais: Jornal de Roraima, Folha de Boa Vista, Diário de Roraima e O Estado de Roraima. Segundo Elen Patrícia da Silva Nogueira (2014) os três primeiros eram a favor do governo de Ottomar de Sousa Pinto e o último era

Em 07 de janeiro de 1994, esse jornal publicou uma charge, na qual a prefeita da época foi representada correndo em direção a uma placa indicando Prefeitura de Boa Vista. A prefeita carregava na cabeça um saco no qual estava escrito um cifrão, e continha um fecho com uma etiqueta de identificação com a escrita “Fundação Banco do Brasil”. Na caricatura também existe um homem com a camiseta da Folha de Boa Vista, questionando, se a finalidade da verba não era do Projeto Raízes. Ao lado da prefeita Teresa Jucá o balão com sua fala dizendo: Era!!

Figura 5 – Charge de Flávio.



Fonte: Diário de Roraima. Coluna opiniões. Ano III Edição 734. Boa Vista, 07 jan. 1994. Página 2.

Foto: BADE, Cristiane. 2018.

A charge visivelmente representa uma crítica aos desvios de recursos do Projeto Raízes. Essa mesma disputa, pelo poder, usando o patrimônio edificado como foco, continuou nos dias seguintes.

Dias após, em 12 de janeiro, o jornal “Diário de Roraima” publicou uma matéria na sua seção sobre política, na qual se apresentava com um teor de

da oposição. Desse modo, cremos que as críticas ao projeto foram ligadas as questões partidárias em voga.

denúncia de irregularidades, no uso dos recursos destinados ao Projeto Raízes. Assim, essa edição destacou que a Fundação do Banco do Brasil, iria vistoriar a aplicação de recursos repassado ao Projeto Raízes, pois na época existiu uma acusação que o dinheiro destinado a recuperação de regiões públicas, estava sendo usado para a melhoria de prédios particulares. Este tabloide buscou destacar que a denúncia chegou até eles via a própria fundação.

Nessa mesma reportagem foi publicado que essa denúncia já havia sido feita pela imprensa local em outras ocasiões, mas que o jornal que dá sustentação política a chefe do executivo municipal, “O Estado de Roraima”, distorceu os fatos, colocando os empresários antigos contra os denunciadores:

A imprensa local tem denunciado, quase que diariamente, que a prefeita Tereza Surita (sic) estaria utilizando recursos de convênio junto a Fundação Banco do Brasil, para recuperar prédios da iniciativa privada. Por outro lado, o jornal de dar (sic.) sustentação política a Chefe do Executivo Municipal “O estado de Roraima” tenta distorcer as coisas, colocando alguns empresários antigos de Roraima contra os demais denunciadores (JORNAL DIÁRIO DE RORAIMA, edição de 12 de janeiro de 1994, p. 3)

Nessa parte é possível perceber uma disputa pelo poder, onde o patrimônio edificado era a sustentação da disputa. Essa afirmação se ampara na medida em que o jornal “Diário de Roraima” acusa o jornal “O Estado de Roraima”, de apoiar politicamente o executivo municipal, alterando os acontecimentos em relação ao desvio de recursos destinados ao patrimônio.

De tal modo, observou-se, especialmente nos primeiros anos de execução do Projeto Raízes, conflitos relacionados aos investimentos que estavam sendo usados para a “recuperação” de prédios históricos, sendo noticiados nas edições dos jornais locais, os quais se posicionavam claramente sobre o assunto.

Além dos conflitos e tensões sobre o projeto, cabe pontuar que a idealizadora do Projeto Raízes, usou como marketing político, enquanto candidata à prefeitura do município de Boa Vista em 2012, os projetos que desenvolveu relacionados ao patrimônio.

Teresa Surita, candidata à Prefeitura de Boa Vista com o número 15, sempre valorizou o patrimônio histórico de nossa capital. Em suas gestões como prefeita da capital, desenvolveu projetos para restaurar prédios e praças históricas. O Projeto Raízes, idealizado na

primeira gestão dela como prefeita da cidade (1993-1996), é um exemplo dessas iniciativas, assim como as restaurações das igrejas Matriz Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco (SURITA, 2012).

Habitualmente, “o “centro histórico” detém o poder de representação e de percepção da cidade porque nele estão fixados os símbolos que dão forma à identidade urbana” (PEIXOTO, 2003, p. 217). E, nada mais conveniente aos governantes investirem em ações de embelezamento, para apoiar seus projetos de poder.

Assim, acompanhou-se durante o campo, através das narrativas tanto jornalísticas como das pessoas que conversei, duas linhas versando sobre o Projeto Raízes, uma que apontou ele como propulsor de um apagamento da memória patrimonial devido a demolição e descaracterização de diversos prédios históricos, nesses discursos também apareceram que algumas dinâmicas culturais, exercidas nesses locais, foram impedidas de serem realizadas após a execução deste projeto. A outra narrativa considera a execução desse projeto como um fator de embelezamento dessa localidade e de ampliação do turismo na região.

Após acompanharmos alguns conflitos políticos no período de execução do Projeto Raízes, a seguir passaremos a analisar a execução de outro projeto de revitalização que envolveu uma área do centro histórico.

3.4 Construção da Orla Taumanan: novas disputas políticas pelo patrimônio

A Orla Taumanan, como já foi apontado, é um complexo construído na margem direita do rio Branco. O projeto idealizado envolveu uma área de lazer e comércio, com a construção de restaurantes, um parque e bancos dispostos nas suas plataformas. Essa grande edificação foi iniciada no ano de 2002 e concluída em 2004. Nela a estrutura básica constituiu-se de um píer suspenso ligado por duas plataformas, uma na parte mais alta e outra na área mais baixa do local.

A denominação desse complexo e de alguns elementos de sua estrutura foram batizados com nomes da língua indígena Macuxi. Essa orla, por exemplo, foi chamada de Taumanan, que significa paz. As plataformas foram chamadas de

Meremê que significa arco-íris (parte mais alta dessa edificação) e Weiquepá que denota o nascer do sol (estrutura mais baixa do local).

Entende-se que essa homenagem está ligada ao contexto histórico e geográfico do estado de Roraima, já que os Macuxi são um dos povos que predominam na região, estão em 18 Terras Indígenas (TIs), de um total de 34 (TIs), existentes no estado (FUNAI, 2019). Além disso, fazem parte da história da região, pois ocupavam esse território antes da invasão e domínio de colonizadores.

A narrativa sobre a necessidade de intervenções paisagísticas na orla do rio Branco e da construção da Orla Taumanan por parte do município, foi justificada pelo abandono da região, conforme se observou na conversa informal que Maria Goretti Leite de Lima, realizou com Iradilson Sampaio, ex-vice-prefeito de Teresa Jucá no ano de 1996:

O prefeito Iradilson Sampaio⁵² informou que a margem esquerda⁵³ do Rio Branco, era extremamente abandonada e esquecida. Tinha alguns prédios particulares e públicos, muito deteriorados com o tempo e abandonados. A prefeitura deu o primeiro passo, construindo o Restaurante “Ver o Rio”. Havia nesse momento uma preocupação com os visitantes e com a população local que não visitava o rio (LIMA, 2011, p. 87).

A ideia de abandono apresentada por Iradilson, fez parecer que não havia pessoas nessa área e ela não remetia a uma história mais profunda. Portanto, justificou as intervenções, envolvendo demolições, pela possibilidade de uso de uma área, que segundo ele estava esquecida, ao contrário do que moradores e trabalhadores afirmaram ao longo do campo.

A narrativa da prefeita quanto a necessidade das intervenções nessa região, foi muito similar à de Iradilson, como se observa na citação abaixo. Lima (2011) não conseguiu uma entrevista com Teresa Surita, por isso usou a estratégia de aplicação de um questionário a ser respondido por escrito.

A prioridade de sua primeira gestão (1993-1996) foi de resgatar a memória e preservar o Centro Histórico de Boa Vista. Ao iniciar a sua administração, percebe-se a necessidade de reconstruir este espaço abandonado, “relegado ao fundo da cidade”. Era uma forma de

⁵² Na época da entrevista, 2011, Iradilson Sampaio era o prefeito da cidade de Boa Vista, por isso na citação ele foi intitulado de prefeito.

⁵³ A citação apresenta um erro na localização geográfica indicada, pois a região do centro histórico do qual o depoente se refere fica na margem direita do rio Branco.

revitalizar a área; de possibilitar à população para conhecer e apreciar as belezas naturais da paisagem e reavaliação (sic.) o Rio Branco (LIMA, 2011, p. 88).

O fato é que em nome do turismo e de uma possível ocupação de espaços, que segundo o poder público municipal estavam “abandonados”, “investiram demasiadamente em espaços patrimonializados” (JEUDY, 2005), secundarizando a importância de outras áreas da cidade.

Como a prefeitura municipal não disponibilizou acesso aos documentos referentes aos custos da obra, estou usando informações que obtive no jornal “Folha de Boa Vista”, para termos uma dimensão do montante de investimento usado nessa área. Nessa fonte Jânio Tavares (28/06/2004) relatou que, foram investidos mais de R\$ 4 milhões nessa primeira etapa da construção da Orla Taumanan.

Para a execução dessa fase foram demolidos prédios pertencentes a colônia de pescadores, que na época não eram bens tombados, mas tinham um valor cultural, como veremos no último capítulo. Além disso, essa orla foi construída em cima do antigo porto da cidade, Porto de Cimento, como será observado a seguir.

No período do processo de construção da Orla Taumanan, os debates sobre os possíveis danos que esta edificação poderia causar passaram a ser constantes, seja pela demolição de lugares de memória ou pelos possíveis danos ao meio ambiente.

Nessa época ocorreram diversos conflitos quanto aos possíveis danos ambientais que essa edificação poderia causar. De um lado, a população chamava atenção para o fato desse espaço “ser uma Área de Proteção Permanente – APP, isto é, imprópria para a construção” (VERAS, 2009, p. 180). De outro, o poder público insistindo que a construção da Orla Taumanan não teria efeitos nocivos para o meio ambiente. No entanto, “o que se viu foi prevalecer à força do poder público e o interesse de uma pequena parcela da população” (VERAS, 2009, p. 180).

A polêmica sobre a construção da Orla Taumanan, desse modo, foi fomentada em parte pela cobertura midiática. Um exemplo desses debates noticiados pela mídia foi quando a “Folha de Boa Vista”, publicou uma matéria indicando que a prefeitura em uma ação rápida concluiu a demolição de prédios para dar sequência nas obras que compõe a orla do rio Branco (FREITAS, FOLHA DE BOA VISTA, edição de 20 de maio de 2004). Segundo essa edição, a obra de

demolição foi embargada⁵⁴ pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima (FEMACT), pois esta havia constatado “junto ao Ministério Público Estadual (MPE) que a intenção da prefeitura era demolir os prédios para fazer uma rampa de acesso ao rio Branco. Ficou comprovado que a prefeitura tinha o interesse de construir banheiros” (FREITAS, FOLHA DE BOA VISTA, edição de 20 de maio de 2004, p. 7). A fundação nesse momento exigiu da prefeitura um estudo ambiental antes da demolição, chamado “Plano de Controle Ambiental”.

O jornal ainda destacou que depois da interdição das obras ocorreram duas reuniões com os envolvidos no caso. Segundo a matéria “a prefeitura alegou que não sabia da necessidade de comunicar a Fundação, por isso pediu prazo para responder o motivo da inclusão dos banheiros e da rampa” (FREITAS, FOLHA DE BOA VISTA, edição de 20 de maio de 2004, p. 7). No entanto, o juiz da 8ª Vara Civil, César Henrique Alves concedeu uma liminar para a conclusão da demolição. Com este último ato concluído a ação Civil Pública que impedia a demolição, se tornou sem efeito.

O promotor do meio ambiente Zedequias Júnior e o de Defesa do Patrimônio Luiz Antônio de Araújo afirmaram, ao jornal na época, que a liminar outorgada pelo juiz tinha falhas processuais:

Enquanto na ação movida pelo MPE o juiz determinou que fosse ouvida Femact num prazo de 72 horas, na cautelar do município ele não utilizou o mesmo procedimento, segundo os promotores. “Além disso, deferiu o pedido da Prefeitura e não comunicou em tempo hábil a fundação, para que caso quisesse, recorresse da decisão para que posteriormente fosse reformulada (FREITAS, FOLHA DE BOA VISTA, edição de 20 de maio de 2004, p. 7).

Na reportagem os promotores do meio ambiente ainda expuseram que aquela região da Rua Floriano Peixoto foi reconhecida em 1993 como patrimônio, devido ao seu valor histórico e cultural. Desse modo, observou-se pelo exposto até aqui que este jornal buscou dar ênfase aos conflitos judiciais ocorridos durante o processo de construção da Orla Taumanan.

Passados alguns dias a Folha de Boa Vista publica outra reportagem, destacando falas da prefeita justificando a importância das intervenções realizadas

⁵⁴ O embargo estava tramitando em duas instâncias, em uma Ação Civil Pública e na 8ª Vara Civil.

na região da Orla. Ou seja, Teresa apresentou a sua justificativa em relação a demolição dos prédios da Colônia de Pescadores:

Além das estruturas dos dois prédios serem condenadas, sujeitas ao desmoroamento, o sistema de esgoto dos vasos era direcionado ao rio. No local está sendo construído um estacionamento, além de novos banheiros ligados ao sistema de esgotos. Queremos mostrar à população que podemos construir uma obra voltada ao lazer e ao turismo, sem danificar o meio ambiente (SURITA apud TAVARES, FOLHA DE BOA VISTA, edição 06 de julho de 2004, p. 11).

A declaração da prefeita no excerto acima e em outras de suas falas publicadas em distintas fontes, defendendo a importância dessa nova construção no local e demolição dos prédios, segundo ela condenados, evidencia bem como “o poder está implicado no significado por seu papel na sustentação de uma versão de significação como verdadeira, fecunda ou bela contra outras possibilidades que possam ameaçar a verdade, a fecundidade ou a beleza” (WOLF, 2003, p. 337).

Observou-se nas fontes jornalísticas que tal construção objetivava fomentar o turismo na região. Um dos materiais que dá uma ideia bem clara dessa questão é o informativo publicitário divulgado na “Folha de Boa Vista” na véspera de inauguração da Orla Taumanan. Na ocasião esse material apresentava aos leitores elementos relativos a inauguração desse espaço (sexta-feira, 2 de julho, às 20h), dados referentes ao que foi construído no local, o significado do nome da Orla Taumanan (paz) e o nome das duas plataformas, chamadas de Meremê (arco-íris) e Weiquepá (nascer do sol), conforme já foi dito antes, nomes indígenas. A edição também informou sobre a geração de trabalho e renda que esse ambiente iria proporcionar aos cidadãos: “A Orla Taumanan vai ampliar a convivência da população com o rio Branco, além de representar novo e importante investimento para viabilizar o turismo como atividade econômica” (FOLHA DE BOA VISTA, edição de 01 de julho de 2004, p.11).

Nesse informativo, não aparecem somente notícias da Orla, também são apresentados outros investimentos da prefeitura no turismo local dos últimos três anos, como a sinalização turística, construção e reformas de praças, melhorias na infraestrutura.

O informativo ajudou compreender, que os projetos de revitalização buscaram fomentar o turismo na região. Assim, percebemos que não houve uma preocupação

com a potencialização ou preservação do patrimônio. No entanto, é preciso lembrar que esse informe, que propagou ações realizadas durante a gestão da prefeita Teresa Surita, foi publicado em um ano de eleições municipais.

Ao longo dos anos o espaço sofreu pequenos reparos e manutenção em seus equipamentos. Foi em julho de 2014 a novembro de 2015 que, o complexo da Orla Taumanan voltou a receber maiores investimentos do poder público. A justificativa da intervenção no local foi em função da “necessidade de revitalização do espaço”, “a importância de oferecer novos atrativos ao visitante”, “construção de espaços sustentáveis” e “investimentos na segurança”. Durante esse período a Orla ficou fechada.

Esses discursos foram visíveis na imprensa, seja nos veículos da imprensa local, ou por parte do site da prefeitura. Na reportagem da FolhaWeb (04/11/2015), por exemplo, foi publicada uma fala de Raimundo Maia, secretário municipal de obras e urbanismo da época, no qual discorreu sobre o valor das novas alterações neste espaço das margens do rio Branco. “A orla estava sem funcionar há um bom tempo e carecia de revitalização. Finalmente, estamos concluindo o processo essa semana. É mais uma opção de lazer a toda família roraimense” (FOLHAWEB, edição de 04 de novembro de 2015). Ele ainda alegou que a antiga infraestrutura estava debilitada, necessitando que seus quiosques fossem demolidos.

Outra questão que acompanhei em uma matéria publicada no site do Ministério do Turismo, em 06 de novembro de 2015, foi a importância da revitalização, em termos estruturais, para receber a tocha olímpica, já que o ano era de jogos olímpicos e Boa Vista, por ser uma das capitais brasileiras, receberia o revezamento da tocha. Esse discurso indica que, essa obra de revitalização também pode ter sido pensada para receber esse evento.

O processo de revitalização da Orla Taumanan, foi financiado com recursos do Ministério do Turismo e contrapartida da prefeitura. O valor desse acordo foi de R\$1.950.000,00, a prefeitura concedendo a contrapartida de R\$283.573,41 e o Ministério do Turismo liberando R\$1.794.000,00. Esse convênio teve vigência entre o período de 31/12/2012 a 19/06/2016 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 15/11/2019).

Para a revitalização iniciada em 2014, foram demolidos os antigos quiosques e um restaurante, para a construção de novos bares com ambientes maiores, um parque, uma guarita, um novo portal, nova iluminação, revitalização do anfiteatro e

substituição do antigo piso. Para termos uma ideia dessa modificação apresento a seguir duas fotografias da plataforma mais baixa do complexo, a primeira do ano de 2004, na ocasião da inauguração da Orla Taumanan, e a segunda de 2015:

Foto 38 – Parte mais baixa da Orla/2004.



Fonte: TAVARES, Jânio. Mil pessoas passam ao dia pela orla. Folha de Boa Vista, Ano XXI – Edição 4240. Boa Vista, 05 e 06 de julho de 2004. Página 6.
Foto: Jader Souza, 2004.

Foto 39 – Parte mais baixa da Orla/2015.



Fonte: BOAVISTA.RR.GOV.BR/NOTICIAS. Orla Taumanan: Um dos principais pontos turísticos da cidade é reinaugurado hoje. Boa Vista, 06/11/2015.
Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/11/orla-taumanan-um-dos-principais-pontos-turisticos-da-cidade-e-reinaugurado-hoje>. Acesso em: 11 fev. 2019.

O espaço foi reinaugurado em 06 de novembro de 2015. Para a apresentação do novo ambiente a prefeitura organizou a seguinte programação para os dias 06 e 07 desse mês, “show pirotécnico, shows de artistas locais, abertura da intendência e do centro multicultural, exposição de artes plásticas e exibição de vídeo arte e documentários” (BOAVISTA.RR.GOV.BR/NOTICIAS, 06/11/2015).

Alguns dias após a inauguração desta etapa foi publicado no portal de notícias da prefeitura uma reportagem exaltando a obra e fazendo alusão ao lugar de memória que o espaço significa.

Era final da tarde, o sol já baixo dava a iluminação necessária para enxergar os vários rostos curiosos que se aglomeravam no berço histórico de Boa Vista. Foi bem ali, aonde a cidade começou, que mais de três mil pessoas viram a Orla Taumanan retomar o seu brilho nessa sexta-feira, 6. Quando a prefeita Teresa Surita acendeu as modernas luzes de Led do complexo turístico e cultural, os boavistenses puderam conferir (sic.) uma orla completamente reformada (BOAVISTA.RR.GOV.BR/NOTICIAS, 09/11/2015)

Ao longo da construção da Orla Taumanan e suas posteriores modificações no decorrer dos anos pode-se acompanhar, em memorandos do governo e nas publicações de jornais, que as disputas pela memória patrimonial entre o governo municipal e estadual permaneceram constantes.

Um dos documentos que evidência os campos de disputa entre agentes do estado e do município, é o memorando de n.º 52/2015, enviado pelo secretário interino de Estado da Cultura, senhor Ronilson Moura Cavalcante, ao Departamento de Patrimônio Cultural do Estado de Roraima, no qual solicitava o tombamento estadual do muro do rio Branco, uma vez que este ato administrativo estava subordinado ao município. Nesse documento foram apresentadas justificativas para tal medida, uma delas era destruição de bens históricos na região da Orla:

É lamentável que com a construção da Orla Taumanã (sic.), linda, porém iniciada em um lugar errado, sumiu o porto da intendência como era conhecido. Quando foi feito uma rampa de cimento (concreto), passou a chamar-se de “Porto de Cimento”. Porto este que representava o umbigo da cidade, pois era onde atracavam todas as embarcações, o que na época das cheias (chuvas), as grandes embarcações e balsas vindas de Manaus, passavam dias, as vezes semanas atracadas, ocasionando um ponto turístico. Com a construção da Orla, foi tirada também a procissão de São Pedro em 29/06, que era iniciada nesse local, ao som da banda municipal, com

termino no Porto de São Pedro (MEMO Nº 52/2015/GABINETE DO SECRETÁRIO AJUNTO/SECULT, 2015, fl 8).

O campo da memória social é uma área de permanentes conflitos, como já havia considerado Michael Pollak (1989). Assim, as discordâncias e críticas entre o município e governo ainda permaneceram, e isso foi visível quando tive acesso aos jornais locais e no momento que entrevistei a atual chefe da Divisão do Patrimônio Histórico do Estado de Roraima, dona Maria Meire Saraiva Lima. Um exemplo dessas disputas de memória tendo o patrimônio como elemento, foi observado na fala de Maria, quando ela citou o seu trabalho:

Porque eu gosto dessa história e também quero trazer para o público, principalmente para os estudantes que fazem seus trabalhos sobre esses temas, para que esses temas não morram, porque a nossa história está acabando. Até porque a gente tem uma prefeita aí que faz questão de tirar tudo o que é antigo da cidade, ela está descaracterizando toda a cidade na parte de construções, de tudo isso daí (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

Outro elemento da narrativa de Maria, que representa bem essa questão do conflito entre a gestão do município e do governo, foi quando ela enfatizou que o projeto da Orla não passou pelo crivo da representação estadual:

Então, a mesma coisa foi na Orla quando ela foi fazer, a gente pediu o projeto, queria saber do projeto, porque ela ia fazer, de onde iria começar para que a gente pudesse dar um direcionamento, até porque eu sou do conselho estadual de cultura, também sou presidente da câmara de patrimônio histórico, mas o pessoal não ligou muito para a gente, parecia que a gente era, sabe? (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

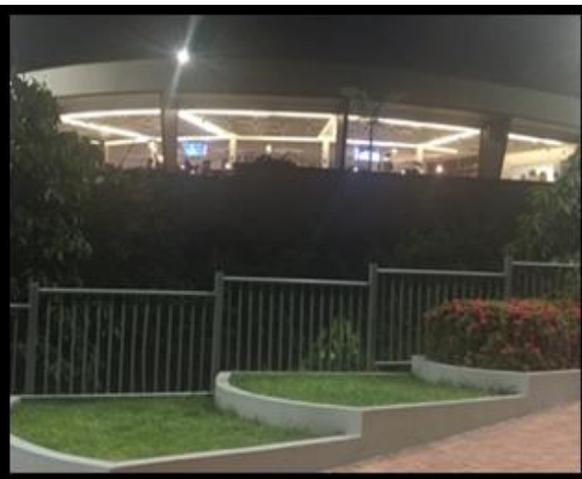
Disputas políticas à parte é preciso lembrar que no desígnio de construir lugares para o mercado, a prefeitura deu pouca importância à dimensão simbólica que aquele lugar tinha para as pessoas. A construção do Riu Restaurante, por exemplo, põe em cena uma visão do rio Branco de vitrine, separando os seus frequentadores do rio, como se observa na foto 41.

Assim, ao tratar desse lugar de memória, transformado em mercadoria, podemos pensar, a exemplo da pesquisa de Arjun Appadurai (2008, p. 78), que “a política é o que vincula valor e troca na vida social das mercadorias”.

Foto 40 – Entrada do Riu Restaurante.



Foto 41 – Janelas do Riu Restaurante.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 11/01/2018. Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 21/07/2018.

Para compreender se a construção da orla efetivamente impulsionou o turismo, busquei também questionar os moradores e trabalhadores daquela área sobre o assunto. Desse modo, estes confirmaram que gerou um aumento do público de fora⁵⁵ nessa região, mas ao mesmo tempo, tornou a área perigosa:

Teve, não deixou de ter, não vou mentir, não deixou de ter, mas essa parte daqui de baixo funciona menos do que a parte de cima, entendeu! A parte de cima ficou mais movimentada. Vem muita gente, agora vem mais pessoas de fora para cá, de pessoas que vem conhecer. Aqui em baixo não posso te dizer se foi bem mais porque aqui quase não funciona, tem a sorveteria “dois 90 gelateria” e tem dois bares que funcionam, mas assim é gato pingado aqui em baixo. Agora lá em cima funciona bem. E olha que o rapaz daqui de baixo ele põe música ao vivo, coloca pagode, sertanejo, tem o dia do sertanejo, tem o dia do pagode, mas não vem gente. Eu até gosto que durante a semana, só segunda-feira que não. Quando tem gente ele fica até uma hora da manhã, aí eu fico mais tranquila, porque qualquer coisa eu grito (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019).

Nas narrativas das entrevistadas também ficou evidente que as mudanças paisagísticas para atender a demanda do turismo não foram o problema. Para elas o

⁵⁵ A entrevistada usou o termo pessoas de fora para explicar o aumento de turistas na Orla Taumanan.

motivo de insatisfação é a falta de uma estrutura que lembre o antigo Porto de Cimento, considerado por elas como “lugares de memória”.

Olha, deixa eu te falar. É uma obra bonita? É, não deixa de ser uma obra bonita, mas assim atrapalhou tudo aqui a nossa visão. Ela não se empenhou em fazer pelo menos um mini Porto de Cimento para lembrar o que tinha antigamente e arrumar a Orla aqui em baixo, estruturando. Ficou horrível (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019).

Por falas como a de Hildete (2019), que sugeria a construção de um mini Porto de Cimento naquela região da orla, e por outras conversas que tive com os moradores e trabalhadores dessa localidade, observou-se que para os grupos investigados, os bens materiais tem muito significado na paisagem, e mesmo acolhendo as mudanças nela, os indivíduos necessitam de um sistema de signos que os fazem rememorar o seu passado, para então acolher as modificações que se impõem.

Além de expressar seu descontentamento com a estrutura Orla, essa moradora expressou que o local não está seguro. Nos dois encontros que tive com a dona da residência, antes da entrevista, percebi que ela estava sempre preocupada e apreensiva ao abrir a porta da sua casa para me receber. No entanto, só compreendi o seu comportamento quando esta relatou que a região ficou muito perigosa após a construção da Orla:

Como essa casa é tombada como patrimônio, a gente queria que a Teresa a comprasse. Porque com a construção dessa orla isso aqui ficou muito perigoso. Tanto que quando você veio naquele dia, eu fiquei com medo de você ficar aí. É muito perigoso, é muita droga que vendem aí embaixo. Meu Deus! É terrível (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019).

Maria Meire Saraiva Lima (Entrevista realizada em 18/01/2019) também destacou a importância dos bens materiais para a recordação da história local, em nosso encontro ela destacou que a prefeita “deveria ter feito um trabalho destacando aquele cais, com a parte histórica da cidade ...”.

Outra narrativa que evidenciou um descontentamento com a construção da Orla Taumanan, seja por ela ter afetado as dinâmicas realizadas ali, como também por deteriorar a natureza, foi a de Maria Meire Saraiva Lima:

Ela desativou o Porto de Cimento. Já foi lá dar uma olhada, né? O Porto de Cimento ficou por baixo do degrau. Então como vai encostar ali? O que você vai fazer com aquele negócio ali. Então foi uma agressão a natureza fazer aquilo ali, porque a história daquele Porto de Cimento é a coisa mais linda, das pessoas que chegaram por lá, como que chegavam. E de repente ela sem consultar a ninguém fez aquela orla e fez aquele negócio que ficou parecendo uma ponte em cima da orla, alguma coisa assim, que acabou com o cais, com o Porto de Cimento. Então, é com essas coisas assim que a gente fica chateada com a prefeita, porque ela faz essas coisas e não pede opinião das pessoas. Ela deveria pensar assim “Bom, eu resido a pouco tempo aqui, eu não sei como era isso daqui e qual é a importância disso aqui”, mas não, ela faz o que bem quer fazer. Então, é isso aí que a gente acha que é (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

No excerto acima, vemos a crítica que a entrevistada fez aos políticos que não vivem há muito tempo na região, e decidem, sem uma consulta pública, sobre as intervenções que acontecem no centro histórico. Durante o campo, esse foi um discurso comum entre os moradores mais antigos da cidade.

Petita Brasil, por vezes destacava em nossas conversas que as mudanças na paisagem têm relação com a falta de ligação das pessoas que estão administrando os órgãos públicos com a terra. Nesse sentido, destaco uma de suas falas sobre esse tema. “Ora, mas veja só como é que pode respeitar se não tem nenhuma ligação afetiva com a terra. A mãe terra chora, eu choro, eu choro” (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019). Ela igualmente, relatou, muito emocionada, que a construção da Orla foi um crime ambiental:

Mas eu quero voltar a orla, que foi um crime, isso você pode pesquisar que você vai achar o código de postura, está lá na secretária de obras, está lá, deve estar pela prefeitura pela EMHUR (Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional). Não pode construir, a não ser com tantos metros de distância da margem do rio! A orla adentrou, invadiu o nosso Quequene [nome conferido ao rio Branco pelos indígenas da região]. Criminosos! (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019, grifo da autora).

A mesma chegou a mencionar em sua entrevista as catástrofes que ocorreram após a edificação da Orla Taumanan. Além disso, relatou que antes desta construção, existia um porto vivo naquele espaço do rio Branco, onde as pessoas de diferentes regiões da cidade se encontravam:

Depois que a orla foi edificada, já morreu muitas crianças, adolescente, inclusive adultos até morreram. Porque? Não há uma consciência. Claro que criança é criança, e não vai mudar nunca. E quando o rio começa a encher, ele também tem muitos resíduos do lavrado, árvores que vão desbarrancando com a enchente. E eles sobem na orla para pular lá de cima sem nenhuma consciência e morre afogado. Então, a orla é, não sei qual foi o benefício, a não ser se for para se projetar enquanto administrador municipal. Isso nos doeu muito, porque dia de domingo, começava sábado a tarde, porque sábado sempre a tarde já está tudo fechado, menina era uma romaria, as pessoas vinham aí para tomar banho. No domingo, toda essa parte aqui do São Vicente, aliás, o pessoal vinha lá do Nova Cidade, lá do Pintolândia, só para ver o rio. Então, ele era um porto, vou retornar a repetir para você, ele era um porto vivo. E toda a cidade que se preza tem um porto, Boa Vista tinha um porto, que mataram, nós não temos porto, observe que nós não temos porto (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).

Nas conversas que tive com as pessoas que vivem a mais tempo na cidade, observei a insistência dessas em lembrar a importância da utilização do local antes da construção da Orla Taumanan, seja da relação das pessoas com o rio ou dos espaços significativos que foram marcos para esses na história do estado, como por exemplo, o caminho de chegada dos colonizadores. Essas falas tinham sempre o teor de recordar o desrespeito dos gestores, para com a memória local:

Eu acho que ela deveria ter levado isso em consideração em respeito aos moradores. Ali tinha umas casas de pessoas que faziam parte dessa história, que queiramos ou não, mas faziam parte da história daquela época. Tem uma casa ali que foi construída em 1892, na época da construção da matriz. Então assim, tem uma história, foi por ali que chegou todo mundo, tanto que fizeram aquela praça dos pioneiros e o monumento para homenagear essas pessoas que chegavam por ali naquela quando não tinha nada, que só tinha um caminhozinho que foi feito pelas pessoas que andavam a pé por ali. Tinha só aquele caminhozinho e as pessoas desembarcavam ali, subiam aquilo ali, subiam pelo Porto de Cimento. Então, assim, teve toda uma história, para ela acabar assim de repente. Então, foi isso que eu acho (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019)

Os lugares de memória são lugares onde as memórias e identidades adquirem expressividade perante a sociedade, destruir um objeto de memória é um ato de destruição do passado (NORA, 1993), bem como dos referenciais simbólicos

de pertença. Desse modo, a fala de Maria nos lembra muito bem as discussões de Nora, na medida que aquele espaço simbolizava muito para determinados moradores dessa região, como vemos em suas narrativas.

Na fala de Maria Meire Saraiva Lima, também se percebeu o quanto ela prioriza a referência material desse momento da história. Assim, quando ela mencionou em nosso encontro sobre a importância desses lugares de memória para compreender, lembrar e pensar sobre esse período, ela parece ecoar Halbwachs quando ele afirma que precisamos “passar de novo [no local] refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo etc.” (HALBWACHS, 2003, p. 53, grifo da autora).

Essas edificações simbolizam para esses moradores um passado que não se quer esquecer, e eles gostariam, como podemos ver em suas falas, que existisse ao menos uma estrutura que continuasse simbolizando seu passado. Nesse sentido, a abordagem realizada por Pierre Nora, no texto “Entre Memória e História – a problemática dos lugares” define bem o conceito de lugares de memória:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 12-13).

A próxima narrativa também evidencia uma resistência em aceitar a construção da Orla Taumanan naquele espaço. Em uma das falas de dona Petita Brasil, esta menciona que no período de 2011 quando o município enfrentou um período de fortes chuvas, chegando a alagar boa parte da cidade, ela e outras

pessoas torciam para que a Orla caísse, para que o Porto de Cimento pudesse existir novamente:

Então, voltando a Orla, e mais grave ainda, não sei se alguém já te falou (risos). Aí meu deus do céu! Não tiveram a preocupação de fazer um estudo mais aprofundado com relação a vazão de água. Em 2011 a água veio aqui na ponta da minha calçada. A água lavou, passou por cima do piso, mais ou menos uns 50 centímetros ou mais. Ah, e você quer saber de uma coisa, na frente da minha casa todos os dias reunia mais de 40, 50 pessoas, e até traziam as cadeiras deles, torcendo para que a água levasse essa ponta da Orla, do porto (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).

No entanto, também escutei de alguns trabalhadores narrativas que evidenciaram questões positivas do impacto da construção da Orla Taumanan, como o reconhecimento do artesanato roraimense apontado por Kátia Luiza Vieira Campos, professora aposentada e atual presidente do Sindicato de Artesãos de Roraima e coordenadora do Centro de Artesanato.

O roraimense agora está vendo com outros olhos o artesanato, porque o artesanato sempre trabalhou com o turista. O turista que vem atrás de uma lembrancinha. O roraimense vem quando ele vai fazer uma viagem que ele quer levar alguma lembrança, algum disco de vinil, mas do contrário é mais o turista. E a orla deu vida porque antes aqui atrás era uma peixada, uma peixaria, ali do lado também era um box que vendia frutas, mas era muito parado para o centro, muito morto. Foi passando os anos foi morrendo e acabando, e a orla não, além de embelezar deu vida, trouxe pessoas diferentes. As pessoas vêm, comem o peixe daqui, já se deliciam com os olhos, que já vê o artesanato. Então, para a gente foi uma evolução muito grande (Entrevista realizada com Kátia Luiza Vieira Campos, 18/01/2019).

Para essa entrevistada o artesanato passou a ser mais valorizado, mas ainda assim ele não é uma fonte única de renda para esses trabalhadores. “Para o centro foi bom. Mas como eu digo, ainda a gente não pode dizer que vive do artesanato [...]” (Entrevista realizada com Kátia Luiza Vieira Campos, 18/01/2019).

Desse modo, observou-se que ao longo dos anos existiu uma disputa por poder tendo o patrimônio como foco, surgindo aí uma nova configuração cultural no ambiente onde foi construído a Orla Taumanan, movendo para o campo do consumo os sentidos tradicionais da história daquela área. E o significado dessa edificação representou diferentes sentidos: o discurso da perda de lugares de memória, e da

história do estado e da cidade encampado pelos moradores mais antigos; os danos ambientais; embelezamento e turismo.

3.5 Memória social e conflito

Tenho sublinhado ainda que os “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. Nesse sentido, tenho sugerido a possibilidade de pensar o patrimônio em termos etnográficos, analisando-o como um “fato social total”, seguindo a rica noção de Marcel Mauss (2003, p. 185-318), e desnaturalizando seus usos nos modernos “discursos do patrimônio cultural”.

GONÇALVES, 2005.

Observou-se ao longo desse capítulo que o patrimônio edificado tem sido objeto significativo, nas ações de revitalização do centro histórico de Boa Vista desde a década de 1990, no entanto, a preocupação com a memória não tem sido o foco desses. Os discursos desses gestores em relação a necessidade das intervenções urbanísticas nessas áreas degradadas foram justificados para que a sua cidade acompanhasse o cenário global na questão turística.

Desse modo, também foi observado que as práticas como o tombamento e as ações de intervenção no Centro Histórico, se diferem do excerto acima de Gonçalves, no qual busca pensar o patrimônio como um “fato social total”. Na cidade de Boa Vista, o processo de reconhecimento patrimonial tem sido excludente e as ações urbanísticas na área denominada de Centro Histórico tem sido realizadas pelo intuito do embelezamento e para a promoção de grupos políticos. Ou seja, a pluralidade de culturas não foi contemplada no processo de patrimonialização e os gestores públicos não se preocuparam com o diálogo entre as novas edificações com o patrimônio existente.

Assim, também foi acompanhado que as ações de intervenção nessa área provocaram uma modificação dos usos, mas não mudou o padrão residencial das áreas afetadas. Igualmente, observou-se que as atuais modificações paisagísticas

no chamado “berço histórico” de Boa Vista, transformou aquela região em atrativo para o consumo cultural, silenciando boa parte do patrimônio ligado a chegada de frentes de colonização diversas, e a cultura indígena, e facilitou para que micro e megaempresários se instalassem ali com o uso do dinheiro público.

Nessa experiência, notou-se que o poder público municipal conduziu todo esse processo, em constante confronto com o governo estadual e seus aliados. Os conflitos em relação as ações de revitalização reverberaram em ações e interações dos sujeitos, que possuem vinculação com esses lugares de memória.

Por outro lado, observei o empenho de alguns moradores de enquadrar a memória da colonização via patrimônio de pedra e cal. Assim, cabe questionar “até que ponto e para quem as representações patrimoniais constituem referências de pertencimento” (ARANTES, 2009).

Ainda é preciso lembrar que na cidade Boa Vista existem muitos “bens culturais que, apesar de selecionados pelas instituições de preservação, não são apropriados na prática social” (TAMASO, 2007, p. 203), como é o caso da Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller⁵⁶, bem tombado na década de 1990, que está interditado há anos sem nenhuma ocupação, devido ao descaso dos gestores públicos.

Considero legítima a reivindicação dos grupos em preservar os locais de memória, mas é preciso lembrar que esses locais precisam ser apropriados na prática social, e não abandonados como acontece em muitas cidades brasileiras.

No jogo da memória patrimonial, sabemos que ao selecionar determinadas memórias outras são silenciadas, e pelo observado até aqui, prevaleceram as memórias familiares, ligadas com o processo de povoamento pelos brancos, esquecendo a população indígena.

A proposta de penetrar nas práticas sociais desse meio urbano, igualmente, envolveu um desejo que elas sejam analisadas como um elemento imprescindível para a compreensão do universo urbano da cidade de Boa Vista. Talvez “o grande

⁵⁶ Este imóvel fica localizado na Avenida Jaime Brasil, n.º 273, no Centro Histórico de Boa Vista. A edificação foi construída em 1940 para uso residencial de Milton Miranda. Anos após, em 1946, foi adquirida pelo Governador Félix Valois de Araújo, servindo como casa oficial desse e dos governadores dos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima que o sucederam até 1969. Em anos subsequentes passou a abrigar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Na década de 1990, o prédio foi restaurado, e posteriormente tombado pelo governo estadual através do decreto n.º 723 de 09 de maio de 1994, passando a ser utilizado como Casa da Cultura. Em 2010 esse local foi interditado pela defesa civil devido as suas instalações estarem deterioradas e oferecer risco de desabamento.

desafio [é] encontrar o ponto de equilíbrio entre diferentes forças, aspectos simbólicos, econômicos e sócio-ambientais”, como já havia mencionado Arantes (2009, p. 20, grifo da autora).

Compreender uma cidade significa colher fragmentos. E lançar entre eles estranhas pontes, por intermédio das quais seja possível encontrar uma pluralidade de significados (CANEVACCI, 2004, p. 35). Assim, percebeu-se com essas narrativas apresentadas nesse capítulo, a diversidade de significados sobre as modificações na paisagem aqui estudada.

Diante disso, no próximo capítulo contemplaremos como as modificações nas paisagens da região da Orla Taumanan foram interpretadas pela população, e quais são as novas práticas de sociabilidade realizadas nos espaços analisados.

4 A ORLA TAUMANAN E AS NOVAS DINÂMICAS DE SOCIABILIDADE

As análises apresentadas até o momento dessa tese nos mostraram o processo de formação da região onde hoje é a Orla Taumanan, suas sucessivas mudanças e as memórias dos moradores sobre o mesmo, existentes até a construção da Orla Taumanan. Contudo, a partir de agora será evidenciado alguns elementos para pensar a reconfiguração das relações sociais, com base nas novas configurações e transformações na paisagem urbana.

Os espaços apresentam-se como uma variada formação de estilos, envolvida por signos e tráfegos, que são alteradas com o tempo. Objetiva-se, portanto, nesse capítulo compreender como os moradores da cidade de Boa Vista se apropriam do “novo” espaço da região da Orla Taumanan e incorporam os novos significados e usos. Ou seja, buscarei fazer nesse momento uma análise mais voltada e preocupada com as dinâmicas e os processos socioculturais inscritos no novo contexto. Desse modo, apresento o espaço urbano, apoiada em Michel Agier (2008), considerando a relação materialidade e produção simbólica. Nesse viés, procuro mostrar que a dinâmica urbana é, essencialmente, plural.

A recente paisagem urbana, a qual será evidenciada aqui, foi alvo de ações chamadas de revitalização, todavia, as transformações realizadas até o momento não caracterizam um processo de *gentrification*⁵⁷, pois essa área sempre foi ocupada por poucas residências, e seus moradores tem um maior poder aquisitivo.

A região onde está localizada a Orla Taumanan, continua sendo alvo de interesses urbanísticos e imobiliários. Atualmente, apresenta-se sobre essa área um discurso, por parte da prefeitura municipal, de ampliação das ações de revitalização, para um novo contexto, no qual objetiva integrar a área do antigo bairro Caetano Filho, conhecido popularmente como Beiral, à Orla Taumanan. A figura a seguir,

⁵⁷ *Gentrification* é um termo inglês, cuja sua aceção original e atual, na década de 1960, descrevia como uma categoria que representava a transformação de uma área popular em uma região nobre (RUBINO, 2009).

O termo *gentrification* foi e tem sido utilizado por vários autores para designar, de uma forma geral, extensas ações de intervenção urbanísticas em regiões centrais de uma cidade ou de sua região histórica consideradas degradadas (Harvey, 1992; Zukin, 2000; Smith, 1996; Leite, 2001).

Leite (2001), por exemplo, ao analisar o bairro do Recife, situado na cidade de mesmo nome, a partir dos anos noventa do século passado, utilizou esse termo. Na época, usou *gentrification* para mostrar um processo em que às iniciativas econômicas escolheram um determinado espaço central da cidade para transformá-lo em área de investimento privado e público.

desse modo, mostra uma prévia do projeto que interliga esses espaços e prevê ações de intervenção urbanística no Beiral.

Figura 6 – Prévia do projeto de revitalização.



Fonte: G1 RORAIMA. Prefeitura de Boa Vista divulga prévia de projeto de revitalização do 'Beiral'. Boa Vista, 14/07/2017. Foto: Prefeitura/Divulgação. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeitura-de-boa-vista-divulga-previa-de-projeto-de-revitalizacao-do-beiral.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2020.

No final do ano de 2017, a prefeitura, após uma negociação conturbada com os moradores do Bairro Caetano Filho, deu início ao processo de demolição das casas desse local. Durante a negociação aconteceram diversas manifestações de moradores, insatisfeitos com a desapropriação de suas casas.

Sobre essa nova conjuntura, pode-se apenas afirmar que atualmente já foi elaborado um projeto de ampliação da Orla, obtidos recursos e as casas do conhecido Beiral já foram retiradas do local. Tal processo se encaminha para *gentrification*, pois na região na qual está sendo realizada a intervenção urbanística vivia uma população mais pobre da cidade.

Apesar desse tema ser relevante para a discussão sobre as relações que permeiam o espaço urbano, esse assunto não será tratado aqui por ser um processo recente na região e não fazer parte da proposta de análise dessa tese. No entanto, fica essa reflexão para que no futuro ela possa ser objeto de estudo para outros pesquisadores.

Retomando a discussão aqui proposta, é importante destacar que tais análises referentes a apropriação e o sentido que esses sujeitos conferem a nova paisagem, representam um ensejo para se estabelecer novos olhares, no qual pode-se identificar novos comportamentos contemporâneos associados a uma antiga estrutura urbana. Desse modo, essas transformações possibilitam reflexões acerca da memória social.

Aqui tomo a referência de Simmel para este momento da tese, pois suas reflexões, datadas do início do século XX, nos permitem pensar sobre as novas relações de sociabilidade contemporâneas. Nesse sentido, cabe ressaltar a atualidade dos assuntos tratados por este autor. Para esse teórico a sociabilidade envolve inúmeras formas de interagir, e está ligada aos interesses das pessoas:

Toda sociabilidade é um símbolo da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil. Porém, é justamente um símbolo da vida cuja imagem se modifica até o ponto em que a distância em relação a vida o exige. Da mesma maneira, para não se mostrar vazia e mentirosa, a arte mais livre, fantástica e distante da cópia de qualquer realidade se nutre de uma relação profunda e fiel com a realidade (SIMMEL, 2006, p. 80).

Assim, para analisar as mudanças de sociabilidade no espaço investigado, sistematizei esse capítulo da seguinte forma: Inicialmente serão apresentados outros contextos de intervenção urbanística em centros históricos brasileiros, para entendermos as dinâmicas dos processos atuais de intervenções em áreas históricas. Na sequência, ressalto as relações que observei no campo, relativas as novas apropriações e atividades realizadas no local. Posteriormente, destaco narrativas de comerciantes e antigos moradores, para mostrar como esses se apropriaram do novo espaço. Por fim, apresento como o turismo tem se apoderado daquela área.

Desse modo, partimos do pressuposto de que a construção desse novo espaço, na beira do rio Branco, é usada de diferentes modos: para a promoção do

turismo envolvendo uma rede que comporta os comerciantes e artesãos, como um lugar para um possível espaço de encontro no qual são constituídas relações utilitárias e pela atuação sensível das pessoas que ali circulam, e onde manifestações culturais são encenadas.

4.1 Reconfigurações da paisagem urbana em Centros Históricos

O capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente requalificados. Dessa forma, o espaço público e a fisionomia das cidades têm sido determinados ou ditados, em grande parte, por estratégias empresariais, que contam com o apoio e o aval estatais.

Otília Arantes, 2000.

Diferentes Centros Históricos no Brasil vem passando por diversos processos de intervenção urbanística. As ações nesses espaços buscam novas reapropriações, tanto do mercado como das pessoas, e as áreas que mais sofrem investimentos são locais que possam posteriormente se tornar cartão postal plural da cidade, como muito bem destacou Antônio Arantes (2000).

Essas ações em áreas centrais, que normalmente estão em processo de deterioração, são chamadas pelo poder público, na maioria das capitais brasileiras, de projetos de recuperação ou revitalização. Determinados processos são movidos pela expectativa de capitalização que o investimento pode gerar.

Diante desse contexto, apresento aqui um panorama geral dos resultados das pesquisas sobre essas intervenções em centros históricos; um resumo do que tem em comum, e aspectos específicos em que diferem na medida em que se relacionam com meu próprio trabalho.

A paisagem urbana modificada tem redefinido o significado social desses espaços. Desse modo, esse novo cenário proporcionou a formulação de questões que deu suporte à formação de um importante campo de pesquisa. Existe uma preocupação por parte de diversos autores, de diferentes áreas, em interpretar os mecanismos de alteração da paisagem da cidade, os deslocamentos urbanos,

impactos sensíveis dessas alterações, e as novas dinâmicas socioespaciais e economias locais.

Na medida em que esses centros vão sendo modificados, são alteradas tanto o substrato físico como os bens patrimoniais dessas áreas. O contraditório nesse processo é que em todos esses projetos é visível um discurso elaborado pelo poder público relacionado a valorização do patrimônio de tais regiões, especialmente vinculado a preservar a história da população para as futuras gerações. No entanto, sabemos que esses não visam fins que tenham exclusivamente a ver com a preservação da memória social, mas sim, com a demanda do mercado.

No Brasil, por exemplo, os projetos de intervenção em Centros Históricos, são bem recentes, realizadas a partir das décadas de 1980 e 1990, especialmente nas capitais brasileiras, como no Recife Antigo (PE), no Pelourinho em Salvador (BA), no Centro Histórico de São Luís (MA), no Centro Histórico de João Pessoa (PB), Manaus (AM) e Belém (PA). Além disso, essas ações são categorizadas de diversas formas pelos teóricos, como: revitalização, recuperação, restauração, requalificação, reabilitação e *gentrification*.

Sobre esses processos, em Recife temos os trabalhos de Júlia Morim de Melo (2003) e de Rogerio Proença de Sousa Leite (2001). O primeiro, como já apontado na introdução dessa tese, se propôs a analisar o processo de revitalização do bairro do Recife examinando como as alterações interferiram na vida cotidiana das pessoas. Já o segundo trata das modificações no espaço público, usando o caso do Bairro do Recife Antigo para discutir as relações entre políticas de *gentrification* e as práticas de preservação do patrimônio no Brasil. Este último trabalho mostrou o processo de deslocalização e realocação de sentidos no bairro do Recife, a partir das políticas desenvolvidas no local que alteraram aquela paisagem e delimitaram novas formas de inserção e exclusão social. Para tal reflexão o autor discorreu sobre três períodos marcantes na localidade: O primeiro foi sobre as obras de João Maurício de Nassau-Siegen, no século XVII. O segundo foram as reformas de seu bairro portuário em 1910, que fomentaram a imagem de uma cidade moderna. Por fim, o processo de revitalização,⁵⁸ na década de 1990, que resultou na expulsão da população que habitava na Rua Bom Jesus, cuja recuperação foi pioneira tornando esta via o exemplo paradigmático do projeto.

⁵⁸ Segundo o autor, essa revitalização gerou um dos processos mais expressivos de *gentrification* do país.

Assim, essas duas pesquisas sobre o bairro do Recife Antigo, enfatizaram o enobrecimento, expulsão dos moradores, a reinvenção e significação do lugar. Elas abordaram algumas dimensões de perdas, assim como o caso do processo de construção da Orla Taumanan. Na cidade de Boa Vista nesse último caso não mexeu com as pessoas, mas deslocou e afetou seus rituais.

As diferentes intervenções realizadas no Pelourinho, Salvador (BA), também foram analisadas por diversos autores. Uma das pesquisadoras a estudar esse tema foi a historiadora Sílvia Helena Zanirato (2007). Ela analisou alguns processos de “recuperação” dessa localidade ocorridos entre 1992 e 1993. Nesse estudo ela concluiu que: nesse momento o patrimônio edificado foi privilegiado em detrimento do social e os moradores não participaram desse processo.

Daniel de Albuquerque Ribeiro (2014), também se dedicou ao estudo do Pelourinho. Seu artigo, analisou o processo de *gentrification* ocorrido nesse local, a partir de 1991, período de execução do Programa de Recuperação do Centro Histórico. Nesse texto, Ribeiro (2014) mostrou que os moradores mais pobres do Pelourinho foram expulsos para a implementação de um projeto turístico, que atendesse as classes médias e altas.

O processo de intervenção no Pelourinho também foi brevemente analisado por Funari e Pelegrini (2009). Ao avaliarem as políticas de preservação no Brasil a partir de 1990, enfatizaram que essas ações provocaram, por vezes, a exclusão da população residente nesses locais. Além disso, destacaram que esses projetos objetivaram a diminuição nos gastos com recursos públicos, no entanto, não tiveram o cuidado com questões que envolviam políticas ambientais e habitacionais (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Em João Pessoa temos diversos trabalhos que analisaram o processo de intervenção urbanística no centro Histórico dessa cidade, entre eles destaco Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia (2004) e Regina Celly Nogueira da Silva (2016).

Scocuglia (2004), tratou do desenvolvimento do projeto recente de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987-2002), enfatizando os conflitos nessa ação. Neste trabalho ela concluiu que esses lugares foram alterados em função de um projeto de interesse de grupos específicos, voltado ao consumo⁵⁹.

⁵⁹ Scocuglia (2004), categorizou o processo de revitalização em João Pessoa de *gentrification*.

Ela ainda destacou, que nesses locais foram vistos novos grupos ocupando esses espaços de forma natural e formalizada.

Outra pesquisa sobre João Pessoa, foi a de Regina Celly Nogueira da Silva (2016). Em sua tese, analisou como o processo, iniciado em fins da década de 1980, de revitalização do Centro Histórico, dessa cidade, repercutiu na dinâmica socioespacial do local. Desse modo, tratou de movimentos de resistência organizados por moradores que eram contrários aos projetos que impunham a preservação de uma memória voltada aos interesses mercadológicos. Também abordou as mobilizações e as formas de resistências, das pessoas da comunidade Porto do Capim, para a manutenção de sua permanência na região.

Os processos de intervenção urbana no Centro Histórico da cidade de São Luís (MA) também foram objeto de análises. Um dos pesquisadores que discutiu esse assunto foi Tarcísio R. Botelho (2005)⁶⁰. Sua análise envolveu três pontos: as ações de revitalização projetadas no centro histórico dessa cidade, os atuais usos desses espaços e a atual insegurança da população empobrecida que vive ali.

Na apresentação dos projetos de revitalização esse autor enfatizou que esta região passou por diversas ações de recuperação a partir do início 1980, idealizados pelos governos estaduais. A participação do município, segundo ele, é mais recente nesses processos, em meados da década 1990. Em sua análise, destacou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, Projeto Praia Grande, Projeto Piloto de Habitação e Projeto Reviver. Além disso, mostrou a ocupação desses locais durante o dia e a noite. E por fim, enfatizou as ameaças que os atuais moradores mais pobres⁶¹ sentem. Nessa discussão, Botelho (2005) explica que a insegurança é derivada da ampliação das ações de intervenção na localidade, sobretudo porque a população mais pobre tem sido deslocada para regiões periféricas e distantes de seus trabalhos.

Outro pesquisador que estudou sobre o Centro Histórico de São Luís (MA) foi Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès (2006). Nesse trabalho ele fez uma apresentação e análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, iniciado a partir de 1979, sob o enfoque da

⁶⁰ Esse autor também analisou as experiências de intervenção urbanística nos centros urbanos de Vitória e Fortaleza.

⁶¹ Com os anos as edificações históricas da região foram abandonadas pela classe média e foram ocupadas por uma população mais empobrecida.

Conservação Urbana Integrada.⁶² Para isso, Andrès (2006) destacou todos os itens desse modelo e avaliou se elas foram contempladas em São Luís. Assim, mostrou que o programa precisa ser mais eficiente no monitoramento e controle das ações implementadas, e necessita de maiores investimentos do setor privado⁶³.

Entre os processos de alterações paisagísticas dos centros históricos dos estados do Norte, destaco Manaus (AM) e Belém (PA). Nessas capitais, as investigações sobre essa temática são recentes, desse modo, foram encontradas poucas pesquisas que tratavam sobre o assunto.

Em Manaus, a tese “Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no Centro Histórico de Manaus”, de Maria Evany do Nascimento, foi uma das pesquisas que tratou sobre essa temática. Nesse trabalho a autora apontou que uma das alterações mais significativas na paisagem do centro histórico dessa cidade foi entre os anos de 1997 a 2012. Esse processo foi qualificado pelos gestores públicos como revitalização, segundo Nascimento (2014). Ainda sobre o período, ela destacou que o ano de 1997 foi marcado pela criação da Secretaria de Cultura do Estado, e pela tentativa de trazer nesse processo, os elementos (materiais e simbólicos) da Belle Époque. Outro fator interessante apontado foi que os bens tombados na década de 1980, evocam o período da borracha. O uso e as funções desse espaço público geraram diversos conflitos, entre Prefeitura, Governo do Estado e Iphan, especialmente no ano de 2012. Nesse ano o centro histórico de Manaus foi tombado pelo IPHAN. O evento da copa de 2014, também foi uma oportunidade para os gestores públicos na cidade de Manaus, justificarem as modificações, que já aconteciam.

Outro texto que tocou nas questões que envolvem intervenções urbanísticas foi o artigo “Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “despossessão” de bens materiais e simbólicos”, de Maria de Jesus Morais e Raquel Duarte Venturato (2013). Nesse trabalho elas destacaram as mudanças paisagísticas empreendidas pelo poder público na última década (1990), nas cidades de Rio Branco (AC) e Manaus (AM), especialmente em

⁶² Este método de conservação teve origem no urbanismo italiano dos anos de 1970, a partir da experiência de reabilitação do centro da cidade de Bolonha. Nesse plano as alterações urbanas não poderiam desconsiderar o ambiente já construído e suas dinâmicas e necessidades (ZANCHETTI, 2003).

⁶³ Para maiores esclarecimentos sobre os processos de intervenção urbana no centro histórico da cidade de São Luís, cf. também o estudo de John Ulrich Gisiger (1978), que trata da renovação urbana da Praia Grande.

áreas de igarapés que margeiam o centro, que caracterizam um amplo processo de requalificação urbana. Nessas cidades existe uma produção discursiva em relação a vulnerabilidade da população nessa região. Nesse trabalho foi destacado que as ações de revitalizações no patrimônio histórico cultural da cidade de Rio Branco, aconteceram na década de 1990, e nesse processo o discurso de resgatar a memória, identidade e cultural local, foi usado pelo poder público para justificar tais intervenções. Segundo Moraes e Venturato (2013), esses atos foram realizados mediante parcerias entre governo federal, estadual e municipal, e nessas alterações foram inseridos elementos do extrativismo da castanha-do-brasil e borracha.

Em Belém a área que foi denominada como Centro Histórico de Belém é composta pelo aglomerado urbano dos bairros Cidade Velha e Campina, local que foi tombado em 1994 pelo poder público municipal e em 2012 no nível federal. Sobre essa cidade existem alguns estudos específicos, como a análise feita por Priscilla R. Camargo Ferreira (2015), sobre o bairro “Cidade Velha”. Esse bairro central da capital do Pará, ao contrário de outras metrópoles brasileiras movimentadas e formadas por uma zona comercial, prédios históricos e algumas habitações; é formado por uma área residencial, que pode ser considerado um bairro de classe média. Essa pesquisadora ao destacar esse caso, especificou que o Partido da Social Democracia (PSDB) fez um amplo investimento em ações de enobrecimento urbano nessa cidade, “realizado através de políticas públicas desenvolvidas entre o final da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI” (FERREIRA, 2015, p.74). O objetivo desses atos, segundo essa autora, era fomentar o turismo e sua receita.

Outra pesquisa que tratou sobre a região do “Centro Histórico” na cidade de Belém, foi a dissertação intitulada “Intervenção no Centro histórico e a reorganização sócio-espacial do Bairro da Cidade Velha – Belém/PA”, de Lilian Simone Amorim Brito. Para essa análise, Brito (2007) abordou as intervenções realizadas entre os anos de 1994 a 2006. Assim, avaliou as ações na Praça Frei Caetano Brandão e no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, feitas pelo Programa Monumenta, no Bairro Cidade Velha, e executados pela prefeitura municipal; e ações intervencionistas efetivadas no Complexo Lusitânia sobre encargo do âmbito estadual. A autora buscou compreender o processo de intervenção e apropriação sócio-espacial nesse bairro a partir desses atos. Ela chegou à conclusão que as obras na esfera estadual centraram-se em um “Planejamento Conservador”, sendo o Estado o único

responsável pela elaboração e execução das intervenções, não havendo a participação ou envolvimento dos moradores ou trabalhadores do bairro, e essas foram baseadas pensando na recuperação do mercado do turismo. Em relação as medidas tomadas pelo município, esta pesquisa mostrou que elas foram fundamentadas em um “Planejamento Progressista”, onde foi observado a presença popular em eventos promovidos pelo município e reuniões de moradores.

Com esses diferentes casos sobre centros históricos brasileiros destacados até aqui, conseguimos ver que as pessoas, que dão sentido a diversidade social e cultural nesses locais, estão sendo forçadas a sair de suas casas ou pequenas lojas.

Nós todos gostamos de diversidade social e cultural, mas as pessoas que personificam esse valor abstrato estão perdendo os espaços urbanos – as esquinas, as pequenas lojas familiares, os apartamentos de valor acessível –, onde culturas diferentes são reproduzidas (ZUKIN, 2014, p. 12).

Em Boa Vista esse cenário, discutido até aqui, tem semelhanças em termos da forma de tomar decisões políticas sem a participação da população, porém os propósitos arquitetônicos não visaram manter o que havia antes, mas sim demolir para construir novas edificações. A área do seu Centro Histórico que sofreu maior investimento foi o espaço na beira do rio Branco, onde foi construída a Orla Taumanan, e que é usada como um dos cartões postais da cidade.

Acredita-se que mudanças paisagísticas em um complexo urbano devem ser pensadas para além da melhoria dos equipamentos urbanos, pois a cidade ultrapassa a discussão de pedra e cal; ela se constitui pela materialidade, mas também por uma rede de relações intersubjetivas, que tocam o campo simbólico.

Sabemos que a contemporaneidade é marcada pela diversidade cultural. Desse modo, os projetos de intervenção, em qualquer contexto urbano deve pensar na diversidade, e na rede de relações que perpassa o uso do lugar e a pertença.

Assim, após uma apresentação das ações de intervenção urbanística realizadas em algumas cidades brasileiras, as quais tiveram repercussão relativamente grande no debate acadêmico, passo a partir de agora a apresentar experiências vividas cotidiana e ritualmente em uma região do centro histórico de Boa Vista, com vistas a analisar a relação da população local com este espaço da cidade.

4.2 Espaço público e sociabilidade: as relações observadas no campo

É difícil pensar em alterações da paisagem urbana sem que façamos um debate acerca da reorganização das relações sociais. Ao analisar a convivência social, seja de um indivíduo ou grupo, é pertinente refletirmos sobre diversos pontos, tais como: As relações sociais estabelecidas diariamente; sobre a escolha de seus vínculos nesse ambiente; como as pessoas relacionam-se entre si e com este novo espaço. Questões essas que nos permite pensar de uma maneira mais geral sobre como essas se colocam nesse espaço urbano, circulam nele, e usam seus equipamentos.

Entender as nuances de um processo recente de reconfiguração do uso de um espaço de convivência da população local me parece tanto oportuno como complexa, pois as tradições são criadas e recriadas ao longo dos anos, e passamos por um período de difíceis repovoamentos, onde diferentes conflitos, sejam raciais, de classe ou de gênero, emergem.

Durante o campo registrei em meu diário os detalhes que observava da nova configuração e cotidiano desse espaço; e quem eram as pessoas que estavam usufruindo desse ambiente. Desse modo, poucos dias após a minha instalação na cidade, em 08 de janeiro de 2018, para iniciar o trabalho do campo, já percebi, enquanto andava pela Orla Taumanan, que havia uma estrutura que não estava presente em outubro de 2016, último período que estive em Boa Vista. O novo prédio era o “Riu Restaurante”.

Assim, quando fui fazer as primeiras observações e registros sobre o campo, para o desenvolvimento dessa tese, tive uma sensação de estranhamento com o ambiente da Orla Taumanan, já que a paisagem que eu conhecia do lugar diferia daquele visto nesse momento. Essa estranheza foi essencialmente pela imponente edificação do Riu Restaurante (Foto 25), que fora inaugurado em agosto de 2017, e cuja estrutura é marcada pela arquitetura contemporânea. Ao chegar na região tive a sensação de estar em outra área da cidade, pois aquele novo estabelecimento comercial era diferente do anterior, composto por uma peixaria (Foto 24) com uma estrutura rústica e simples, especializada em pratos à base de peixe, comida mais consumida no estado.

Foto 42 – Restaurante e Peixada Ver o Rio.



Fonte: BADE, Cristiane. Data: 20/11/2011.

Com a demolição da peixada Ver o Rio, notou-se que a região da orla do rio Branco passou por aquilo que Arjun Appadurai (2008, p. 45) considerou como “desvios de mercadoria de suas conexões originais”, intensificando sua mercantilização, as custas de empreendimentos comerciais ligadas a cultura local.

Em um dos momentos do campo resolvi entrar no Riu Restaurante para olhar o movimento e os preços. Ao entrar nesse espaço observei que o lugar estava movimentado, os preços eram altos, e o ambiente era sofisticado com um público de classe média e alta.

Assim, no decurso do campo fui percebendo, especialmente quando entrei no novo restaurante, que este local apesar de ser todo fechado possuía amplas janelas de vidro com vista para o rio Branco, oferecendo assim uma visão privilegiada. Porém, a pergunta que eu me fazia naquele momento era: Quem são as pessoas que podem deslumbrar-se com essa paisagem desse ponto da Orla Taumanan?

Quando pesquisei nos veículos de comunicação online sobre a inauguração do Riu Restaurante, encontrei uma publicação feita no dia 28 de agosto de 2017, no jornal “Roraima emtempo”, que reforçava a visão privilegiada que o local proporcionava ao cliente. Desse modo, notou-se que as formas de apropriação

desse espaço são hierarquizadas porque conferem distinção aos seus frequentadores.

E assim, fui percebendo que esse novo restaurante estabelecia fronteiras sobre o uso da Orla, no qual as pessoas que possuem maiores condições financeiras usam o espaço do Riu Restaurante com uma visão mais privilegiada do rio, por outro lado, quem não tem condições não terá essa oportunidade. Essas paisagens são um texto visível das relações sociais, separando e estratificando atividades e grupos sociais, [...] e reforçando as diferenças (ZUKIN, 2000, p.106).

Assim, observou-se que essa região histórica vem sendo tratada como uma mercadoria cultural. Antonio Arantes, nesse sentido, chamou atenção para essa questão dizendo que o mercado “[...] longe de simplesmente gerar homogeneidade, [...] estimula a geração e a circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença” (ARANTES, 2000, p. 64).

Uma vez que, seguindo a sugestão de Arjun Appadurai (2008), tratamos do processo de transformação de bens culturais em mercadorias, procurando refletir sobre o que esse autor chamou de “mercadoria ecumênica”, ou seja, o processo que envolve produtores, distribuidores e consumidores. É preciso, destacar que nessa nova configuração da paisagem, o mercado não é entendido aqui como um inimigo, ao contrário quando empresas fazem parcerias com a gestão pública com o intuito de contribuir com recursos para a recuperação e preservação de áreas históricas a fim de potencializá-la, o mercado pode ser um aliado do patrimônio.

O problema, desse modo, não foi a dimensão mercadológica em si, na qual são acrescidos valores, mas, também, porque esse mercado não dialogou com patrimônio da região e a população não foi consultada nesses processos de revitalização.

No campo também surgiu outra questão que não esperava, situação que todo pesquisador está sujeito. No caso dessa tese o inesperado foi a forte imigração de venezuelanos para o estado de Roraima, especialmente na cidade de Boa Vista, fator que interferiu na dinâmica da Orla Taumanan.

Nos últimos anos a imigração de venezuelanos para Roraima tem sido expressiva, começando em 2015 e se intensificando em 2017. Desse modo, a cidade que mais recebeu essa demanda populacional foi Boa Vista, por ela ter maiores recursos no Estado. Essa imigração recente é fruto do momento conturbado de enfrentamento de dois grupos políticos da Venezuela, no qual temos de um lado

o governo de Nicolás Maduro e seu grupo político que chegou ao poder em 1999, com Hugo Chávez, e como oposição temos as elites tradicionais que denunciam a gestão de Maduro por perseguição e manipulação das leis para eternizar-se na presidência. Nesse contexto, também temos outros países com interesses intervindo no território dessa nação. Em decorrência desses constantes conflitos, temos um desequilíbrio do estado gerando para a maioria da população a fome e a falta de segurança,⁶⁴ na qual a população venezuelana se vê obrigada a imigrar.

Diante desse novo contexto, procurei compreender quais eram as suas expectativas. Deste modo, notei que para algumas pessoas esta é uma cidade de passagem, na qual vivem determinados dias até seguirem viagem para outros estados brasileiros; alguns acabam se fixando; e outros por não terem condições financeiras para seguir adiante ficam por mais tempo nela.

Durante o campo houve uma redução da população imigrante nessa região. Essa diminuição aconteceu devido ao processo de interiorização de imigrantes venezuelanos para outras áreas do território brasileiro, custeado pelo Governo Federal.

Mesmo com essa condução de Venezuelanos para outros estados brasileiros o número desses imigrantes, que ocupam a Orla Taumanan, ainda é significativo. Em vários momentos do campo tive contato com imigrantes da Venezuela, especialmente quando estava sentada observando. Eles estavam ali e ocupavam os espaços de diferentes perspectivas, alguns usufruindo dos espaços, uns vendendo seus produtos (alimentícios), e outros solicitavam auxílio, pois estavam dias sem comer.

No decorrer do campo conversei com esses imigrantes, e nesses diálogos a maioria expressou que gostava do espaço, pois era um lugar tranquilo, diferente do clima de conflito na qual eles estavam passando no seu país. Em muitos momentos presenciei cenas deles cantando, e de como essa ação contagiava a todos.

Esses imigrantes também mencionaram no decorrer de nossas conversas, que mesmo tendo formações universitárias estavam ali trabalhando informalmente

⁶⁴Com essa informação quero destacar que o país vive um período conturbado, seja pelo viés político como no econômico, e as pessoas diante disso estão vivendo em uma área de confronto e fome, o que tem provocado a imigração. De forma alguma, esta tese procura se posicionar sobre o contexto histórico da Venezuela, mas sim apenas apresentar os fatores que impulsionaram essa imigração para o Brasil. Nesse sentido, é importante ressaltar também que essa conjuntura imigratória é muito significativa, mas para essa pesquisa não será abordada por ser um processo muito recente e não fazer parte do objetivo dessa tese. Para uma leitura mais apurada sobre o assunto cf. BRICENO-LEON, 2006.

para se manterem na cidade, ou ainda seguirem para outros estados brasileiros em busca de emprego e melhores condições de vida.

Outro assunto que desde o princípio se impôs à pesquisa foi o modo com o qual os antigos moradores e comerciantes lidavam com o novo e se colocavam nesse espaço. Para os moradores e alguns comerciantes mais antigos a memória desse espaço, inscrita em seu patrimônio edificado e nas práticas culturais ali realizadas, antes da edificação da orla, foi silenciada. E a paisagem dessa região, para eles, antes da construção desse empreendimento tinha a qualidade de interligar patrimônio material, imaterial e natural de maneira singular, bem como, constituindo a memória pessoal e coletiva devido a diferentes experiências vividas nesse espaço. No entanto, no campo observou-se que acessar o rio Branco e usá-lo para os momentos de lazer, nessa localização, se tornou para estes uma realidade distante com a construção dessa edificação.

Essas construções devoram a paisagem natural que se desenvolveu ao longo do tempo, muitas vezes deslocando povos indígenas, e estabelecem uma nova inserção de lugares "naturais" na economia mundial e na cultura do consumo (ZUKIN, 2000, p.110).

No campo pude acompanhar ao conversar com os antigos moradores e comerciantes que ainda é muito difícil a convivência com o novo panorama ali posto, porque aquela paisagem não lembra o familiar.

Essa nova paisagem, como observado no campo, também aflorou a disputa entre os moradores mais antigos com a prefeita Teresa Surita; e isso, foi visível nas conversas que realizei com esses moradores, e na leitura que fiz dos jornais locais, cujos nomes já destaquei anteriormente. Ou seja, a construção da Orla Taumanan reforçou ainda mais as disputas políticas que já existiam.

Outro fator observado no campo foi o descontentamento da população com a falta de um planejamento relativo ao saneamento básico⁶⁵ no processo de construção da Orla Taumanan. Essas queixas se referiam ao despejo de dejetos no rio Branco. Um dos momentos em que essa questão foi evidente, foi na ocasião em que conversei com Hildete:

⁶⁵ No Brasil o direito a saneamento básico foi instituído na Constituição no ano de 2007, pela Lei n.º 11.445/2007. No entanto, em Boa Vista, assim como em boa parte das cidades brasileiras, ele não está sendo implantado.

E ela que diz que ama tanto Boa Vista, não ama Boa Vista, porque se amasse não tinha acabado com Boa Vista como ela acabou com o Porto de Cimento. Está vendo aquilo ali? É um esgoto onde vai os dejetos todos da orla. Isso no meio do ano, no inverno, que começa a vazar, isso fede que só.

O meu pai se ele fosse vivo, nossa ele teria brigado muito. Não teria conseguido, porque a gente não lutou com eles. Porque com o poder político a gente não consegue, né? Mas ele teria brigado muito.

Eu fui várias vezes no meio ambiente [Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima (FEMACT)] fazer queixa disso, mas nunca foi para frente, porque eles não mandam, pois era a obra da prefeita (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019, grifo da autora).

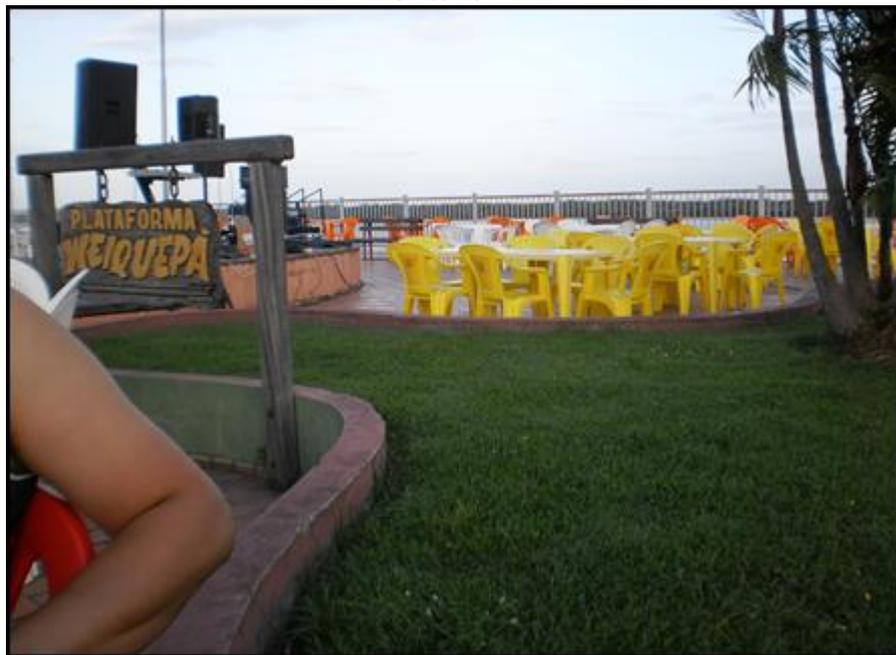
Há de fato por detrás de toda essa disputa, uma reivindicação das famílias de moradores do final do século XIX, que os legados patrimoniais materiais de suas famílias continuem tendo centralidade na história do estado. Para eles as intervenções na região da orla do rio Branco acabaram com um espaço tradicionalmente identificado como um lugar da história roraimense, o Porto de Cimento, no qual suas famílias faziam parte dessa história. Ou seja, para eles a os lugares de memória ligados as suas famílias, e de outras consideradas por estes como “tradicionais” no estado, deveriam continuar existindo apesar das mudanças realizadas.

Lembrando que nesse espaço se realizava uma das mais importantes celebrações religiosas da cidade, a Procissão de São Pedro, e que suas dinâmicas foram deslocadas⁶⁶ por conta desse novo cenário. Além da relação que esses moradores tinham com o rio.

Além disso, fui percebendo que os usos da Orla Taumanan foram sendo reordenados com o passar dos anos, devida as fases de edificação dela. Na primeira fase desse empreendimento os restaurantes usavam mais o espaço das plataformas, o que muitas vezes atrapalhava a circulação do público na parte mais próxima do rio Branco. Já na última etapa de sua construção, o acesso das pessoas na frente da grade que circunda a Orla foi facilitado, pois os restaurantes recuaram no uso do espaço. Além disso, agora existem bancos, para o uso do público em geral, mais próximos a essa grade.

⁶⁶ O conceito de deslocamento, entendido aqui, se refere aos sentidos espacial e simbólico.

Foto 43 – A ocupação dos bares antes da última revitalização da Orla/2011.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 20/11/2011.

As últimas obras realizadas na Orla Taumanan, no ano de 2015, também provocaram mudanças no seu paisagismo. Antes haviam muitos coqueiros, já com essa alteração, estes foram retirados do local.

Outro ponto importante que observei em Boa Vista, são as características específicas dos usos dos espaços públicos no período diurno, que envolvem a sua geografia e clima. Diferente de muitas cidades brasileiras, a localidade possui uma vegetação aberta (do tipo "savana-estépica"), um ecossistema único no Brasil, conhecida localmente como lavrado,⁶⁷ com composição arbórea de palmeiras, buritizeiros, caimbé, e marcada por poucas e espaçadas árvores. Além disso, o seu clima é formado por altas temperaturas ao longo do ano, típico dos estados do Norte. Desse modo, a composição geográfica e climática não favorece a utilização acentuada dos espaços públicos, como praças e ruas, durante o dia. O pouco uso desses espaços durante o dia deve-se também por esses não lhe oferecem um

⁶⁷ A vegetação do lavrado lembra visualmente a do cerrado. No entanto, a vegetação em Roraima tem características próprias, desse modo, para evitar confusões quanto a vegetação da região, Vanzolini & Carvalho (1991) a categorizaram de lavrado.

ambiente coberto. Desse modo, as pessoas utilizam mais esses locais no cair da tarde.

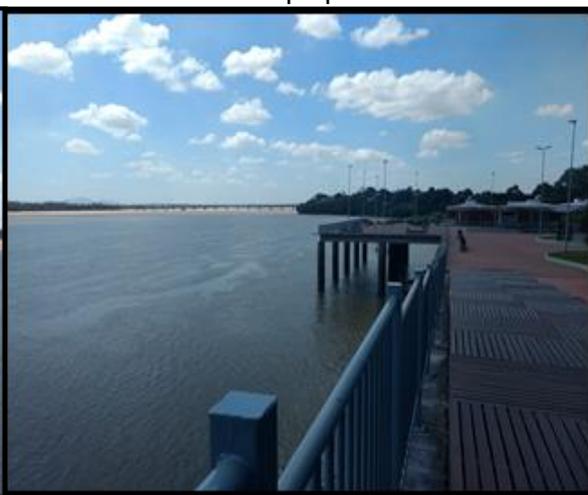
No espaço desse campo não é diferente. No decorrer desse período observei que as dinâmicas durante o dia e a noite são distintas. Durante o dia poucas pessoas ficavam no local, e as raras que estavam procuravam os escassos lugares com sombra para sentar, pois o sol era sempre muito intenso; alguns estavam deitados no gramado. Ou seja, a falta de uma cobertura nesse espaço inibe a permanência fortuita das pessoas durante o dia.

Durante o campo realizei em meu diário e através de fotografias, registros sobre a ausência de locais cobertos para o uso do público em geral. Para termos uma visão dessa realidade, a seguir, apresento imagens feitas no píer da Orla Taumanan, que dão destaque ao caminho para as plataformas Meremê e Weiquepá respectivamente.

Foto 44 – Caminho para a plataforma Meremê.



Foto 45 – Caminho para a plataformas Weiquepá.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 14/01/2018. Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 14/01/2018.

De segunda a sexta-feira, durante o dia, esse espaço, Orla Taumanan, é frequentado de modo mais acentuado por funcionários da prefeitura, responsáveis pela manutenção do espaço, comerciantes, artesãos, funcionários dos bares e restaurantes. No decorrer do campo registrei um desses momentos de manutenção do local durante o dia:

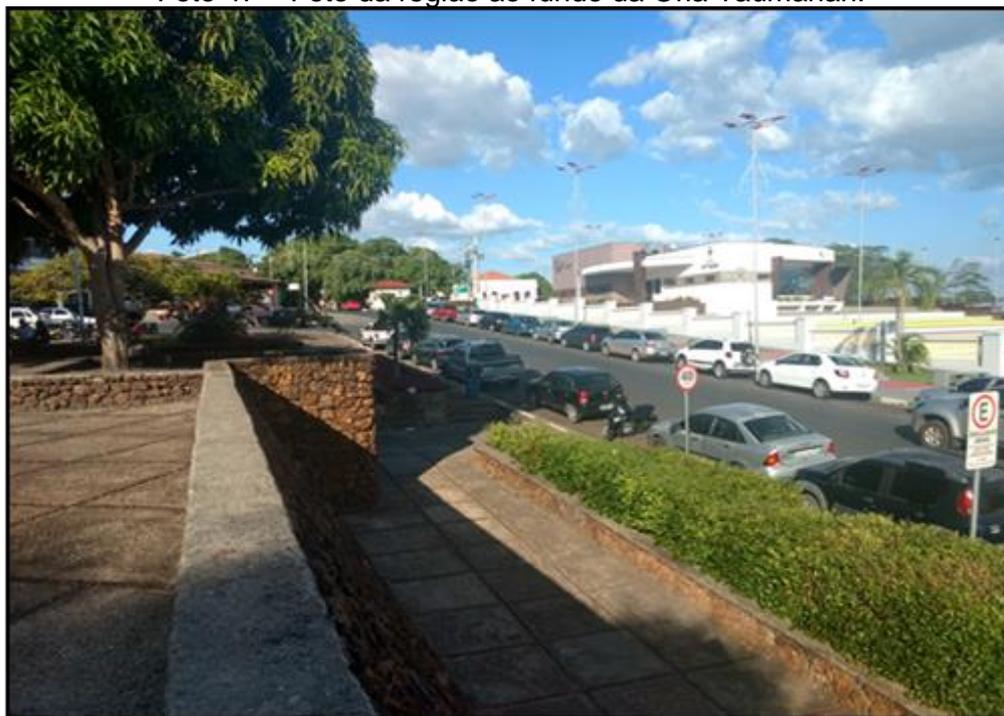
Foto 46 – Manutenção da Orla Taumanan.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 11/01/2018.

No entanto, quem anda nos espaços que ficam ao fundo da Orla Taumanan, constata uma área dinâmica durante o dia. A circulação nos estabelecimentos comerciais, na praça Barreto Leite, no Hospital Lotty Iris e na Clínica Neuroscan movimentam a região durante o dia. A imagem a seguir, composta por um número expressivo de veículos estacionados nessa região, dá uma ideia dessa movimentação nesse período.

Foto 47 – Foto da região ao fundo da Orla Taumanan.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 11/01/2018

Como em Boa Vista o sol é intenso durante o dia, e somente os espaços privados da Orla estão cobertos, a maioria das pessoas começa a chegar para seus momentos de convivência a partir das dezessete horas (17h), período no qual o sol começa a dar uma trégua com o início do pôr do sol, como podemos ver nas fotografias a seguir:

Foto 48 – O entardecer na Orla (Foto A).

Foto 49 – O entardecer na Orla (Foto B).



Fonte: BADE, Cristiane. Fotos: 25/01/2018.

No decorrer da noite, a situação muda na região da Orla Taumanan. No entorno se observa o silêncio e a calma das ruas. Já o local desta análise é deixado pelos responsáveis da manutenção, e passa a ser ocupado por um número maior de pessoas, por volta das vinte horas (20h), estas que desejam utilizar o local para os momentos de lazer ou trabalho.

Em um sábado, em 13 de janeiro de 2018, por volta das vinte horas e trinta minutos (20h:30), quando estava na Orla Taumanan observei outra dinâmica relevante no campo, mesmo que realizada em um número reduzido de pessoas. Nesse momento contemplei uma manifestação da cultura afro-brasileira, através de um grupo de capoeira. Achei interessante a realização dessa prática, que não era muito comum naquele espaço, desse modo, fiz registros fotográficos de tocadores de berimbau e pandeiro, sob a animação de outros capoeiristas.

Foto 50 – Tocadores de berimbau e pandeiro.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 13/01/2018.

Outra questão que sempre me chamou muita atenção no local, desde o período em que fui morar em Boa Vista, foi a ocupação de apenas um quiosque no Centro de Artesanato Adolpho Brasil Filho (Foto 16). Desse modo, em janeiro de 2018, na primeira fase da pesquisa de campo, resolvi olhar os artesanatos e tentar

me aproximar para conversar com a única artesã que trabalha ali para tentar compreender essa questão. Logo de início a questioneei se fazia tempo que trabalhava no local, e ela prontamente disse que nesse quiosque fazia pouco tempo, mas que antes ela trabalhava em um espaço da Orla. Ainda relatou que já fazia uns nove a dez anos que naquela região existe este espaço para a venda de artesanato. Destacou também que estes estavam vazios porque a maioria das artesãs acreditava que a comercialização de seus produtos artesanais seria maior, mas como isso não aconteceu elas foram embora.

Grande parte das artesãs que conversei na região não sobrevive apenas do artesanato, possuem uma aposentadoria ou têm outro trabalho no período de vinte horas (20h). No entanto, todas demonstraram que o seu amor pelo artesanato é o que mantém elas ainda nessa profissão.

É importante lembrar que este espaço está passando por um processo de ressignificação e, agora, não somente está voltada para as práticas culturais da cidade, mas também para receber os turistas. A Orla Taumanan vem sendo enfatizada como um local de “lazer” e para o turismo, com a inauguração de restaurantes e palco de programações culturais. Todo esse processo acarretou uma mudança do público frequentador e dos tipos de comércios que se estabelecem lá.

Um dos fatores dessa mudança de público foi a organização de novas programações culturais nesse espaço. No ano de 2017 foi promovida pela prefeitura, por meio da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura (FETEC), a 1ª edição da Orla Sunset. O formato desse evento reúne diferentes atrativos, desde a presença de vários artistas da música eletrônica, Feirinha de Artesanato e Gastronomia.

A Orla Sunset contou com seis edições, a primeira realizada no dia 04 de setembro de 2017; a segunda em 20 de janeiro de 2018; a terceira em 10 de março de 2018; a quarta em 29 de abril de 2018; a quinta aconteceu em 09 de junho de 2018 e a sexta em 8 de setembro de 2018. Nas seis edições o evento iniciou a partir das dezesseis horas (16h).

Em um dos momentos do campo, mais precisamente, no dia 20 de janeiro de 2018, pude acompanhar a realização da segunda edição desse evento. Nesse dia, essa programação cultural ficou movimentada a partir das dezenove horas (19h). Além do público, estavam presentes pessoas vestidas de personagens de desenhos animados, estes que além de animarem o local, tiravam fotos com quem quisesse

contribuir financeiramente.⁶⁸ No evento também circulavam vendedores de doces, algodão doce e milho verde.

As fotos abaixo fazem parte dos registros que fiz da parte mais baixa da Orla Taumanan, momento em que estava sendo realizado a Orla Sunset. Nessas imagens podemos ver as barracas que fazem parte da Feirinha de Artesanato e Gastronomia, a movimentação do evento, e uma tenda maior onde ficam os DJs locais.

Foto 51 – Feirinha de Artesanato e Gastronomia. Foto 52 – Visão panorâmica do evento.



Fonte: BADE, Cristiane. Foto: 20/01/2018.

A ausência de pessoas mais idosas na circulação desses espaços também é um dado significativo na composição dessa área. Pelo que acompanhamos até aqui, acredito que possivelmente aquele novo cenário não faz mais sentido na história desses sujeitos, o que faz com que esses não venham mais até o local. No entanto, essa ausência pode ser também justificada pela dificuldade na mobilidade e a falta de uma infraestrutura adequada às suas necessidades.

Ainda sobre o campo é relevante destacar que, mesmo tendo ampliado o número de frequentadores na Orla, ainda havia um número baixo de pessoas na circulando por esse local, exceto nos momentos da realização de eventos. No decurso do período diurno era no máximo 25 indivíduos que circulavam naquele espaço por conta de calor, e durante a noite era no máximo 60 pessoas.

⁶⁸ Esses personagens, eram imigrantes venezuelanos que circulavam nos principais espaços públicos da cidade de Boa Vista durante a noite, como a Orla Taumanan e a Praça das Águas.

Esse número reduzido de pessoas está relacionado a diversos fatores, alguns já foram mencionados. Primeiro, com o intenso calor e a falta de locais cobertos, as pessoas acabam não indo com tanta frequência durante o dia. Além disso, são poucas as casas residenciais próximas a esse local. O turismo em Boa Vista também é pequeno, se comparado com outras capitais brasileiras⁶⁹. Além disso, a região da Orla Taumanan é longe em relação aos bairros residenciais, e como são poucos os horários de transporte de ônibus para o local, as pessoas mais pobres dificilmente conseguem chegar até lá.

Por outro lado, em outros locais há maior circulação de pessoas durante a noite. Um desses é a Praça das Águas, espaço que observei na primeira fase do campo.⁷⁰ Esse ambiente é mais frequentado pelos seguintes motivos: Porque tem melhores preços nos bares e restaurantes. O local é rota de transporte coletivo, facilitando o acesso das pessoas a localidade.

Retomando a análise sobre o objeto desse estudo, Orla Taumanan, no campo constatei que os fluxos e as formas de sociabilidade eram diversos. Os turistas adquiriam lembranças no Centro de Artesanato, frequentavam os bares, e tiravam fotos especialmente nas grades próximas ao rio Branco. Alguns venezuelanos estavam naquele espaço para comercializarem produtos variados, uns para práticas de lazer, para outros, aquele local era um abrigo onde passavam a noite. Os moradores da cidade de Boa Vista frequentam o local para os momentos de lazer e para books de casamento. A prática mais recorrente naquele espaço eram os registros fotográficos, momento que configurava um cenário de cartão postal da cidade.

Assim, após destacar as minhas impressões e análises sobre campo, passo a dar voz aos comerciantes que lidam com esse cenário que passa por constantes transformações, seguido da população que reside na proximidade da Orla Taumanan.

⁶⁹ O turismo nessa cidade é pequeno por diversos motivos, que envolvem o deslocamento para a região. Desse modo, os turistas brasileiros têm dois acessos a Roraima, um é pela Rodovia BR-174, que liga Manaus/AM a Boa Vista/RR. O outro é pelo transporte aéreo, esse contendo poucos voos. Além disso, esse último transporte tem uma das tarifas mais caras do Brasil.

⁷⁰ A Praça das Águas era um dos locais que estava sendo analisado nessa tese, mas por motivos que já relatei na introdução, ela não continuou sendo objeto dessa pesquisa. Esse espaço, assim, como a Orla Taumanan, não é muito frequentado durante o dia.

4.3 O cotidiano na Orla Taumanan do ponto de vista dos comerciantes e trabalhadores

A construção da Orla Taumanan, como já foi apontada nessa tese, fez parte de um projeto que buscou potencializar o turismo na região. Desse modo, essa obra fez parte de uma política que estava sendo implementada desde a década de 1990, que objetivava ações de intervenção urbanística no Centro Histórico.

Este espaço alterado é visto pelos comerciantes e trabalhadores “antigos” como um local de lazer da cidade e de memória. A maioria deles acredita que o objetivo da construção da Orla Taumanan era promover ações de intervenção urbana nessa área histórica e promovê-la turisticamente, entretanto, reconhecem que na prática esse empreendimento não valorizou toda a composição histórica da região.

Adriano Jorge Macedo, por exemplo, ao relatar as modificações na margem do rio Branco, enfatizou bem essa questão de potencialização do turismo, mas por outro lado, destacou essa falta de sensibilização ao patrimônio local:

Bem isso aí durou até 2003, quando foi em 2003 foram feitas as remoções, tanto da Peixada do Bigode quanto do Panorama e a sede da Colônia de Pescadores e partir daí foi construída a Orla Taumanan, no ano de 2002 inaugurada no ano de 2004, e foi feita toda essa alteração com mais a construção desse prédio que seria mais ou menos uma réplica da intendência, e que ficou sendo um ponto turístico atrativo para Boa Vista. Com essas alterações, esse pedaço aqui da cidade, considerado como patrimônio histórico e também como um ponto turístico histórico, recebeu um fluxo maior de pessoas, como turistas e os próprios boavistenses, roraimenses que vem a cidade, vem tirar um momento de lazer aqui na Orla Taumanan. Por um lado muito positivo, concordo que foi positivo, por outro lado houve a descaracterização do nosso patrimônio histórico onde era uma área de lazer, onde Boa Vista, que é o nome da nossa cidade com referência a esse prédio aqui, que é hoje o restaurante que eu trabalho, chamado Restaurante Meu Cantinho (Entrevista realizada com Adriano Jorge Macedo, 12/01/2019).

Desse modo, percebi, durante todo o período do campo, um sentimento de ambiguidade sobre a importância da Orla Taumanan. Por um lado, se expressava o sentimento de descontentamento pela descaracterização desse local de memória. Por outro, viu-se um contentamento pelas novas relações de trabalho propiciadas

pela nova configuração do espaço. Sobre essa questão, o entrevistado Adriano Jorge Macedo, destacou:

E então durante muitos anos isso aí caracterizou o nome da cidade. Com essas alterações e construções feitas nessa área, descaracterizou inclusive o nome da cidade Boa Vista, porque hoje não temos nenhuma vista daqui praticamente. E pelo lado cultural a gente teve esse aviltamento, do outro lado, pelo lado da visão comercial, pelo lado da visão econômica, foi benéfico porque a movimentação passou a ser maior, e muitas pessoas passaram a trabalhar aqui também (Entrevista realizada com Adriano Jorge Macedo, 12/01/2019).

No entanto, a questão estética do local foi elogiada pelos trabalhadores do local. Segundo, Kátia Luiza Vieira Campos, presidente do Centro de Artesanato, “a prefeita fez um trabalho muito bonito, digno de aplausos” (Entrevista realizada em 18/01/2019).

Os trabalhadores também destacaram o aumento de turistas e a razão pela qual frequentam o espaço. Segundo esses, os turistas ocupam o local em função de visitarem o Monte Roraima e desejarem levar lembranças do estado; e para vislumbrarem o rio Branco. Essa última colocação foi visível no campo, pois observei muitos turistas, especialmente de Manaus, olhando e fazendo registros fotográficos do rio. Sobre essas questões, apresento um dos registros do meu diário de campo, dia 11 de janeiro de 2018, no qual destaca a minha ida até o Centro de Artesanato e a conversa que tive com uma artesã sobre o perfil das pessoas que fazem compras no local:

Quando cheguei a região da orla, por volta das dezesseis horas e trinta minutos (16h30min), fui até o Centro de Artesanato, e este estava muito movimentado. Logo me dirigi até uma banca, onde havia comprado uma canoa de madeira no ano de 2013, para conversar com a artesã e ver os seus trabalhos. Comecei a dialogar com ela sobre o movimento do dia, e ela respondeu que nesse mês, graças a Deus, ela estava vendendo muito, pois haviam diversos turistas que vão ao Monte Roraima e sempre querem levar lembrança da localidade. Ela ainda ressaltou que outro público muito presente entre os seus clientes são professores que vem fazer concurso no estado.

A maioria das pessoas que trabalham no Centro de Artesanato estão nesse local desde que ele foi inaugurado. E mesmo com todas as dificuldades que

enfrentaram ao longo dos anos, especialmente, com a desvalorização de seu trabalho, demonstravam confiantes na ampliação de suas próximas vendas.

Um dos momentos do campo que ficou bem evidente essa questão de um futuro promissor para o comércio do artesanato, foi no dia 23 de julho de 2018, quando fui ao local e falei com o esposo de uma artesã, que a auxiliava na venda dos produtos. Este disse que era um dos mais jovens que trabalhava ali, e mencionou que a dona Kátia, presidente do Centro de Artesanato, estava pensando em novos projetos para o lugar, e que ele estava esperançoso, acreditando num futuro próspero.

Outra questão manifestada nas conversas com os artesãos foi que o número da comercialização dos artesanatos poderia ser maior se não fossem os poucos voos que existem para a cidade de Boa Vista.

Entretanto, segundo esses trabalhadores, após a construção da Orla Taumanan houve um aumento gradativo na compra do artesanato, tanto por parte dos turistas, como dos moradores da cidade.

Durante as minhas conversas com alguns trabalhadores, também foi relatado aspectos negativos sobre a edificação do Riu Restaurante no espaço da Orla Taumanan. Alguns, relataram que o tamanho desse restaurante tirou toda a circulação de vento da localidade. Além disso, foi apontado que a peixada que existia antes desse restaurante era mais simples e possuía todas as características da região, além de possuir um peixe e comidas deliciosas.

Outros destacaram, que o poder público municipal não deveria ter construído esse estabelecimento comercial para benefício de megaempresários. O empresário Adriano Jorge Macedo (Entrevista realizada com Adriano Jorge Macedo, 12/01/2019), proprietário do restaurante Meu Cantinho desde 1966, foi uma pessoa que destacou seu descontentamento com a edificação desse novo restaurante:

Então, isso aí foi outra alteração que foi feita, e o principal impacto mesmo que eu discordo e discordo até hoje é a construção de obras da prefeitura como esse grande restaurante que está aqui na frente, que não só é desnecessário, como foi um investimento de mais de dois milhões de reais. Esse dinheiro deveria ter sido empregado em outras obras sociais, como creches, escolas, postos de saúde, porque um restaurante aqui não é necessário, eu acho que a prefeitura, a administração pública ela tem que investir na parte de assistência social a quem mais precisa e não a megaempresários que tomam conta de um restaurante desses (Entrevista realizada com Adriano Jorge Macedo, 12/01/2019).

Visto, o ponto de vista dos comerciantes sobre as transformações da paisagem nessa área considerada histórica da cidade, a partir de agora passarei a analisar como as pessoas que moram ali há mais tempo lidaram com essa mudança.

4. 4 A nova paisagem segundo os antigos moradores

Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passa de um brinquedo numa esfera de vidro. [...]. No atlas do seu império, ó Grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas.

Ítalo Calvino, 1998.

Durante o campo, os moradores da região demonstraram que em termos estéticos a estrutura da Orla Taumanan era belíssima, no entanto, fizeram muitas críticas a nova configuração dessa paisagem, especialmente porque nela não existem mais vestígios do passado.

Nesse contexto, notou-se uma defesa desses moradores, da conciliação entre passado e presente na recomposição paisagística do centro histórico. Sobre esse ponto de vista, Jeudy destacou que: “Conciliar a sobrevivência das memórias de tais lugares e o desenvolvimento cultural atual talvez não seja um imperativo indubitável, pois a liberdade de recordação depende primeiro dos vestígios da configuração arquitetônica dos sítios” (JEUDY, 2005, p. 122).

Essa dependência de vestígios do passado para a recordação, como muito bem destacou Jeudy, foi demonstrada nas narrativas dos moradores mais antigos da localidade, como pode-se ver na fala de dona Hilderene Carneiro Gomes Seabra (2019): “Tirou o Porto de Cimento, não era grande coisa, mas era uma obra importante para a nossa história. O nosso estado é muito novo, desse modo, acho que temos que preservar as coisas que já tínhamos, porque tinha uma história”.

Na fala dos moradores antigos da região, notou-se o descaso dos gestores com relação a história do estado, ao construírem a Orla Taumanan. Também se

perdeu a relação com a paisagem, pois a Orla não permite acesso ao rio, ela parece mais uma moldura para manter o rio a distância, pois não oferece atracação para embarcações e nem acesso para tocar na sua água.

Ao apresentar as narrativas dos moradores mais antigos, que reivindicam símbolos que rememorem esse passado, sabe-se que elas fazem parte de diversas narrativas históricas que compõe esse espaço da cidade. Desse modo, quando os grupos estão “reivindicando um espaço histórico, recupera-se uma interpretação específica da história, do ponto de vista de um grupo social específico” (ZUKIN, 2000, p. 110).

Para alguns, essa nova configuração do espaço público, se tornou um lugar de insegurança e impossibilitou o uso de sua calçada, como destacou a senhora Hildete: “Tirou a nossa visão, tirou nossa tranquilidade. Hoje a gente não pode ficar sentado aqui na frente de casa, não pode” (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019).

Dado o exposto até aqui, conclui-se que os moradores queriam que o rio continuasse atendendo aos habituais usos, como o percurso inicial da procissão de São Pedro, a parada de embarcações, e o acesso ao rio para momentos de lazer.

4.5 Os novos contornos que o turismo vem ocupando

A potencialização desse espaço para o turismo a cada dia vem tomando novos rumos. Para a promoção desse espaço a prefeitura vem realizando eventos na região, que envolvem música e artesanato. Essas festas têm atraído um público diverso e mais jovem. Entre essas festividades foi realizada a Orla Sunset, como já foi apontado nesse capítulo.

Além disso, atualmente, está acontecendo na Orla Taumanan outro evento que não consegui acompanhar pessoalmente, apenas virtualmente pelos veículos jornalísticos. Um deles é o “Samba Orla”, este que conta com uma programação similar a Orla Sunset, com música e feira do artesanato, as únicas características diferenciadas desse novo evento são o estilo musical, dedicado aos amantes do samba e do pagode; e o período de início, às dezessete horas (17h). Até o momento essa atividade cultural contou com duas edições; a primeira, realizada no dia 27 de abril de 2019, a segunda em 14 de setembro do mesmo ano.

Desde julho de 2019, a Orla Taumanan recebeu placas turísticas e educativas. Elas indicam os nomes e significados indígenas das plataformas, os nomes das árvores, e a localização de bares e restaurantes existentes no lugar. Segundo o site da prefeitura, essa ação visa melhorar a orientação do local para os turistas da Orla e movimentar a economia.

Foto 53 – Placa de identificação da Sumaúma.



Fonte: SOUZA, Jackson. 16/07/2019. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019/07/orla-taumanan-ganha-novas-placas-turisticas-e-educativas>. Acesso em: 01 out. 2019.

Embora a potencialização do turismo tenha ampliado a geração de empregos diretos e indiretos, refletiu-se, também, em impactos negativos quanto a demolição de bens patrimoniais existentes e a impossibilidade de realização de dinâmicas que eram ali efetivadas, conforme já assinalado.

Em virtude dos fatos mencionados, foi visível que a incorporação de valores estéticos na construção da Orla Taumanan, e posterior intervenção em 2015, buscaram promover o turismo. A questão é como congregare sentidos coletivos

urbanos partilhados no qual a população tão diversa possa sentir pertença desse espaço. Nesse caso, a abertura para participação popular nos processos de alteração desses espaços teria ajudado muito na construção desses sentidos, pois essas ações não podem ser arbitrárias. Entretanto, como os moradores não conseguiram ser ouvidos nesse processo, fica a título de reflexão para os próximos projetos desse nível que aconteçam.

5 A PROCISSÃO DE SÃO PEDRO: sentidos e significados da festa

É uma experiência que foi passando de pai para filho. É impressionante como uma igreja que só abre as suas portas aos domingos, mas que no dia dessa festa envolve toda a cidade. Toda a cidade está envolvida, é um feriado municipal, talvez seja por isso, não sei. Não sei se é o rio que encanta, se são as belezas das águas que encantam, tanto que nesses últimos tempos que não estão fazendo esse percurso, e agora ultimamente foi retirado, né! A marinha proibiu e aí minha irmã, o povo se revoltou, se revoltou, mas não pode fazer nada. É lei e a gente tem que cumprir, mas mesmo assim o pátio dia 29 enche, por média de 2 mil, 3 mil pessoas. Então a gente percebe assim, que sendo um santo tão popular, de uma expressão de cultura, porque ele vem de uma cultura popular, é Antônio, Santo Antônio, São João e São Pedro, mas ele também tem essa parte da religiosidade.

Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019.

Após vermos que a edificação da Orla Taumanan não buscou preservar ou manter o patrimônio histórico, mas simplesmente criou um novo espaço urbano, aproveitando a paisagem para tornar o mesmo uma atração turística moderna, sem guardar necessariamente relação com construções históricas. Tomo agora, como cenário central, a análise sobre as mudanças pela qual a performance da procissão (fluvial e terrestre) em homenagem a São Pedro passou ao longo dos anos, especialmente, a partir da construção da Orla. Chamo atenção para esta discussão pelo fato desse ritual ter sido afetado com essa nova paisagem, como veremos a seguir⁷¹.

Deste modo, busco analisar os eventos, as práticas e a importância desse evento religioso⁷² para as pessoas que aderem às comemorações, na igreja e na procissão que homenageia São Pedro, além dos conteúdos simbólicos que norteiam os fiéis devotos ao apóstolo. sobretudo

⁷¹ Esse capítulo, assim como o anterior, tem como fonte uma documentação diversa que envolve: narrativas de pessoas envolvidas com o ritual, fontes jornalísticas, e alguns documentos anexados ao ofício N.º 003/2015/DPC.

⁷² Os bens imateriais são “referências” (ARANTES, 2001) de valor afetivo coletivo ou individual, atribuídos a apoios palpáveis ou não. Estão presentes nas práticas e nos espaços físicos. A celebração destinada a São Pedro não tem registro como Patrimônio Cultural Imaterial, no entanto, é considerada um bem patrimonial por uma parcela significativa de pessoas da cidade de Boa Vista. Desta maneira, considero esse ritual um patrimônio, especialmente pela apropriação que ele recebe, seja pelo valor atribuído as experiências ou pelas memórias de seus participantes.

Assim, igualmente, discutirei sobre esse ritual na experiência urbana e como suas formas de expressão simbólica foram afetadas ao longo desses anos. Desse modo, busca-se apresentar como as pessoas narram os dias que envolvem a celebração e a história dela. As narrativas, foco desse estudo, são fruto da memória das vivências dos devotos.

Infelizmente, não foi possível participar de nenhuma procissão de São Pedro. O deslocamento da procissão foi um assunto que surgiu na pesquisa, no início do ano de 2018. No entanto, pelas incertezas de sua realização acabei não indo para a cidade de Boa Vista naquele período. Em 2019, também não participei devido ao encerramento do trabalho de campo e a escrita da tese. Assim, pelo fato de não ter participado da procissão, a sua descrição pode não ter acontecido fielmente como foi apresentada, mas corro o risco pela importância dessa prática social para este trabalho.

No entanto, durante o campo, os encontros com os fieis quase sempre foram cercados de muita alegria e satisfação, principalmente, por existir uma escassa documentação referente a procissão. Em alguns momentos, nossos diálogos foram marcados por muita emoção, especialmente, quando foram lembrados dos momentos da procissão que hoje já não existem, como será evidenciado mais adiante.

Nesse texto, procurei mostrar a realização dos festejos realizados para o dia de São Pedro ao longo do tempo, para se ter uma descrição mais apurada dela como um todo. Para isso, busquei apresentar, esse festejo em homenagem ao padroeiro dos pescadores, na multiplicidade de características da realidade em que está inserido. Assim, é preciso pontuar que os sujeitos que participam de uma romaria, como muito bem sublinhou Sanchis (1992), não participam de uma mesma visão de mundo. Ele ainda nos lembra que a própria existência desse cortejo e a sua organização perpassam por mudanças históricas.

Assim, para o desenvolvimento desse capítulo, apresento inicialmente, a importância da procissão de São Pedro na tradição católica. Na sequência, contextualizo a formação do bairro, no qual a celebração em homenagem ao dia de São Pedro passou a existir e a organização desse festejo. Posteriormente, aponto as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo na procissão de São Pedro em Boa Vista. Em seguida, enfatizo a demolição do prédio da Colônia de Pescadores Z1 de Roraima, que até então era localizado na região da orla do rio Branco, e suas

respectivas ocupações. Ou seja, nessa discussão serão expostos os impactos causados pelos deslocamentos dessa instituição. Continuando, destaco os discursos de incerteza quanto a um possível futuro da celebração em Boa Vista. Por fim, mostro a persistência dos devotos em manter a celebração para o apóstolo.

Desse modo, busco ao longo desse capítulo mostrar como as pessoas lidaram com as constantes mudanças dos trajetos da procissão ao longo dos anos relacionadas com as transformações da Orla e a outros acontecimentos.

5.1 A procissão e sua simbologia

As procissões são manifestações culturais. O termo procissão, segundo Perez (2010), tem origem do latim, *processione*, que por sua vez significa ir adiante, avançar, caminhar, marchar, etc. Assim, ele a compreende enquanto uma organização de pessoas que caminham um percurso carregando objetos recitando canções ou orações.

Na igreja católica, esse cortejo, por exemplo, ficou conhecido pela devoção a um Santo, que se caracteriza pelo transporte da imagem pelas ruas da cidade, e, em alguns casos esse percurso também segue pela água, como na procissão que será apresentada nesse texto.

No Brasil, o ato de levar um Santo da igreja para as ruas remonta ao governo do primeiro governador-geral do Brasil (1549-1553), Tomé de Sousa, segundo Mary Del Priore (1994). Os jesuítas vieram ao Brasil a partir desse primeiro governo, e conseqüentemente nesse período foi formado o primeiro bispado no nosso país.

Em se tratando de procissões, passo agora, a tratar da procissão de São Pedro, realizada em diversos municípios brasileiros, especialmente, nas regiões que possuem uma parcela significativa de pescadores.

A procissão de São Pedro, é um ritual católico, que marca o ponto culminante das celebrações realizadas no dia do Santo, 29 de junho. Sobre São Pedro, cabe destacar, segundo interpretação católica, que ele nasceu em Betsaida, e o seu nome de nascimento era Simão. Era pescador e trabalhava com o pai e seu irmão. É considerado pelos católicos um dos principais líderes da Igreja Cristã em Roma. Na sua iconografia é representado segurando uma chave. Essa imagem foi criada devido a passagem bíblica, que diz: “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que

ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus” (Mateus 16:19). Desse modo, ficou popularmente conhecido o como o “porteiro do céu”, e considerado protetor das viúvas e padroeiro dos pescadores.

Assim, cabe pontuar que a procissão de São Pedro é considerada nesse texto como um ritual. Desse modo, o conceito de ritual, desenvolvido por Mariza Peirano (2003), foi adotado nessa tese, por entender que a vida social é caracterizada por rituais.

Desse modo, a procissão como já foi dito, é uma das atividades realizadas no dia de São Pedro. Além das comemorações efetivadas no dia 29, que também contam com missas e quermesse, os fieis católicos desenvolvem uma rede de atividades que extrapolam esta data. Assim, para compreender mais a fundo as atividades destinadas ao apóstolo é necessário entender o seu “processo ritual” (TURNER, 1974), que envolve outros momentos além do ato do cortejo. Portanto, após uma apresentação desse ritual católico, passamos a apresentar a história da formação do bairro onde teve início a celebração a este santo.

5.2 A formação do Bairro São Pedro e a procissão em Boa Vista

Falar sobre a dinâmica da procissão e da importância de São Pedro para os fieis requer um olhar para a formação do bairro, que recebeu o nome do apóstolo. Assim, inicialmente será evidenciada a origem desse local, para na sequência, destacar a importância desse ritual em um contexto mais abrangente.

O bairro São Pedro foi um dos primeiros formados no município de Boa Vista, justamente por ser próximo as margens do rio, onde surgiu o primeiro núcleo urbano da cidade. Na época de sua origem, a maioria das casas do local não possuía porta, no entanto, os moradores faziam o uso de couro de boi nesse espaço do seu domicílio, assim devido a esta prática, o bairro foi chamado inicialmente de Rói Couro:

O dono da casa pegava o couro, trazia com bastante cuidado para não danificá-lo, o esticava bem. Quando secava, colocava na porta para amparar o vento frio do inverno. Com as chuvas o couro molhava e exalava um cheiro desagradável que atraía os cães das

ruas, os quais, à noite, vinham roer o couro da porta. Tanto, que chegava a incomodar os moradores, os quais irritados gritavam: “passa cachorro, vai roer couro no inferno”. Como todas as casas eram fechadas com couro, o bairro ficou por muitos anos conhecido como Roy (sic.) Couro (PIMENTEL, 2010, p. 16).

Na década de 1950, desse modo, existiu toda uma construção identitária em torno dos padroeiros que representariam os bairros da cidade de Boa Vista. Desse modo, o bairro São Pedro surgiu com um núcleo de pescadores próximo ao rio, e a partir desse núcleo este apóstolo surgiu como construção da identidade local.⁷³

Assim, em fins da década de 1950, a Igreja São Pedro foi inaugurada no bairro. A colônia de pescadores do estado de Roraima foi fundamental no processo de construção da igreja:

A Colônia de Pescadores de Roraima ajudou muito na edificação da igreja. Na ocasião os próprios pescadores carregaram pedras, tijolos, areias e ainda ajudavam com um dia de serviço dedicado à construção. Havia, à época, o senhor Sílvio, português e devoto de São Pedro, que se prontificou a ajudar aquela igreja, como se fosse uma promessa. O mestre-de-obras foi o senhor Claudionor Freire, experiente construtor, que também deu sua contribuição na construção da igreja, sem cobrar nenhum dinheiro (CÂNDIDO, FOLHA DE BOA VISTA, edição de 30 de junho de 2015).

Após escolher o padroeiro, os frequentadores da igreja, a partir de 1957 realizaram na cidade de Boa Vista, a primeira celebração dedicada a São Pedro. Dada a importância desse santo para o município, em 1984 foi sancionada a Lei n.º 104, de 06 de setembro de 1984, instituindo feriado no dia 29 de junho, dia de São Pedro.

A realização de festejos em homenagem aos santos no município de Boa Vista teve um crescimento significativo a partir de 1920. Essas celebrações, segundo Vandeilton Francisco da Silva, foram impulsionadas pelos monges beneditinos: “Por volta dos anos 1920, as festas realizadas em homenagem aos

⁷³Durante o trabalho de campo conversei com o padre Francisco Mário Ribeiro Castro, pároco responsável pela organização do festejo em homenagem a São Pedro, desde 2015 até o presente ano. No nosso encontro ele mencionou que em diversos bairros da cidade de Boa Vista, na década de 1950, foram elegidos os padroeiros que os representariam.

Raimundo Nonato Gomes dos Santos, em sua tese intitulada “Entre cultura política, memórias e política de identidade: sujeitos históricos em ação – Boa Vista – Roraima (1970-1980)”, também destacou que os rituais religiosos de origem católica realizados em Boa Vista foram úteis à formação da identidade local (SANTOS, 2015).

santos tenderam a crescer em toda a região. Muitas destas festas foram introduzidas e incentivadas pelos monges beneditinos” (SILVA, 2012, p. 59).

No município existem outras festas religiosas que acontecem no mês de junho, que fazem parte da identidade religiosa, como foi apresentada por Petita Brasil:

E o que acontecia? Vamos falar da procissão propriamente dita de São Pedro. Primeiro que você já entrava no clima. O que era o clima? As festas juninas. Essa tradição, com relação aos santos, primeiro Santo Antonio, lá vem o Santo Antonio, eita! E lá vem a fogueira, lá vem as bacias, lá vem a bananeira, para você saber.⁷⁴ Quer dizer que já começava o clima para o gran finale, o que era o gran finale? Era São Pedro. Depois nós viemos para o São João. Eita as quadrilhas, aquelas brincadeiras, claro que dentro disso daí a igreja católica sempre se manifestou, com as missas, com procissões e nós sempre fomos participativos (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).

Dessa forma, as comemorações religiosas no mês de junho são comuns nessa cidade. Durante esse mês, também são realizados grandes festejos juninos de origem eclesiástica, ressignificados pela cultura local⁷⁵, promovidos pelos governos municipal e estadual. Esses festejos são compostos pela comercialização de comidas típicas, apresentação de shows com artistas locais e nacionais, e de quadrilhas juninas.

O festejo dedicado a São Pedro, é uma das celebrações religiosas da cidade que acontecem nesse mês. Para a realização desse evento é elaborado uma comissão organizadora, formada pelos coordenadores da igreja do apóstolo, fieis mais assíduos e o pároco.

A celebração dedicada a São Pedro, desde a sua primeira celebração em 1957, passou por algumas modificações, como veremos na próxima seção. No entanto, mesmo com as diversas mudanças em suas programações durante os anos, ela é composta por diversas etapas e realizada em diferentes espaços.

Para compreender a importância das comemorações do dia desse apóstolo para a população, precisamos entender a rede de relações que a envolve, perpassando a família, o econômico, a paróquia e o divino. Essa rede de relações

⁷⁴ Nesse trecho da entrevista, Petita se refere as adivinhações que acontecem nas celebrações em alusão a Santo Antônio e a São João.

⁷⁵ Esses festejos juninos foram criados na cidade de Boa Vista a partir da década de 1990, como veremos mais adiante.

colabora para o desenvolvimento desse festejo dedicado a São Pedro, que constitui o social. Assim, o universo social da festa de São Pedro é compreendido aqui por diferentes ângulos, pautada sob a luz do conceito teórico de Marcel Mauss, enquanto “fenômenos sociais totais”:

Existe aí [nas sociedades arcaicas] um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (MAUSS, 2003, p. 187).

Nos dias que antecedem o dia do apóstolo (29), normalmente, tem-se uma gama de celebrações religiosas e sociais, como missas, novenas, bingos, e outras movimentações, dependendo do ano. Em todas essas atividades a imagem de São Pedro é levada.

Para arrecadação de fundos para a realização da festa de São Pedro, no decorrer do ano a comunidade organiza duas atividades, o arraial que acontece no dia 29 de junho, e as feijoadas que acontecem de forma esporádica ao longo do ano.

No dia 29, ocorrem várias ações, iniciando com a alvorada e o café compartilhado na igreja São Pedro. No período da tarde, a procissão terrestre tem início na Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, seguindo pela Rua Floriano Peixoto, continuando na Cecília Brasil e Avenida Getúlio Vargas até chegar à beira do rio Branco para a procissão fluvial, ponto alto da procissão. Na procissão térrea pouco a pouco, as pessoas vão se aglomerando aos sons dos cânticos e orações do carro de som que acompanha e anima a grande procissão. Para termos uma noção espacial do trajeto da procissão terrestre, segue um mapa:

igreja. Meu esposo e mais outras pessoas faziam a animação na procissão, mas a gente tinha exatamente a mesma função, a mesma animação, mas em espaços diferentes. (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019)

Durante a procissão fluvial, os fiéis católicos de Boa Vista também assistem a procissão fluvial de vários pontos da cidade, um deles é da praça Barreto Leite: “Já é uma tradição a população assistir a procissão de São Pedro aqui na praça. É um dos momentos mais grandiosos que merecem destaque” (TAVARES, FOLHA DE BOA VISTA, edição de 20 de junho de 2004, p. 06). Outro ponto no qual as pessoas esperam para acompanharem parte da procissão é na ponte dos Macuxis.

Após o encerramento da procissão fluvial, marcado com o encontro de São Pedro e São Paulo,⁷⁷ a procissão vai para Igreja de São Pedro, onde acontece a celebração de uma missa, seguido de um arraial e bingo.

A maioria dessas pessoas, para além da fé a São Pedro, vão ali para pagar promessas ligadas a curas de diversas doenças ou agradecer a uma graça alcançada.

No campo observou-se narrativas que evidenciam a fé dos cristãos católicos, bem como elementos que envolviam a procissão. Quando estive na casa de Petita Brasil, por exemplo, ela fez questão de me mostrar a sua imagem de São Pedro.

Tá bom, então o Pedro, nós fomos educadas sabendo que o Pedro tinha a chave do céu, olha aí! Isso é sério! E a senhora acredita piamente? Como não acreditar. Infeliz é o homem que não acredita, infeliz é o homem que não tem esperança e não tem fé, e mais infeliz é o homem que não tem temor a Deus. Eu creio, eu creio, então nós nos preparávamos. E como que vocês se preparavam? Ora como! As bandeirinhas já estavam, não só as bandeirinhas coloridas, mas como as bandeiras maiores com os estandartes do Pedro, mas o João também ia para a festa, e o Santo Antonio também, todos eles iam para a festa do Pedro (risos), como que não. E as lanternas, as lanternas estavam presentes inclusive na grande procissão da Nossa Senhora do Carmo que é a padroeira do nosso município, da igreja matriz Nossa Senhora do Carmo. Então nós já preparávamos as lanternas. O que era as lanternas? Eram feitas de papel de seda, uma roda de papelão furado ao meio, bem no centro aonde fica uma vela, e em volta ficava o papel colorido. Nossa filha! (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).⁷⁸

⁷⁷ O encontro de São Pedro e São Paulo, no encerramento da procissão fluvial, foi incluído nos festejos na década de 1990, como será explicitado mais adiante.

⁷⁸ No desenvolvimento de uma entrevista, não resta dúvidas que o entrevistador faz os questionamentos e o entrevistado faz o relato sobre o questionamento. No entanto, durante esse relato Petita Brasil fez perguntas retóricas que foram respondidas por ela.

À luz das considerações expostas, cabe pontuar que nelas vemos o caráter social que envolve a religião. Como já se apontou, ela se manifesta numa rede de relações que envolvem reciprocidade e a colaboração. Aqui estamos no campo do que a Escola Sociológica Francesa categorizou de relações de reciprocidade. Desse modo, concordamos com Marcel Mauss (2003), que a relação entre fieis e São Pedro envolve um sistema que compreende a oferta de sua devoção e sacrifício, e posteriormente a obtenção da retribuição de devoção e homenagem. Assim, essas crenças e práticas estão envolvidas ao segmento social em voga.

Os fatos até aqui apresentados, ajudam-nos a ter uma visão das atividades que envolvem a realização da procissão. Desse modo, passamos a análise mais sistemática das mudanças e permanências do ritual.

5.3 O processo ritual para São Pedro ontem e hoje

A celebração no dia 29 de junho de São Pedro, como qualquer outro “ritual não é algo fossilizado, imutável, definitivo” (PEIRANO, 2003, p. 9), ela vem sendo modificada ao longo dos anos, seja a organização da festa ou os percursos que segue a procissão. Desse modo, a seguir serão apresentadas narrativas que abordam as transformações que esse evento sofreu, bem como a redução do número de pessoas na organização e realização deste.

Desde a sua primeira edição em 1957 (Figura 8), os festejos dedicados ao dia de São Pedro, foram sendo modificados por novos percursos na procissão (terrestre e fluvial) e programações, como observado em diferentes fontes. A figura a seguir é uma fotografia da primeira edição do ritual, que foi emoldurada e está na igreja de São Pedro. Nela pode-se observar ao fundo o rio Branco, e os fieis retornando da procissão fluvial, momento mais marcante dessa celebração, segundo os fieis. O andor que leva o ícone católico é representado pela forma de um barco, simbolizando a profissão dele. locutora

Figura 8 – Procissão de São Pedro/1957.



Foto: Cristiane Bade/2018.

A figura exposta é o único documento que a Igreja de São Pedro tem referente a procissão. Segundo uma das antigas coordenadoras da comunidade, Ana Freitas, esse documento foi recuperado com as mães da Consolata:

Aquele quadro nós recuperamos das mãos da mãe Camila, que foi quem fundou a igreja, mas hoje ela já é falecida. Encontramos o quadro quando a gente tentou escrever a história da igreja, inclusive com um professor de história da Universidade Federal, mas logo em seguida o professor faleceu, aí foi difícil. Aí sozinha é muito difícil e você está sentindo isso (Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019).

Na década de 1960, segundo as entrevistadas, Hildete (20/01/2019), Maria (18/01/2019), Petite Brasil (12/01/2019), a procissão era muito movimentada e as embarcações eram todas enfeitadas com bandeirinhas. Descreveram o evento como o divertimento da época, como pode-se acompanhar a seguir, na fala de dona Maria:

Aquela balsa grande era toda enfeitada, toda colorida de bandeirinha de todas as cores. Ali era cheio de gente que ninguém se mexia, por isso que a marinha proibiu porque o pessoal ia muito para a beira e era arriscado cair dentro da água. E aquilo ali vinha criança, velho, adulto, tinha gente de tudo que era jeito ali dentro. Eu me lembro que

a minha mãe ela ia e levava os curumins⁷⁹ tudinho, eu era a mais velha e outros desse tamanho assim [mostrou uma baixa altura], e ela levava tudinho para a procissão e a gente ia. Era feita a limpeza do cais e da cabine nessa época, arrumava tudo para o dia da procissão, isso eu acho que a igreja que mandava fazer, mas quanto a isso, faziam e faziam bonito, era bem enfeitado, bem ornamentado, bem animado. Tinha o pessoal da equipe de canto, da equipe, acho que da limpeza, da arrumação do altar, do andor para ir na procissão era bem enfeitado. E para os cantos ia geralmente alguns padres na embarcação, perto do andor do Santo e cantavam muitos cantos bonitos.

Os barcos menores iam atrás, mas tinham os pequenos, aquelas voadeiras, tinha aquelas canoas de motor de popa⁸⁰, que fazia peripécias ali ao redor do barco grande. Então, tudo era muito bonito, tudo era animação. Então, esse pessoal que não fazia parte da ornamentação, mas fazia parte de outra coisa. A procissão era uma beleza mesmo e vinha gente de tudo que é município, vinha gente de todo o território para Boa Vista na época das festas, porque o interior era muito carente de divertimento e uma festa dessa era uma diversão, então vinha gente de todo o estado. Em toda época do território vinha gente para assistir essa festa, e era muito boa, pode ter certeza que era muito boa essa festa, atraía muitas pessoas (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019, grifo da autora).

Pelo exposto e as conversas que tive no campo, notei que, por volta da década de 1960, era a igreja que movimentava a maioria das práticas culturais no estado⁸¹, e as procissões realizadas no município de Boa Vista mobilizavam a população.

A grande importância da procissão fluvial nos festejos de São Pedro pode ser confirmada pela resistência em manter esse ritual, mesmo após alguns impeditivos para a sua realização, como veremos mais adiante. Da mesma forma, viu-se que muitos fiéis católicos, faziam questão de observar a procissão fluvial, mesmo que não fossem participar de todas atividades comemorativas ao apóstolo, como é o caso de dona Hildete, ao relatar a procissão no período da década de 1960:

Eu ia de vez quando com a minha mãe, mas a gente não participava muito. Participava só olhando, mas isso aqui ficava tudo enfeitado de bandeirinha. Nessa época o nosso muro não era tão alto e a gente sentava nele. Sentava no muro para ficar olhando a procissão fluvial. Ficava lindo esse rio. Fica lindo, tipo a de Iemanjá lá de Salvador (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019).

⁷⁹ Palavra de origem tupi que significa criança. Este é um termo comum em Boa Vista para se referir a criança.

⁸⁰ Motor com uma ou mais hélices usados em canoa ou bote.

⁸¹ Prática recorrente em quase todas as cidades brasileiras, especialmente nas de menor população.

Ainda sobre a importância dada a esse ritual, observou-se no exposto, que Hildete também fez um paralelo com a festa dedicada a Iemanjá, para destacar a importância desse cortejo para o município. Os entrevistados ainda destacaram o valor da celebração de São Pedro, fazendo uma analogia a procissão de Círio de Nazaré, realizada em Belém do Pará (Entrevista realizada com Adriano Jorge Macedo em 12/01/2019).

Até meados da década de 1990, segundo algumas narrativas, como a de Ana Freitas, o festejo em comemoração ao padroeiro era composto por diversas atividades que duravam nove noites, a chamada novena:

É bom que a gente pense assim que até por meados de 1990 a 1995 a comunidade se reunia na chamada novena, nove noites na igreja. E eram nove noites de arraial, de festa, arraial com toda a igreja, com quermesse, com comes e bebes, com mesa de bolo (Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019).

Com o advento dos grandes arraiais na cidade de Boa Vista, a partir de 1993, o arraial que era realizado em nove noites, foi reduzido para um dia (Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019; Entrevista realizada com Aldaires Bezerra, 21/01/2018).

Os grandes arraiais, aos quais as entrevistadas se referiram acima, dizem respeito às criações de duas festas populares na cidade de Boa Vista. O primeiro evento executado nesse formato foi o Arraial Macuxi, organizado pelo governo estadual, em 1991. Nessa festa é realizado o concurso de quadrilhas, da Rainha Caipira e Rei Matuto; apresentações de grupos folclóricos e shows com bandas regionais. Outro arraial, criado em 2000, por iniciativa do governo municipal, é o Boa Vista Junina. Este possui com uma programação marcada pelo concurso de quadrilhas e diversas atividades culturais como o parixara (dança indígena da prosperidade), cirandas e cangaços.

Nas narrativas dos fieis, também foi evidenciado que o período destinado ao arraial foi reduzido devido ao baixo número de público durante a realização dessa parte do evento, como podemos observar na fala de Marillac:

Quando eu cheguei, eles faziam a procissão e tinha arraial mais de uma noite. Aí quando eu comecei a participar da igreja a gente

percebia que o arraial era dias e nós não tínhamos muita gente que participava daquele arraial, para ficar ali. Então, houve um consenso de que se fizesse só uma noite de arraial grande, que seria no dia de São Pedro mesmo, na noite da procissão. Terminando a procissão, a celebração que tem no pátio se faria o arraial. Passou-se muitos anos se fazendo assim. Porque aproveitava-se o povo que vinha para a procissão, que já estava ali, então fazia um arraial bem maior, bem grande mesmo (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019).

Os fieis também mencionaram, que a redução da duração dessa parte do festejo também está ligada a pouca participação dos membros da igreja na organização do evento. “Em todo lugar o pessoal ajuda e faz uma procissão bonita, aqui é difícil. Antigamente era nove noites de arraial” (Entrevista realizada com Aldaires Bezerra, 21/01/2018).

Mas por que as pessoas teriam deixado de participar, já que antes eram esses fieis que faziam a festa? Nas narrativas podemos constatar várias justificativas para esse cenário, uma delas foi a perda de membros da igreja, seja por estes mudarem de paróquias, ou se converterem para outra religião. Todavia, os impedimentos para a realização da procissão fluvial, tiveram um papel central na redução do tamanho da festa, como veremos mais adiante.

Nas narrativas, também foi manifestado, que o ritual a cada ano está com um número reduzido de participantes. O enfraquecimento da participação dos fieis na celebração, além disso, foi atribuída ao crescimento das igrejas evangélicas no município, segundo a entrevistada Aldaires Bezerra (21/01/2018).

Sobre essas informações, busquei fazer um levantamento no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme dados do censo de 2010 do IBGE, o percentual de Católicos ainda é o mais elevado, no entanto, o número de pessoas de outras crenças religiosas é significativo. Segue, abaixo, a amostra das religiões destacadas no censo.

Quadro 3 – Distribuição da população por confissões religiosas.

Religião	Número de pessoas
Católica apostólica romana	132.491
Evangélica	91.378
Sem religião	43.182
Católica apostólica brasileira	4.394
Espírita	3.915
Outras religiosidades cristãs	2.620
não determinada e múltiplo pertencimento	1.000
Testemunhas de Jeová	1.815
Não sabe	694
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	661
Budismo	526
Umbanda e Candomblé	428
Tradições indígenas	344
Candomblé	341
Novas religiões orientais	278
Católica ortodoxa	164
Tradições esotéricas	145
Islamismo	114
Judaísmo	92
Umbanda	86
Espiritualista	29
Hinduísmo	27
Outras religiões orientais	17

Fonte: CIDADES.IBGE.GOV.BR. Censo - Amostra religião. Ano 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Pelo exposto, observa-se que na cidade ainda predomina a religião católica apostólica romana, totalizando 132.491. Assim, acredita-se que a fala de Bezerra está ligada a perda de hegemonia da igreja católica nos últimos anos, que consequentemente tem afetado o seu número de fiéis. Desse modo, a conversão a novas crenças vem acontecendo de forma significativa.

Quando questionei uma fiel quanto a importância do apóstolo para o bairro São Pedro, também foi visível em sua fala o enfraquecimento gradativo da participação dos moradores nos festejos ao longo dos anos:

Talvez hoje não tenha tanto significado por conta das mudanças da época. Também não tem tanta gente do bairro que frequenta a igreja, devido ter tantas igrejas. O bairro São Pedro não é grande, é pequeno. Talvez não tenha tanta devoção quanto no início, mas no início a gente percebia que o povo não ia lá na igreja, mas no dia do São Pedro estava todo mundo lá nos festejos. Hoje a gente percebe que é menor, mas quanto a procissão e ao dia de São Pedro o povo tem ainda devoção, representa bastante (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019).

Para compreendermos a trajetória da procissão ao longo dos anos também entrevistei dona Marillac Oliveira Gonçalves, que é residente desde 1994, aproximadamente, do bairro São Pedro. Ela mudou-se para o Estado de Roraima nesse período para acompanhar o seu esposo, que havia passado em um concurso para professor. Marillac, veio diretamente para esse local, e sempre morou nele. Além disso, desde a sua chegada frequenta a Igreja de São Pedro. É interessante observar em sua fala, que ela passou a conhecer a história do padroeiro dos pescadores apenas quando começou a participar das festas em celebração ao Santo. “Eu nem tinha conhecimento sobre a história do padroeiro, do São Pedro, vim conhecer mesmo aqui. Nas primeiras festas que eu fui, não tinha ainda contato com essa devoção (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019).

Na narrativa de Marillac, sobre a década de 1990, também se observou o quanto as pessoas da cidade tinham devoção a São Pedro e como o cortejo fluvial era significativo:

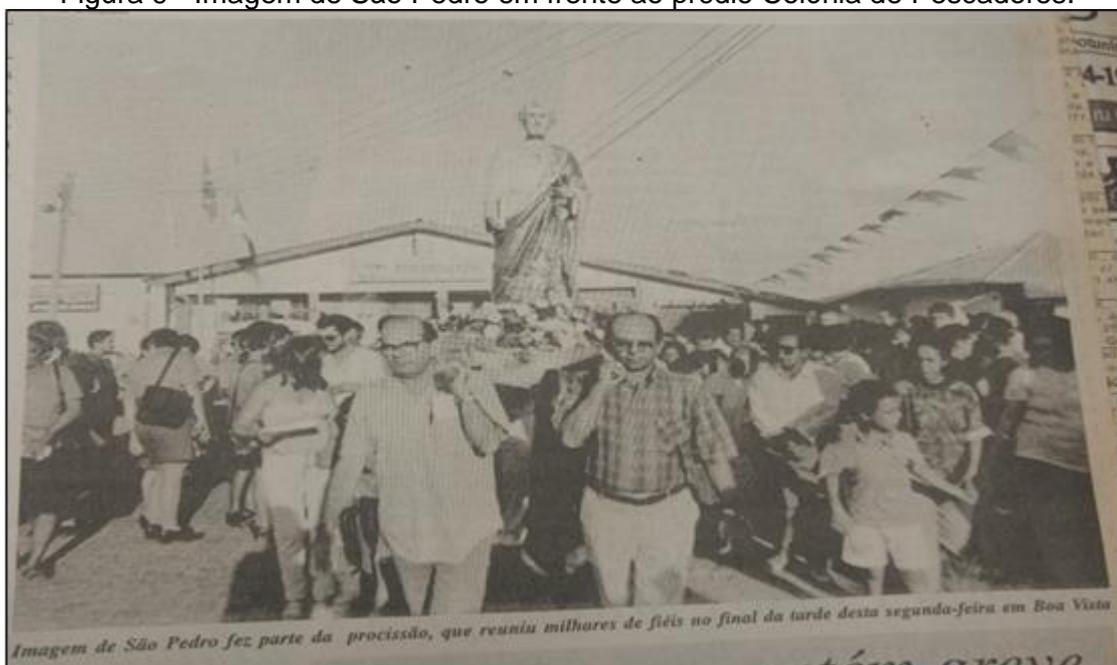
Nos dois primeiros anos que vivi aqui só assistia à celebração, e ia para a missa aos domingos. Aí depois de dois anos eu comecei a trabalhar na comunidade, na liturgia e catequese. Sempre acompanhei as procissões porque eu me identificava muito com essa parte litúrgica, e a parte litúrgica a gente assume muito. Era uma procissão bem interessante de São Pedro devido ela ser uma procissão que passava pelo rio, então ela tinha toda uma estrutura diferente daquilo que a gente estava acostumada, das romarias terrestres. Então ela tinha a saída lá do porto, a imagem de São Pedro ia para lá e vinha de balsa com muita gente. O povo tinha muita devoção ao São Pedro! Nem eu imaginava que era tanto. Aí ela vinha pelo rio e muita gente vinha esperar aqui em baixo, onde encosta a balsa. Eu nunca vim na romaria fluvial, porque como eu comecei a me engajar na comunidade, sempre pegava coisas para fazer durante a celebração. Aí eu sempre ficava aqui. Eu ia lá na saída, que eu ficava responsável pela saída dele lá e depois eu vinha de carro para a chegada dele aqui. Aí tinha que fazer esse percurso, mais ou menos, é um bom tempo viu, mas o povo gostava muito disso. E foi muitos anos indo assim (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves 21/01/2019).

Em nossas conversas sobre a procissão, Marillac também recordou um fato significativo para ela. Ressaltou que durante o percurso os fiéis prendem fitas no São Pedro: “Tinha muita gente que fazia promessa, inclusive tinha muita gente que botava fitinhas na imagem. Os fiéis amarravam as fitas na saída, durante o percurso

e no tempo que a imagem fica lá com os pescadores” (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019).

Assim, ao longo dos anos também se observou pequenas mudanças no percurso da procissão. Em 1998, por exemplo, essa parte do evento, que tinha previsão para começar na Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, foi alterada para a Colônia de Pescadores devido ao expressivo número de participantes no evento. Assim, a procissão saiu da Colônia de Pescadores, lugar onde foi efetivada a primeira benção com a presença da imagem do santo, depois o cortejo seguiu para o Porto de Cimento. Neste último, uma embarcação maior levou a imagem de São Pedro, e barcos menores o acompanharam até o porto próximo a igreja do padroeiro dos pescadores. Após a chegada ao porto, a procissão seguiu até a Igreja de São Pedro, para a realização da missa campal. A figura a seguir materializa a saída do cortejo em frente ao prédio da colônia:

Figura 9 - Imagem de São Pedro em frente ao prédio Colônia de Pescadores.



Fonte: FOLHA DE BOA VISTA. Fiéis prestam homenagem a São Pedro. Folha de Boa Vista. Ano XV. Edição 2434. Boa Vista, 30 jun. 1998. p. 5.

É importante ressaltar que ao longo dos anos os pescadores tiveram uma forte participação na celebração feita em homenagem ao santo, uma vez que São

Pedro era pescador, e é um ícone para estes. A significativa participação dos pescadores no festejo foi vista na maioria das falas das pessoas que conversei e entrevistei. Sobre o assunto, dona Marillac destacou:

Eles ficavam com o santo o dia todo, para fazerem oração, rezar, fazer as suas promessas e tudo. A tarde eles pegavam e colocavam na balsa, isso tudo era responsabilidade deles, dos pescadores e das mulheres deles, de fazer enfeite na barca e tudo. Eles faziam tudo isso.

Faziam bandeirinhas, enfeitavam a balsa, eram responsáveis pelos festejos de fogos durante a procissão. Eles faziam essa parte aí. A gente ficava só com a organização de saber o processo disso, saída e chegada, e de música, essas coisas. Mas eles preparavam a balsa, todo esse percurso aí, para vir a procissão, era por conta dos pescadores esse enfeite todo aí, da devoção deles. Porque os pescadores têm uma ligação muito grande com São Pedro (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019).

O Dia de São Pedro e São Paulo é celebrado em 29 de junho, assim a partir de fins da década de 1990 o então vigário da paróquia São Pedro, padre Luís Paludo, hoje falecido, começou-se a trabalhar também com o santo São Paulo. Ou seja, este santo passou a fazer parte da procissão de São Pedro.

Assim, a partir desse período os devotos de São Paulo, acompanhados da imagem desse santo, aguardavam na orla do rio Branco, ao som de cânticos, o fim da procissão fluvial, para o encontro com a imagem de São Pedro. Em seguida, esses dois ícones da igreja católica continuavam a procissão térrea até a igreja de São Pedro, para realização da missa.

Sobre esse novo elemento simbólico incluso nos festejos, Freitas destacou: “O santo São Paulo, ficava na beira do rio esperando São Pedro” (Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019). Na fotografia a seguir aparecem os dois sendo carregados pelos fieis após o encontro desses ícones da igreja católica:

Figura 10 – Encontro de São Pedro e São Paulo na procissão. s.d.



Fonte: CÂNDIDO, Francisco. **Boa Vista – 125 ANOS: Bairro São Pedro (antigo Bairro “Rói Couro”)**. In: Jornal Folha de Boa Vista. 30/06/2015. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/coluna/BOA-VISTA---125-ANOS/1145>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Devido as condições climáticas, que fogem ao controle dos seres humanos, em algumas edições a procissão fluvial também foi cancelada, como observou-se durante o campo. Uma fala que destacou esse assunto foi a de Marillac:

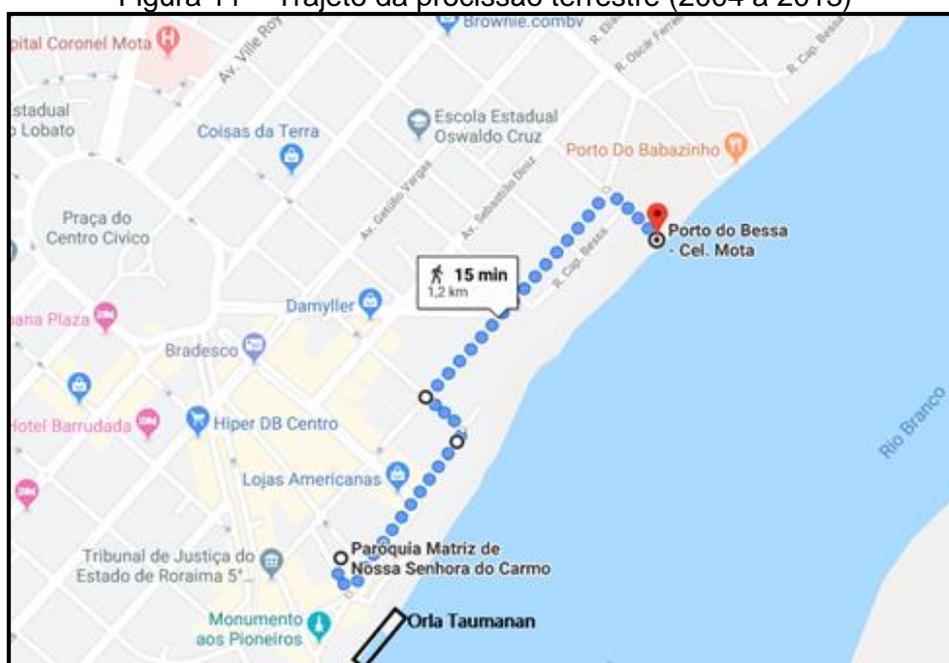
Teve anos secos, sem chuva praticamente, que o rio não deu para fazer a procissão fluvial, porque a balsa encalhava (risos), esses problemas, não sei se alguém já falou.
Encalhou! Teve balsa que encalhou que não chega na beira ali para descer as pessoas, aí tudo isso dificulta. São dificuldades que pertence ao tempo né, da mudança de tempo mesmo, mas tem esses percursos (Entrevista realizada com Marillac Oliveira Gonçalves, 21/01/2019).

Desse modo, nessa seção, foi apresentado pequenas alterações e inclusões nos festejos dedicados ao dia de São Pedro. Todavia, a partir de 2004, a procissão fluvial, passou por deslocamentos de trajetos marcantes, como veremos a seguir.

5.3.1 A Orla Taumanan e as alterações na procissão de São Pedro

A partir do ano de 2004, observou-se que a procissão dedicada a São Pedro, sofreu maiores impactos. Neste ano, a Orla Taumanan estava prestes a ser inaugurada e as plataformas já haviam sido construídas, assim a procissão fluvial tomou um novo rumo, passou a sair do Porto do Bessa: “Mesmo com chuva, a romaria iniciou às 16h30 na igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, seguindo pelas ruas Floriano Peixoto e Bento Brasil com destino ao Porto do Bessa, de onde seguiu de balsa pelo rio Branco”⁸² (TAVARES, FOLHA DE BOA VISTA, Edição 4235, 30 de jun. de 2004, p. 06).

Figura 11 – Trajeto da procissão terrestre (2004 a 2013)



Fonte: Google Maps. 05/11/2019.

Desse modo, o percurso da procissão fluvial foi alterado, pois essa parte do festejo em homenagem a São Pedro sempre tinha início no antigo Porto de Cimento, e como esse foi encoberto pela construção da Orla Taumanan, não foi possível a embarcação atracar nesse local.

⁸² Nessa edição da procissão observou-se outra mudança na rota do cortejo, esta deixou de passar pela ponte dos Macuxis, segundo matéria publicada na Folha de Boa Vista no dia 30/06/2004. Nessa matéria o jornal alega, que a organização do evento justificou a alteração no trajeto devido aos riscos de segurança que os fiéis corriam, pois ela encalhou em outro percurso do rio.

Assim, os barcos que participavam da procissão foram impedidos de atracar nesse lugar devido à altura da estrutura da Orla, como vemos na fala de uma das participantes, Aldaires Bezerra.

Sim, da Orla. Com aquela construção ali, que eu não sei que tipo de engenheiro fez, porque tem umas leis que não pode tampar os portos, mas aqui em Boa Vista não tem essa lei.

Tamparam o porto, mas o que acontece, agora não pode chegar nenhum barco. Aí já foi começando a atrapalhar a vida da procissão. Aí ficou ali no Porto do Bessa. O Porto do Bessa é um portinho estreito, ficou horrível, mas foi se fazer lá, mas agora ultimamente, nós temos dois anos, quase três anos já que nós estamos sem procissão fluvial (Entrevista realizada com Aldaires Bezerra, 21/01/2018).

Outra moradora de Boa Vista, Haydée Brasil de Magalhães, bisneta de Inácio Lopes de Magalhães, fundador da Fazenda Boa Vista, uma das fazendas mais antigas da cidade, também destacou a sua insatisfação com a construção da Orla Taumanan e a destruição do Porto de Cimento:

A orla para nós aqui, é uma agressão. Ela nos agrediu, porque tirou a vista da paisagem do rio Branco. A ex-prefeita Teresa Jucá (sic.) mexeu com a história e a cultura de Boa Vista.

A orla acabou com o porto da cidade, antigamente “Porto de Cimento”. Hoje, quando os turistas chegam aqui para fazer um passeio turístico tem que pegar a embarcação “lá embaixo”, circulando num caminho de roça e mato. Não tem porto. Não conheço cidade sem porto. O porto era ali onde construíram a orla. As embarcações para receber os santos, a imagem de São Pedro, São Paulo, durante a procissão. Não tem mais, a Teresa acabou com essa tradição da procissão (Entrevista realizada com Haydée Brasil de Magalhães publicada em LIMA, 2011, p. 79).

O descontentamento com a altura da plataforma da Orla Taumanan, também foi evidenciada na narrativa de outro antigo morador da cidade e empresário da região do centro histórico, que atualmente é proprietário do restaurante Meu Cantinho, senhor Adriano Jorge Macedo:

No dia 02 de julho de 2003, veio a Orla Taumanan que trouxe várias consequências. Por uma questão de 60m acima poderia ter deixado e preservado o porto. A orla poderia ter sido construída sim, mas deixado o Porto de Cimento. Era um porto que poderia estar em funcionamento até hoje. Não temos como aportar as embarcações

que chega ali no rio, a não ser embarcações pequenas, canoinhas para 3 ou 4 pessoas.

Bem, essa orla deveria ter sido construída sim, mas não ali tomando o Porto de Cimento, sua construção um pouco mais acima seria o ideal. Mais um atrativo turístico, entretenimento, criação de emprego, geração de renda, tudo isso. Faltou um pouco mais de planejamento. As pessoas que fizeram o projeto não conheciam a História de Roraima (Entrevista realizada com Adriano Jorge Macedo publicada em LIMA, 2011, p. 83).

Após a construção da Orla Taumanan, a procissão teve que encontrar outros trajetos para que essa pudesse continuar a existir, como foi apresentado na narrativa de Ana Freitas:

Quando houve a construção da Orla foi assim um impacto muito grande, porque o chamado Porto de Cimento acabou. E daí de onde nós vamos sair? De onde a comunidade vai sair? De onde esse povo vai sair? Aí achamos uma alternativa, os membros da comunidade acharam uma alternativa. Qual foi a alternativa? Sair do Porto do Bessa. Pelo menos para que tivesse condições de navegar. Aí o que acontecia? Pelo fato do Porto do Bessa até o Porto do Material ser muito pequeno o espaço, eles vinham até o Porto de Cimento passando pela Ponte dos Macuxis e voltava de novo para o Porto, fazer o percurso que era feito em uma hora, uma hora e dez minutos. Então, essa foi a tradição até o período que eu estava lá, que acontecia isso (Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019).

Assim, ficou evidenciado no campo, que para muitos fieis a estrutura atual da procissão fluvial acontece de um modo tímido, deixando de envolver assim a essência desse ritual religioso, como pode-se observar na narrativa a seguir:

Acanhada, porque vai tudo em uma balsa. Olha, que coisa mais ridícula. Ora a procissão, o que é procissão? Primeiro que vamos pegar a essência. Ora, então você vai fazer uma procissão com apenas uma embarcação, ou seja, com uma balsa, então não é uma procissão, é um passeio de balsa. Ora, na procissão há uma participação efetiva dos devotos, seja eles de canoa, seja ele de caiaque, porque hoje está tudo moderno, seja de caiaque, seja de voadeira, seja de lancha, enfim, assim sucessivamente, o que dá realmente a beleza da procissão como faz no estado do Pará, na procissão a Nossa Senhora de Nazaré que até hoje acontece, eu estive lá quando fez 200 anos e até hoje é cultuado. Você vai para a Bahia, você vai para a lavagem da escadaria. Ou seja, os cultos religiosos, no meu entender, não importa de qual segmento que eu sou, religioso, ou sei lá (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).

No entanto, foi possível observar nas falas dos entrevistados que as mudanças na procissão foram derivadas por diversos fatores. No relato de Maria, por exemplo, ela apontou dois fatos que suscitaram essas alterações, a modificação na saída do ritual pelo rio Branco, que até o ano de 2003 acontecia no Porto de Cimento, e a proibição da realização do procissão fluvial pela Marinha do Brasil no ano de 2017.⁸³ Essa fiel também destacou que a parte fluvial desse festejo continua devido à resistência dos pescadores:

Mas eu digo para você assim o prejuízo causado, a procissão foi isso lá, foi tirada daí, aí com isso veio a proibição da marinha e veio outras coisas, e acabou que isso aí esfriou um pouco, ela esfriou um pouco. Se não fosse os pescadores talvez tivesse até acabado, né, mas eles insistiram na época, mas sem a procissão marítima a gente vê que ela esfriou um pouco (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

As implicações da construção da Orla Taumanan, segundo a recordação de Petita Brasil, envolveram o desrespeito a fé católica. Em sua fala podemos ver também elementos simbólicos que faziam parte da sua participação no evento:

Apagou, não só a parte de lazer, mas o que diz respeito a parte religiosa. Não importa se eu sou católica ou não, se sou evangélica, se sou da umbanda, não importa. O respeito começa quando eu respeito o outro. Eu não posso exigir respeito se eu não respeito. E as manifestações dentro da igreja católica apostólica romana, onde havia sim a manifestação da procissão de São Pedro, era a coisa mais linda. Cansei de pegar a canoa a motor, as vezes era motor do papai, depois era a canoa, e assim era. Cansei de me empolgar, sabe! De cortar uma bandeirinha para decorar. Acabou filha! Acabou! (Entrevista realizada com Petita Brasil, 12/01/2019).

Outros moradores de áreas próximas a orla do rio Branco, relataram que não conseguem mais observar de suas casas a procissão fluvial, devido as construções realizadas em 2004, como é o caso de dona Hildete:

A procissão saia da frente de casa, isso aqui ficava lotado, não é Niroca? [Apelido de sua irmã Hilderene]. Porque a procissão saia daqui do Porto de Cimento. As embarcações todas. Isso aqui ficava lindo. Hoje a gente nem vê mais a procissão (Entrevista realizada com Hildete Carneiro Gomes, 20/01/2019, grifo da autora).

⁸³ A partir do ano de 2017, a Marinha do Brasil proibiu a utilização de balsa que levava a imagem do santo e os fieis. Esse ato foi devido à falta de coletes salva-vidas.

Em documentos, anexados ao ofício N.º 003/2015/DPC, de 16 de abril de 2015, enviado pela Secretaria de Estado da Cultura de Roraima (SECULT/RR) ao Senador do Estado de Roraima, na época, Telmário Mota, cujo objetivo era solicitar providências quanto aos crimes praticados contra os patrimônios da cidade de Boa Vista, também consegue-se acompanhar que a construção da Orla alterou as práticas culturais daquele local. “Com a construção da Orla, foi retirada também a tradição da procissão de São Pedro em 29/06, que era iniciada neste local, ao som da banda municipal” (ANEXO DO OFÍCIO N.º 003/2015/DPC, 2015).

Nesse mesmo ofício, percebe-se a importância do Porto de Cimento para a população da cidade de Boa Vista, seja por evocar memória ou por existir lugares de lazer nessa região:

Foi sem dúvida um enorme progresso a modernidade do “Porto de Cimento”, que ampliou a única via de acesso à cidade de Manaus, praça de compra e venda de mercadorias. E mais, com o arrampamento do Porto, criou-se a tradição de lazer durante o verão: banhistas tinham facilidades de chegar ao rio; o uso de pequenos barcos rebocados por Jeeps (carros mais usados na época) levava-os até dentro d’água; encontros de amigos que se dirigiam para as praias e outros entretenimentos...Tudo isso acabou! Acabou o Porto da Intendência [que posteriormente ficou conhecido como Porto de Cimento] de chegada e saída de embarcações; acabou o Porto da Intendência de nossos lazeres; acabou a tradição mais importante da cidade criada à margem do belo rio Branco. O projeto original foi adulterado com a criação da Orla Taumanan, pois, a concepção da Orla do rio já existia desde o ano de 1945 que integrava o projeto original da cidade de Boa Vista, local onde promovia os encontros da sociedade em tardes frescas e em noites enluaradas (ANEXO DO OFÍCIO N.º 003/2015/DPC, 2015, grifo da autora).

Para uma das fiéis que já foi coordenadora da comunidade São Pedro, a construção da Orla Taumanan afetou a questão religiosa e abalou o âmbito cultural existente nessa localidade:

O impacto foi grande com a construção da Orla, tanto cultural como religioso. Ela afetou grandiosamente todo o processo. Claro, sem nenhuma dúvida, apesar da Orla Taumanan ser um espaço maravilhoso, muito bonito, mas em compensação acabou com a procissão. Primeiro não se vê mais o rio, a não ser se você subir ali na Orla. Então a gente não tem mais a chance de pôr o pé. Essa é a grande dor que nós boa-vistenses sentimos (Entrevista realizada com Ana Freitas, 12/01/2019).

Pelo exposto, percebe-se que os moradores têm críticas as mudanças e intervenções urbanas que mexem com a memória. Além disso, eles sinalizam elementos simbólicos que indicam pertencimento ao citar a importância do porto para a realização de seus rituais religiosos.

Pelas memórias, observa-se que a construção da Orla Taumanan no ambiente estudado afetou a três importantes universos patrimoniais, ao: 1. Obstruir o acesso ao rio Branco para banhar, nadar ou atracar barcos de médio e grande porte (patrimônio natural). 2. Demolir prédios históricos (patrimônios materiais). 3. Deslocar as festas populares (patrimônio imaterial).

No ano de 2014, por motivos desconhecidos, o início da procissão fluvial foi alterado, passou a sair da Marina Meu Caso (Figura 7). Desde essa última modificação, essa parte do ritual continuou saindo desse local.

Assim, após relatar os diferentes trajetos da procissão, mudados em função de vários fatores, especialmente pela Orla Taumanan, a seguir destaco um dos fatos mais significativos, que alterou a estrutura do ritual, ou seja, a destruição do Porto de Cimento e da sede da Colônia de Pescadores, espaços simbólicos que faziam parte do ritual.

5.4 Espaços simbólicos destruídos

Como dito antes, os pescadores têm como protetor São Pedro, devido este ícone religioso ter sido pescador. Assim, a realização da procissão de São Pedro no município de Boa Vista, desde sua primeira edição, recebeu a colaboração destes trabalhadores. Para exemplificar a relevância desse ritual para os pescadores, destaco a fala do pescador Aureliano Filho, que foi publicada na Folha de Boa Vista: “Esta homenagem nunca vai acabar. Ela faz parte do estatuto da Colônia desde 1968” (Edição 2434, de 30 de junho de 1998, p. 5). Ele ainda ressaltou que o padroeiro é símbolo máximo de sua classe. Na época, a folha de Boa Vista publicou que este fiel participa da festa há 30 anos.

No ano de 2004, a gestão municipal articulou um projeto para construir a Orla Taumanan, como já apontado anteriormente nessa tese. Este visava diferentes objetivos, um deles foi a potencialização do turismo. Contudo, para que a primeira

fase do projeto fosse efetivada, a prefeitura precisava adquirir três prédios da Colônia de Pescadores Z1 de Roraima, e demoli-los. O processo de negociação dos edifícios da Colônia foi noticiado no jornal “Folha de Boa Vista”. A área visada pela prefeitura era composta por:

A área desapropriada mede 2.300 m² e está localizada no lote de n. 050 da quadra n. 73 da zona 01, Centro, fica de frente com a avenida Floriano Peixoto e mede 50 metros, fundos com o rio Branco, e 46 metros, do lado direito com os lotes 55 e 86, e lado esquerdo com terras do patrimônio municipal (LOPES, FOLHA DE BOA VISTA, Edição 4177, de 23 de abril de 2004, p. 5).

As primeiras notícias publicadas na “Folha de Boa Vista” sobre o processo de negociação dos prédios da colônia de pescadores são da Edição 4125, de 17 de fevereiro de 2004. A manchete dessa edição ressaltava na época, que para a conclusão das obras Orla Taumanan, a prefeitura teria que demolir três prédios. Destacava ainda que os pescadores não estavam aceitando o valor da indenização (R\$340 mil).

Nesse processo, de negociação entre prefeitura e pescadores, outros sujeitos fizeram críticas a construção da Orla Taumanan. Um dos casos foi o vereador George Melo do Partido dos Trabalhadores (PT). Em uma entrevista publicada na Folha de Boa Vista (2004), este destacou que iria fazer requerimento junto a Câmara de Vereadores, para analisar o projeto de construção da Orla. Na época, esse vereador havia mencionado que: “Temos que ouvir os pescadores da Colônia, as pessoas ligadas ao artesanato, os donos de bares que se sentem prejudicados, enfim, ouvir a comunidade. Afinal estão tentando acabar com um patrimônio histórico de Boa Vista em nome da modernidade” (ROCHA, FOLHA DE BOA VISTA, Edição 4126, de 18 de fevereiro de 2004, p. 4). George também fez um paralelo com a China, mencionando que lá o moderno e a cultura milenar andam juntas. Sendo assim, questiona o porquê a cidade de Boa Vista também não pode seguir o exemplo. Pelo exposto, percebemos que ele se opõe a ação da prefeitura, que demoliria patrimônios sem uma ampla discussão com os sujeitos envolvidos.

Uma outra moradora da cidade, Cecy Lya Brasil, em entrevista à Folha de Boa Vista⁸⁴ (Edição 4125, de 17 de fevereiro de 2004, p. 5), também fez diversas críticas a possibilidade de demolição dessas edificações. Mencionou que o prédio da

⁸⁴ Essa edição foi publicada no início da negociação entre prefeitura e colônia de pescadores.

colônia de pescadores não era tombado, mas era considerado um dos marcos históricos de Roraima, e já havia sido ocupado pela colônia há mais de vinte anos. Informou ainda, que antes dos pescadores, a polícia marítima ocupava o prédio.

No poema “Aos amigos”, de Odir Lucas, também é visível o descontentamento com a demolição do prédio da Colônia de Pescadores na região da orla:

Foi pescador e comerciante
Sempre ajudando os associados
A batalha na sua vida foi constante
Fundou a colônia dos pescadores Z. 1 de Roraima
Hoje ele está no céu com muita vergonha
Daqueles que roubaram e acabaram com a colônia dos pescadores
Fostes forte que nem aroeira
Saudoso senhor Ferreira (LUCAS, 2011, p.97).

A breve descrição do poeta Odir Lucas, relativa à vergonha que o senhor Ferreira deve sentir no céu, sugere conflitos relativos à administração da colônia de pescadores da época.

Ou seja, nota-se que existiram grupos de moradores que repudiavam a demolição desse prédio, e consideravam o local como um patrimônio histórico, mesmo que ele não fosse reconhecido pelas instituições de patrimônio, porém era significativo social e culturalmente.

Em março de 2004, novamente a Folha de Boa Vista (Edição 4141, de 10 de março de 2004. p. 7), noticiou a negociação entre pescadores e prefeitura. Na época, a reportagem destacava que a Colônia de Pescadores de Roraima iria apresentar uma contraproposta para a prefeitura em relação a desapropriação do seu prédio. Segundo o exposto na edição, para a negociação a colônia de pescadores elaborou uma comissão, cujo presidente seria Mário Torreias. Conforme este, no período já fora contratado um engenheiro civil para avaliação da área dos imóveis. Nessa mesma matéria, o presidente da comissão destacou que a prefeitura fez duas propostas: A primeira seria o pagamento do valor de R\$328 mil a título de ressarcimento; a segunda seria a construção, por parte da prefeitura, de uma nova sede, em local indicado pela associação e o dinheiro que sobrasse seria repassado para a colônia. O presidente ainda assinalou que a segunda proposta era mais interessante, e que até já havia visitado um terreno a 500 metros da beira do rio Branco, atrás da Companhia Energética de Roraima (CER).

No dia 23 de abril de 2004, a Folha de Boa Vista (Edição 4177, p. 5) anunciou o término da negociação de imóveis na região da Orla, entre prefeitura e colônia de pescadores. Além disso, a matéria ressaltou que os pescadores já receberam a primeira parcela da indenização dos imóveis e um terreno para construir uma nova sede da associação. A princípio, a comissão de pescadores havia avaliado o local em R\$480 mil, mas aceitou a proposta de R\$364.397,00. A reportagem, mencionou ainda, que a prefeita entregou, na noite anterior, o título definitivo onde funcionará a nova sede da colônia de pescadores. Na negociação da área, a prefeitura disponibilizou, na época, um terreno localizado no bairro Calungá, que tinha aproximadamente 2.900 metros quadrados. O local fica a aproximadamente 500 metros do rio. Também foi mencionado nessa edição do jornal, que o prazo para a construção da nova sede da colônia seria de 120 dias.

No dia 20 de maio de 2004, a prefeitura demoliu os prédios que eram da colônia de pescadores, para dar sequência na etapa de construção da Orla Taumanan.

Anos depois, a sede da colônia mudou-se do bairro Calungá para a avenida Mario Homem de Melo, bairro Buritis⁸⁵. O local é muito distante do rio e isso não foi considerado positivo para algumas pessoas. “A colônia era mais para a região do beiral. Aí a colônia se mudou para outra área. Nunca ouvi falar de colônia de pescadores longe de água. Se mudou, mas os pescadores ficaram” (Entrevista realizada com Aldaires Bezerra, 21/01/2018).

Pelo observado, a prefeitura ao construir a Orla Taumanan não levou em conta a procissão que era realizada naquele local. Ou seja, na época não foi pensado em um modelo de desenvolvimento que incluísse aspectos relevantes da cultura da cidade. Ao tentar urbanizar o centro histórico, foram construídos novos empreendimentos e demolidos automaticamente prédios que eram importantes para aquela região, seja simbolicamente ou economicamente.

A construção da Orla Taumanan teve efeitos econômicos e simbólicos, econômicos na medida que interferiu na fonte de renda de trabalhadores na região e simbólicos por afetar o ritual que se processavam ali.

⁸⁵ Em relatos durante a pesquisa de campo, alguns pescadores mencionaram que nessa época, por conta da mudança da sede colônia, eles foram morar no bairro Calungá, e ainda continuam nesse local.

5.5 A procissão de São Pedro: o ritual e seu futuro indefinido

A partir do ano de 2017 a Marinha do Brasil passou a orientar a coordenação da Igreja de São Pedro sobre as medidas de segurança que as embarcações que participavam da procissão ao padroeiro deveriam ter⁸⁶. Assim, alertou que a parte da procissão fluvial seria proibida, caso as embarcações não seguissem as leis de segurança marítima, como podemos ver na publicação dos veículos de comunicação:

Em nota, a assessoria da Marinha do Brasil, por meio do 9º Distrito Naval, disse que orientou a coordenação da procissão fluvial quanto ao cumprimento das normas marítimas, entre elas a certificação de transporte de pessoas, o uso de coletes salva-vidas para todos os passageiros e da necessidade de haver um condutor habilitado para conduzir a balsa (FREITAS, G1 REDE AMAZÔNICA RORAIMA, 23/06/2017).

Desse modo, no ano de 2017, a procissão fluvial foi cancelada, pois a coordenação da celebração do dia de São Pedro, não conseguiu seguir as orientações de normas de segurança exigidas pela Marinha.

Como a Marinha do Brasil notificou a comissão organizadora da celebração ao dia de São Pedro da obrigatoriedade de equipamentos de segurança e legalização das embarcações, busquei perguntar para o representante da igreja, como esta instituição tentou resolver essa questão. Sobre esse assunto, padre Francisco, mencionou que a igreja foi atrás de colaborações dos setores públicos, mas não conseguiu, pois não existe um financiamento público para essas celebrações, e para a comunidade arcar com essa questão fica difícil, segundo o pároco.

Mesmo que esse percurso da celebração foi cancelado, a igreja manteve o festejo ao apóstolo, mas com uma programação diferenciada. A solenidade contou com uma procissão terrestre, que iniciou às 17h. O trajeto do cortejo começou na Igreja Nossa Senhora Aparecida, localizada no bairro Aparecida, zona Norte da cidade, e seguiu até a Igreja São Pedro. Após a procissão terrestre foi celebrada

⁸⁶ Na procissão fluvial, até o ano de 2016, a imagem do santo e os devotos percorriam o rio Branco em uma grande balsa. No entanto, após essas orientações da Marinha, no ano de 2018 o padroeiro passou a ser levado em um barco menor e alguns fieis, em barcos menores, acompanhavam a imagem.

uma missa, seguida do tradicional arraial e brincadeiras que fazem parte do mês junino.

No ano seguinte, em 2018, a comissão organizadora da celebração alusiva ao dia de São Pedro organizou novamente uma programação diferenciada envolvendo as seguintes atividades: Na parte da manhã estava prevista a Alvorada na Igreja São Pedro e um café da manhã compartilhado com a comunidade. No período vespertino, a procissão terrestre estava agendada para sair em frente à Igreja Matriz, seguindo pelas Ruas Floriano Peixoto, Cecília Brasil e Avenida Getúlio Vargas até à margem do rio Branco. Neste último lugar, seria realizada uma procissão fluvial simbólica, na qual a imagem do Santo iria percorrer por 10 minutos as águas do rio Branco⁸⁷. Da região do rio Branco retornariam para a Matriz. Na última parte do ritual, seriam realizados a missa e o arraial da igreja.

No entanto, quando fui pesquisar sobre a realização da procissão fluvial ocorrida no ano de 2018, surgiram duas diferentes narrativas. Uma delas foi a do padre Francisco Mário Ribeiro Castro e das matérias publicadas no jornal Folha de Boa Vista, segundo essas fontes a partir de 2018 a etapa fluvial do evento só aconteceu de forma simbólica, onde a imagem de São Pedro ficou alguns minutos percorrendo de barco pelas águas do rio Branco. Ou seja, os fieis não acompanharam o barco no qual o ícone católico estava sendo levado, como acontecia antes.

Ainda sobre a procissão realizada no ano de 2018, o padre Francisco, informou que ela contou com aproximadamente 2 mil pessoas, e foi acompanhada de um carro do som, durante o percurso terrestre. Disse ainda que a Marinha, desde 2017, fiscaliza a procissão para que ninguém desrespeite a lei de segurança marítima. Contudo, ele apoia essa medida, afirmando que a segurança deve estar em primeiro lugar.

Outra narrativa sobre esse evento, foi evidenciada durante a conversa que tive com o fiel Said Salomão Mêne e pescadores do bairro Calungá; e na entrevista que realizei com Petita Brasil (12/01/2019). Essas pessoas, afirmaram que a procissão fluvial ocorreu no ano de 2018 e teve a duração de aproximadamente uma hora. Said, chegou mencionar o nome do condutor do barco⁸⁸ que levou a imagem

⁸⁷ Apenas o condutor do barco iria levar a imagem de São Pedro. Ou seja, não existiria a participação dos fieis nessa parte da celebração.

⁸⁸ Para preservar a identidade do dono da embarcação o seu nome seu nome não foi apresentado.

de São Pedro, relatando ainda que alguns barcos acompanharam o percurso. Além disso, destacou que ele acompanhou o trajeto fluvial, no barco do seu tio. A procissão fluvial, segundo ele, começou o seu trajeto na Marina Meu Caso, seguindo até a Orla Taumanan, de onde retornou ao lugar de saída. Disse ainda que a marinha escoltou a procissão.

No campo, conversando com pescadores do bairro Calungá, também escutei uma narrativa que descrevia que houve impasses para a realização da procissão fluvial no ano de 2018.

Said, também falou da existência de impasses para a realização da procissão fluvial. Reiterou que a igreja não estava querendo realizá-la, mas que ele e um grupo de amigos que possuem barcos, insistiram para a realização desse cortejo, dada a importância dessa tradição. Assim, segundo ele, após muita insistência, conseguiram realizar a procissão fluvial.

Apesar das pequenas divergências entre esses discursos sobre a forma como essa etapa da celebração aconteceu, elas apontam que os fieis não acompanharam a imagem do apóstolo em uma grande embarcação, como acontecia nos anos anteriores a proibição da Marinha. Assim, pelo que foi evidenciado até aqui, nota-se um conflito sobre como a procissão deve acontecer na sua parte fluvial.

Para acompanhar os novos sentidos que os fieis dão a esse novo formato da procissão, procurei nas conversas e entrevistas, questionar os sujeitos em relação aos aspectos dessa mudança, e todos apontaram sua insatisfação. Dona Marillac (Entrevista realizada em 21/01/2019), por exemplo, chegou a mencionar que as pessoas que participam não gostam desse formato, como podemos acompanhar em sua fala: “O povo não gosta de jeito nenhum, porque eles gostam mesmo é de vir na balsa junto com o santinho”.

Ao mesmo tempo que as pessoas que participam da procissão afirmam que não gostam desse novo formato, elas reconhecem que esta medida da marinha foi correta, pois evita acidentes durante a realização da procissão marítima, como pode-se acompanhar a seguir na fala de dona Maria:

O motorista tinha que estar habilitado, tinha que ter uma carteira, tinha que passar por um treinamento e ter o barco com todas as medidas de segurança. Porque ia muita criança, as mães iam e levavam um tanto de criança, era menino puxando menino, dois, três meninos agarrados na saia da mãe. Então, por causa disso é que a marinha resolveu proibir que a procissão acontecesse daquela

maneira⁸⁹. Então, o pessoal ficou muito triste com essa proibição, mas se a gente for analisar direito, vemos que eles têm razão em fazer aquilo lá, pois era arriscado, e antes que acontecesse alguma coisa mais grave, a coisa foi barrada para que não acontecesse (Entrevista realizada com Maria Meire Saraiva Lima, 18/01/2019).

Através das conversas e entrevistas que realizei no campo, ficou evidenciado que a partir da determinação feita pela Marinha em 2017, esta passou a fiscalizar e acompanhar assiduamente as edições do festejo realizado em homenagem a São Pedro.

Percebe-se que essa parte do ritual, acontece ainda como forma de resistência por parte dos fieis em manter essa etapa do evento, que simbolicamente é essencial para a realização de toda procissão, uma vez que o São Pedro é padroeiro dos pescadores e a relação com o rio é significativa. Ou seja, fazem questão, como acompanhamos até aqui, que a imagem do santo circule pelo rio Branco, uma parte que simbolicamente é representativa para a população.

Já na conversa que tive com o pároco responsável pela procissão notou-se também que o futuro da procissão é incerto. Padre Francisco, relatou que se não houver um patrocínio para a celebração, será difícil futuramente mantê-la. Além disso, ressaltou que as festas para arrecadação de fundos para a procissão também estão difíceis de conservar, pois são poucas as pessoas que ajudam na organização da procissão fluvial.

A atuação da marinha e a construção da Orla Taumanan, desse modo, tiveram um impacto profundo na festa dedicada a São Pedro. A primeira porque suprimiu a procissão fluvial. A segunda, por abalar a estrutura da festa, ao deslocar o início da procissão fluvial de um local simbolicamente importante para esse cortejo, na qual possuía na época o Porto de Cimento e sede da Colônia de Pescadores (os quais tinham uma participação significativa na organização do festejo até então).

5.5.1 A resistência dos devotos continua

⁸⁹ É importante frisar que existem normas da Marinha do Brasil, que visam assegurar a segurança de navegação e da salvaguarda da vida humana. Desse modo, a proibição da qual a entrevistada destaca, foi devido ao não cumprimento das normas nacionais e não um caso específico de Boa Vista.

Depois de alguns anos sem a presença mais efetiva dos fiéis na procissão fluvial, no ano de 2019 os fiéis conseguiram acompanhar, de modo mais acentuado, a imagem do santo em barcos pequenos. O formato dessa parte da celebração em homenagem a São Pedro não foi como nos anos anteriores, no qual existia uma grande embarcação, mas ela já teve uma grande importância.

Em 2019 a celebração, que aconteceu no dia 29 de julho, teve pequenas alterações. Pela manhã manteve-se a alvorada e o café da manhã partilhado na igreja. Quanto a procissão, ela saiu como de costume às 17h da frente da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, seguindo ao porto de Marina Meu Caso. Do porto a imagem continuou em procissão fluvial até a Orla Taumanan, voltando posteriormente para o local inicial. No entanto, essa última parte da celebração a São Pedro foi um pouco reduzida, pois em edições anteriores a imagem era levada até a ponte dos Macuxis.

Tendo concluído o trabalho de campo, mantive contato com vários moradores da região e fiéis que participam da celebração em homenagem a São Pedro. Assim, constatei que a procissão fluvial foi realizada com um número mais expressivo de participantes, se comparado com os últimos anos.

Na foto a seguir vemos o momento no qual os devotos acabam o percurso da procissão terrestre, e conduzem a imagem do santo para embarcação para seguir na procissão fluvial.

Foto 54 – Início da procissão fluvial/2019.



Fonte: MÊNE, Said Salomão. Foto: 29/06/2019.

Nesse ano, o barco que levou o santo era uma embarcação de médio porte, e os fieis que acompanharam a imagem de São Pedro pelas águas do rio Branco foram em barcos pequenos e em jet ski, todos vistoriados e habilitados para o momento.

Desse modo, apresento a seguir, uma fotografia da embarcação que levou o ícone católico na procissão fluvial. A fotografia nos dá uma ideia do tamanho do barco e o número de pessoas que estavam com a imagem de São Pedro.

Foto 55 – Embarcação da procissão fluvial/2019.



Fonte: MÊNE, Said Salomão. Foto: 29/06/2019.

Falar sobre as dinâmicas do ritual no espaço público, requer um esforço de compreensão que implica em desvendar as sociabilidades e a rede de relações que perpassam nesses locais. As paisagens são modificadas, seja pela ação do tempo ou pela intervenção do homem através de construções ou alterações no que já foi construído, e com isso também se estabelecem novas fronteiras e lugares. Com essas alterações o ocupar, transitar e estar nesses espaços se modifica. E foi isso que podemos ver aqui com o desenvolvimento desse texto, na medida em que a alteração do espaço físico da orla do rio Branco afetou e alterou toda uma dinâmica cultural que existia nesse espaço.

Através das narrativas compartilhadas, seja por meio de entrevistas ou relatos, constatei os momentos que permanecem na lembrança dos fieis, que se concentram muito nas modificações pelas quais a procissão vem passando, e junto com elas o seu enfraquecimento na comunidade de Boa Vista, a incerteza constante sobre sua continuidade.

Por fim, esta discussão auxiliou no entendimento referente as várias dinâmicas que envolvem este ritual católico na experiência urbana, e como suas formas foram afetadas ao longo dos anos. E ainda, observou-se, que a procissão mesmo passando por diversos percursos e impedimentos a ela, ainda continua a existir pela devoção de muitos fieis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade e seus espaços não são formados apenas pela sua estrutura física (paisagem) e indivíduos. Ela é composta por uma amplitude de materialidades e formas cotidianas de apropriações do espaço que expressam diferenças. Assim, de forma geral ela é constituída por:

Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1979, p. 26).

Desse modo, seu estado de espírito é marcado pelos seus processos históricos como foi tratado na primeira discussão dessa tese ao destacar as transformações da paisagem na região desde o período da formação deste.

Assim, viu-se, a partir da década de 1990, os primeiros discursos do poder público para intervenção nessa área. Nesse primeiro momento, vemos diversos prédios sendo tombados, e reformados sem a devida autorização. Desse modo, o processo de patrimonialização enquanto representação da memória, ou seja, caracterizado por uma construção de “coisas” da memória (JEUDY, 2004), não levou em conta a coexistência de diferentes culturas no município de Boa Vista.

No processo de reconfiguração do espaço da região estudada, a partir de 2000, observou-se uma oposição a prefeitura, que se manifestou na disputa sobre como a orla do rio deveria ser.

Ao analisar o processo de mudança no tecido físico e social da paisagem da área da orla do rio Branco, através das narrativas e das fontes jornalísticas, ofícios e memorando; notou-se, que essas alterações fizeram parte de todo um contexto que envolveu o turismo e conflitos políticos. Assim, apoiada em Appadurai, analisei esses acontecimentos na sua trajetória total, pois é nela que compreendemos suas características e as suas direções: “Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 2008, p. 17).

Em meio as representações da paisagem da Orla Taumanan, viu-se a relação desse espaço urbano com o rio sendo alterada mediante os projetos, cuja as ações foram chamadas de revitalização, que incidiram um tratamento plástico sobre esse espaço público.

Assim, ao tentar compreender como as pessoas, que vivem e sentem a cidade de Boa Vista, tem significado as alterações da paisagem urbana de parte do centro histórico, notou-se dois eixos diferenciados em seus discursos: de um lado existe aquele que evoca que esse novo cenário provocou a destruição de lugares de memória, e essas narrativas também evidenciavam o valor da história local, a necessidade de políticas para a valorização patrimonial que envolvam os moradores e a importância da patrimonialização através dos monumentos. Por outro lado, existem narrativas que evidenciam que as alterações nesse espaço ampliaram o mercado de trabalho e trouxe uma “beleza” estética a região.

Há, todavia, um elemento da teoria de Ecléa Bosi, que deve ser também destacado. Bosi (1994, p. 453), diz que “o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ela quer também julgar, marcando, bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a”. Tal consideração da autora, foi claramente visível nas narrativas dos moradores, ao se posicionarem contrários a estrutura da edificação da Orla Taumanan, e o local na qual foi feita.

A construção da Orla Taumanan, além de manter o rio a distância das pessoas, ela destruiu o antigo Porto de Cimento, um dos pontos principais do trajeto da procissão fluvial, levando a uma nova estratégia para realizar a procissão.

Nas intervenções em áreas consideradas históricas das cidades brasileiras vemos um processo de estetização em suas paisagens justificadas pelo fenômeno do turismo e do lazer. Esses espaços, antes marcados pela convivência plural, tem se transformado em locais cenográficos:

Um dos efeitos imediatos deste processo de estetização traduz-se no facto de as práticas quotidianas dos indivíduos ou de locais e edifícios onde a vida normal se desenrola estarem a ser, de algum modo, encenados para adquirem o estatuto de um produto, de um signo e de uma imagem destinados a serem consumidos, ainda que sob a forma de um consumo meramente visual (PEIXOTO, 2003, p. 219).

Pode-se afirmar, ainda, que o grande desafio dos projetos de intervenção em centros históricos, nas sociedades contemporâneas, é promover ações que envolvam diálogos entre culturas e grupos sociais díspares. No entanto, vimos que os projetos de revitalização dessa área onde foi construída a Orla Taumanan, não dialogou com o patrimônio cultural da cidade.

Na nova configuração dessa paisagem urbana, pude perceber a presença mais significativa de imigrantes venezuelanos, turistas (a maioria de Manaus), e trabalhadores. O poder público municipal, também tem promovido programações culturais, com o objetivo de dar novos usos ao espaço da Orla Taumanan, ligadas ao entretenimento e lazer. Esses eventos tem atraído um público significativo para o local.

Em Boa Vista, os processos de intervenção urbanística, realizados na área investigada nessa tese, de certa forma, desapropriaram alguns grupos de determinados bens patrimoniais, mas também possibilitou novas apropriações seja simbólica ou no campo econômico. Ou seja, alguns se sentiram privados de seu capital simbólico e outros contemplados.

Nessa tese também foi evidenciado, ao refletirmos sobre as novas apropriações e relações permeados, a partir das transformações na orla do rio Branco, que “a prerrogativa política de construção social do espaço público não pertence somente a poucos iguais, mas igualmente a muitos diferentes” (LEITE, 2001, p. 370).

Observar, desse modo, os usos desse ambiente urbano permitiu a sua compreensão mais vasta e a possibilidade de estabelecer parâmetros de análise do lugar do patrimônio a partir dessas novas construções na paisagem urbana de Boa Vista.

As práticas sociais dão significado aos espaços da região da orla do rio Branco, como vimos no decorrer dessa tese. Para exemplificar essa questão, pode se citar o trabalho de Magnani, no qual mostrou que os locais só ganham sentido e ressignificam os espaços, se permeados de práticas sociais:

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamento estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda, o viaduto é usado como local de passeio a pé, a esquina recebe despachos e ebós, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado e

ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante (MAGNANI, 1996, p. 18).

Desse modo, foi observado nas narrativas, que diversos espaços da região estudada tiveram os seus sentidos habituais alterados, como a mudança no percurso da procissão de São Pedro. A rua onde dava acesso ao Porto de Cimento, por exemplo, antes usada como um lugar de passagem de veículos e pessoas, no dia da procissão tornava-se uma paisagem modificada com o enfeite de bandeirinhas e com o trajeto da procissão. O Porto antes usado para à atracação de barcos para desembarque e embarque de pessoas e mercadorias, na data da celebração ao dia do Santo, transformava-se no ponto de concentração de fieis, seja para acompanhar na balsa o percurso da imagem pelas águas do rio Branco ou para aguardar o retorno do ícone católico.

Acompanhou-se também, a persistência dos fieis em manter a procissão fluvial em homenagem a São Pedro, mesmo com os diversos contratempos. Para eles, manter essa parte do festejo dedicado ao santo os ajuda alimentar a devoção. Assim, para os fieis, a simples possibilidade de não ser realizado esse percurso sobre as águas do rio Branco, não demonstraria a sua fé e devoção.

Assim, pelas análises empreendidas nesse estudo, notou-se também que na cidade de Boa Vista existem duas elites substanciais, a da família Jucá e uma elite tradicional. As autoridades tradicionais se sentem aviltadas em seu mando local quando “outros” interferem nas mudanças paisagísticas que fazem parte de sua história. Ou seja, pode-se observar que entre essas elites existe um conflito de poder tendo o patrimônio como referência, que em muitos casos gerou a não aceitação das ações do poder local de intervenção urbanística.

Contudo é preciso ressaltar a situação atual da Orla Taumanan. Como esta não foi construída com o devido rigor, recentemente, em novembro de 2019, houve complicações em sua estrutura e ela está interditada. A previsão para a reabertura desse local é de oito meses a um ano.

De todo modo, cabe destacar que nessa tese foram evidenciadas ações de intervenção urbanística de um determinado período temporal e espacial da cidade de Boa Vista. No entanto, as transformações continuam na região. Atualmente,

existe um projeto de expansão da Orla, na qual objetiva integrar a Orla Taumanan ao Beiral.

Penso que ainda existe muito espaço para novas considerações no âmbito dos processos de intervenção urbanística na cidade de Boa Vista. Especialmente, porque, para a execução desse novo projeto, os moradores de uma área periférica, conhecida como Beiral, já foram retirados do local. Diante disso, reforço a necessidade de novas interpretações sobre a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. O “Acampamento”, a cidade e o começo da política. In: Cordeiro, Graça Índias & Vidal, Frédéric (orgs.). **A Rua: espaço, tempo, sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 17-25.

_____. **Antropologia da cidade**. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro nome, 2011.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sobre o enfoque da conservação urbana integrada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. Estratégias para a construção do patrimônio cultural. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. v. 1. 255p.

_____. **Paisagens Paulistanas** – transformações do espaço público. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. **Patrimônio imaterial e referências culturais**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 2001.

_____. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina; 2009. p. 11-24

ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2000. pp. 226.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. tradução Pier Luigi Cabra. 4a ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **Ocupação humana em Roraima**. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi, 9 (1): 123-144, 1993.

BEZERRA, Aldaires. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 21 de janeiro de 2018**, em sua residência.

BOA VISTA. Lei n.º 104, de 06 de setembro de 1984. **Institui feriado no dia 29 de junho, dia de São Pedro**.

_____. Decreto nº 2.614, de 15 de outubro de 1993. **Decreta o tombamento do acervo do Patrimônio Histórico do Município de Boa Vista.**

_____. Lei n.º 1.427, de 15 de junho de 2012. **Institui o tombamento e registro de bens e organiza a proteção do patrimônio cultural e museológico do município de boa vista e dá outras providências.**

_____. Lei n.º 229, de 10 de setembro de 1990. **Institui o tombamento da Escola Estadual Euclides da Cunha.**

_____. Lei n.º 230, de 10 de setembro de 1990. **Institui o tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.**

_____. Lei n.º 231, de 10 de setembro de 1990. **Institui o tombamento da Prelazia.**

_____. Lei n.º 231, de 10 de setembro de 1990. **Institui o tombamento da Escola São José.**

_____. Decreto Nº 2.176, de 16 de abril de 1993. **Cria o Projeto Raízes, institui sua comissão de estudos e dá outras providências.**

_____. Decreto n.º 2.558, de 3 de setembro de 1993. **Institui o tombamento da Associação Comercial de Roraima.**

BOAVISTA.RR.GOV.BR/NOTICIAS. **Sinalização histórica revela Boa Vista de 1785 a 1988.** Boa Vista, 19/03/2015. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/03/sinalizacao-historica-revela-boa-vista-de-1785-a-1988>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Orla Taumanan:** Um dos principais pontos turísticos da cidade é reinaugurado hoje. Boa Vista, 06/11/2015. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/11/orla-taumanan-um-dos-principais-pontos-turisticos-da-cidade-e-reinaugurado-hoje>. Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. **Prefeita Teresa entrega uma Orla Taumanan mais moderna e de cara nova.** Boa Vista, 09/11/2015. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/11/prefeita-teresa-entrega-uma-orla-taumanan-mais-moderna-e-de-cara-nova>. Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. **Comunicado - Trecho da Orla Taumanan será temporariamente interditado para reparos,** 21/11/2019. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2019/11/comunicado-trecho-da-orla-taumanan-sera-temporariamente-interditado-para-reparos>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOTELHO, Tarcísio R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís.** Revista eure (Vol. XXXI, Nº 93), pp. 53-71, Santiago de Chile, agosto 2005.

BRAGA, Olavo Viana. **Momentos da história de Roraima por Olavo Viana Braga.** Manaus: Editora Silva, 2002.

BRASIL, Cecy Lya. **Escritora reclama da destruição dos prédios.** Folha de Boa Vista, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4125, 17 fev. 2004. Cidade, p. 5.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL, Luiza Carmem. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 12 de janeiro de 2019,** em sua residência.

BRICENO-LEON, Roberto. **A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política.** Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2006, vol.11, suppl., pp.1223-1233.

BRITO, Lilian Simone Amorim. **Intervenção no Centro histórico e a reorganização sócio-espacial do Bairro da Cidade Velha – Belém/PA.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardes. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CAMPOS, Kátia Luiza Vieira. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 18 de janeiro de 2019,** no Centro de Artesanato.

CANEVACCI, Massino. **A cidade Polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana** 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro, nº 23 – Cidades, 1994.

_____. Culturas Visuais entre a arte e o Patrimônio. In: **A sociedade sem relato: Antropologia e estética da iminência.** São Paulo: Edusp, 2012.

CÂNDIDO, Francisco. **Boa Vista – 125 ANOS: Bairro São Pedro (antigo Bairro “Rói Couro”).** In: Jornal Folha de Boa Vista. 30/06/2015. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/coluna/BOA-VISTA---125-ANOS/1145>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Estudos de Desenvolvimento Regional (TERRITÓRIOS FEDERAIS).** Série levantamentos e Análises – 23. 1 9 5 9.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CARVALHO, T. M.; CARVALHO, C.M.; MORAIS, R.P. **Fisiografia da paisagem e aspectos biogeomorfológicos do lavrado, Roraima, Brasil**. Rev. Brasileira de Geomorfologia, v.17, n.1, 2016.

CASTRO, Francisco Mário Ribeiro. **Entrevista informal concedida a Cristiane Bade no dia 15 de janeiro de 2019**, na igreja São Francisco. Comunidade Católica Paroquial São Francisco das Chagas.

CHARGE DO FLÁVIO. **Diário de Roraima**, Boa Vista, ano III, edição n. 734, 07 jan. 1994. Coluna Opinião, p. 2.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Projeto Raízes: o caso e o descaso do patrimônio histórico de Boa Vista – RR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

CIDADES.IBGE.GOV.BR. **Censo - Amostra religião**. Ano 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 21 mar. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FARAGE, Nádia. **Muralhas do Sertão**. Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Civilização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. pp. 267 – 278.

FAVRETO, Cristiane Bade. **Construções discursivas e visuais em torno da identidade roraimense**. Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil - revistasimbiotica@gmail.com. vol.2, n.2, dez., 2015. p. 83-98.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos? A migração indígena em Boa Vista**. Goiás:MLAL, 1990.

FERREIRA, Priscilla R. Camargo. **YES, NÓS TEMOS CULTURA! A comunidade da Cidade Velha e o fenômeno da gentrification: um estudo de caso sobre o Espaço São José Liberto em Belém do Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FOLHA DE BOA VISTA. **Fieis prestam homenagem a São Pedro**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, ano XV, edição n. 2434, 30 jun. 1998. Cidade, p. 5.

_____. **Prefeitura Inaugura Orla Taumanan.** Folha de Boa Vista, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4236, 01 jul. 2004. Informe publicitário, p. 11.

FOLHAWEB. Inauguração das obras de reforma da Orla Taumanan será na sexta-feira. **Boa Vista**, 04/11/2015. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/noticia/Inauguracao-das-obras-de-reforma-da-Orla-Taumanan-sera-na-sexta-feira/11239>. Acesso em: 11 fev. 2019.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima.** Ed. Revista e ampliada. Boa Vista: DLM, 2000.

FREITAS, Ana. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 12 de janeiro de 2019**, na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

FREITAS, Elivane. **Procissão fluvial de São Pedro é cancelada em Boa Vista devido cobrança de normas de segurança da Marinha.** 23/06/2017. G1 Rede Amazônica Roraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/procissao-fluvial-de-sao-pedro-e-cancelada-em-boa-vista-devido-cobranca-de-normas-de-seguranca-da-marinha.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2018.

FREITAS, Marilena. **Prefeitura conclui demolição de prédios.** Folha de Boa Vista, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4200, 20 mai. 2004. Cidade, p. 7.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Levantamento do Complexo Macuxi em Roraima.** Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 19 ago. 2019.

FUNARI, P. P. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil.** Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C.A. (Orgs.). **Patrimônio histórico e cultural.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Roraima: da colonização ao estado.** (Tomo I). Boa Vista: Editora da UERR, 2017.

GISIGER, John Ulric. **Projeto de Renovação Urbana da Praia Grande.** São Luís: SIOGE, 1978

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas Como Patrimônios.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro, DP&A, 2009.

GÓES FILHO, Synezio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

GOMES FILHO, G. F. **O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo norte: a ocupação portuguesa do vale do rio Branco (1775-1800).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

GOMES, Hildete Carneiro; SEABRA, Hilderene Carneiro Gomes. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 20 de janeiro de 2019,** na residência de Hildete, localizada as margens da Orla Taumanan.

GONÇALVES, Eurinedes Oliveira. **Patrimônio histórico de Boa Vista: tombamento dos prédios construídos nos séculos XIX e XX.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **MEMO Nº 52/2015/GABINETE DO SECRETÁRIO AJUNTO/SECULT;** 27 de agosto de 2015.

G1 RORAIMA. **Prefeitura de Boa Vista divulga prévia de projeto de revitalização do 'Beiral'.** Boa Vista, 14/07/2017. Foto: Prefeitura/Divulgação. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeitura-de-boa-vista-divulga-previa-de-projeto-de-revitalizacao-do-beiral.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HARTMANN, Luciana. **Gesto, palavra e memória: performances narrativas de contadores decausos.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. Boa Vista. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/informacoes-por-cidade-e-estado.html?t=destaques&c=1400100>. Acesso em: 09 jan. 2019.

MINISTERIO DO TURISMO. **Turistas ganham novo espaço de lazer em Boa Vista.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=5644>. Acesso em: 10 dez. 2019.

JEUDY, Henri-Pierre. **Liberdade da memória - uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy.** Revista Pós. Programa Pós Grad. Arquit. Urban. FAUUSP, 2004, n.15, pp. 10-15. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/posfau/n15/02.pdf>

_____. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**, v.1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **La production de l'espace**. Paris, Ed anthropos, 1974.

LEITE, Rogerio Proença de Sousa. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Tese (Doutorado em antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **As transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista: um olhar a partir da fotografia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIMA, Maria Meire Saraiva. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 18 de janeiro de 2019**, no Palácio da Cultura.

LOPES, Rebeca. Pescadores já receberam indenização. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4177, 23 abr. 2004. Cidade, p. 5.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCAS, Odir. **A Boa e Bela sorte de uma vida roraimense**. Boa Vista: DLM, 2011.

MACCAGI, Nenê. **A Mulher do Garimpo (Romance do Extremo Sertão Norte do Amazonas)**. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

MACEDO, Adriano Jorge. **Entrevista concedida a Cristiane Bade no dia 12 de janeiro de 2019**, no Bar Meu Cantinho.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima, informações históricas**. Rio de Janeiro: Graphos, 1986.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole – Textos de antropologia urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MARTINS, Elizangela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MATOS, Fernando. **FBB vai vistoriar a aplicação de recursos no projeto Raízes.** Diário de Roraima, Boa Vista, ano III, edição n. 738, 12 jan. 1994. Política, p. 3.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** In: MAUSS, M. Sociologia e antropologia. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.

MELO, Júlia Morim de. **Mais além da rua do Bom Jesus: a revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do local**”. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MÊNE, Said Salomão. **Entrevista informal concedida a Cristiane Bade no dia 20 de janeiro de 2019,** na praça Barreto Leite.

MORAES, Carla Gisele M. S. M; GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: razões e inspirações da capital de Roraima (1830-2008).** Tempos Históricos, v. 13, 1º semestre – 2009, p. 137-166.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M.; RAMALHO, Paulina Onofre. **Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização.** Revista CPC, São Paulo, n. 9, 2009. p. 65-82.

MORAIS, Maria de; VENTURATO, Raquel Duarte. **Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 89-110.

NASCIMENTO, Maria Evany do. **Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no Centro Histórico de Manaus.** Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NOGUEIRA, Elen Patrícia da Silva. **O governo de Ottomar de Sousa Pinto (1991-1994): um caso de populismo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. 4. ed. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 26-67.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje.** Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. v. 13 (2003). In: **Seminário: a cidade entre projectos e políticas**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Portugal, junho de 2003, p. 211-226. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. *Revista patrimônio e memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

PEREIRA, Luciano. **O Rio Branco: Observações de Viagem**. Manaus: Imprensa Pública, 1917.

PEREZ, Léa Freitas. **Passos de uma pesquisa nos passos das procissões lisboetas**. In: CIES e-Working Papers, nº 101. Portugal, 2010.

PIMENTEL, Walmir. **Boa Vista 1950: uma história que quero contar**. Boa Vista: Gráfica Real, 2010.

POLLAK, Michael. **“Memória, esquecimento, silêncio”**. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.º 3, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro, RJ: Estudos Históricos, 1992.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Convênio entre Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira e Município de Boa Vista**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/304510?ordenarPor=data&direcao=desc>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Convênio entre CEF/Ministério do Turismo/MTUR e Município de Boa Vista**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/781519?ordenarPor=data&direcao=desc>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RAMALHO, Paulina. **Lugar de memória: o plano urbanístico de Boa Vista/RR**. Dissertação de mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. **Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de gentrification no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador-BA**. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 461-486, nov 2014.

RICE, Alexander Hamilton. **Exploração da Guiana brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

ROCHA, Ribamar. Vereador quer investigar projeto da Orla. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4126, 18 fev. 2004. Política, p. 4.

_____. Projeto Orla: Colônia de Pescadores apresenta contraproposta para desapropriação. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4141, 10 mar. 2004. Cidade, p. 7.

RORAIMA. Lei n.º 718, de 06 de julho de 2009. **Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural do Estado de Roraima.**

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina; 2009.p. 25-40.

SAHLINS, Marshall D. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Porque a cultura não é um objeto em vias de extinção (parte II)**. Revista Mana, 1997, Volume 3 (2):103-150.

SANCHIS, P. **Arraial: festa de um povo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SANT'ANNA, Márcia. **A recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados**. Revista de Urbanismo e Arquitetura. v. 6, n. 1 (2003), p. 44-59.

_____. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (Org.). **Registro e políticas públicas de salvaguarda para as culturas populares**. Rio de Janeiro: Iphan, 2005. p. 7-13

_____. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2009.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)**. Tese (Doutorado em antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Entre cultura política, memórias e política de identidade: sujeitos históricos em ação – Boa Vista – Roraima (1970-1980)**. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Revitalização Urbana e (RE) invenção do Centro Histórico de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2004.

SECULT/RR. OFÍCIO Nº003/2015/DPC, de 16 de abril de 2015. **Enviado pela Secretária de Estado da Cultura de Roraima (SECULT/RR) ao Senador do Estado de Roraima Telmário Mota.**

SILVA, Georgia Patrícia da; FALCÃO, Márcia Teixeira; BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira. **O caso e o descaso o patrimônio cultural da cidade de Boa Vista-RR.** CULTUR, ano 05 - nº 02 - Ago/2011.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa:** uma estratégia para a reprodução do capital. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Vandeilton Francisco da. **A festa de Nossa Senhora do Carmo em Boa Vista/Roraima:** conflitos e disputas de poder – 1892-1927. Campina Grande, EDUEFG, 2012.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier:** gentrification and the revanchist city. London and New York: Routledge, 1996.

SURITA, Teresa. **Restauração da Prelazia:** Teresa valoriza o patrimônio histórico de Boa Vista. Disponível em: <http://www.teresasurita.com/2012/08/restauracao-da-prelazia-teresa-valoriza-o-patrimonio-historico-de-boa-vista.html>. Acesso em: 10 dez. 2012.

TAMASO, Izabela Maria. Relíquias e Patrimônios que o Rio Vermelho Levou... In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (orgs.) **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e Desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 199-220.

TAVARES, Jânio. Projeto orla: inauguração poderá ser no fim do mês. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4214, 05 e 06 jun. 2004. Cidade, p. 11.

_____. Orla do Rio Branco será inaugurada em 2 de julho. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4233, 28 jun. 2004. p. 7.

_____. Fiéis vão à procissão e pagam promessa. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4235, 30 jun. 2004. Cidade, p. 6.

_____. Mil pessoas passam ao dia pela orla. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, ano XXI, edição n. 4240, 06 jul. 2004. Cidade, p. 6.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **Por uma antropologia da comunicação - a construção de um campo e suas pesquisas.** Ilha - Revista de Antropologia, v. 10, p. 114-132, 2008.

TURNER, V. **O processo ritual:** estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista / RR. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista do Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2007.

VANZOLINI, P. E.; CARVALHO, C. M. **Two sibling and sympatric species of *Gymnophthalmus* in Roraima, Brasil (Sauria:Teiidae)**. Papéis Avulsos de Zoologia 37: 173-226. 1991.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima – Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação Integrada e Planejamento Urbano: Uma revisão**. Cadernos de Estudos Sociais. Vol 19, n 1, Recife, jan/jun, 2003. P. 107-124.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **A restauração do pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil**. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade. HAOL, Núm. 14 (Outono, 2007), p. 35-47.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio Augusto. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p.104-115.

_____. **Entre o tecido físico e social das cidades**. Entrevista concedida a Heitor Frúgoli Jr. E Julio Cesar Talhari. Tradução de Lilian Gasparetti Abdoullah. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.29, n.84, p.7-24, fev. 2014.